

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A VOZ DO MESTRE: trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho

Patrícia Coelho

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora
do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Educação

Orientador (a): Prof. Dra. Ana Chrystina Venancio Mignot

Julho de 2007

A VOZ DO MESTRE: trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho

Patrícia Coelho

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

Titulares

Profa Dra. Ana Chrystina Venancio Mignot - Orientadora

Profa. Dra. Ana Maria Magaldi – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Cynthia Pereira de Sousa – Universidade de São Paulo

Suplentes

Profa. Dra. Libania Nacif Xavier – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Edil Paiva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho a todos que fazem da educação um ideal de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho, várias pessoas contribuíram de diferentes formas para sua realização. Velhos amigos, novas amizades. A eles, venho aqui expressar a minha gratidão.

A Ana Chrystina Venancio Mignot, minha orientadora, por tantas coisas, por ter me apresentado a Delgado de Carvalho, por ter me ensinado o respeito ao leitor, por sua demonstração de confiança, pela dedicação e tudo que me fez ter vontade de prosseguir.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ e em especial, a professora Ana Maria Magaldi, por suas sugestões e críticas ao meu projeto, que possibilitaram o amadurecimento das idéias iniciais.

Ao grupo de pesquisa, Andréa Caruso, Ana Amélia Lopes, Inês Rocha, Jussara Pimenta, Larissa Frossard, Gláucia Diniz, Roberta Lopes, Rosa Braga, Silmara Cardoso e Suzana Brunet, por terem me proporcionado, neste período, além de uma prazerosa convivência intelectual, valorosas reflexões, das quais brotaram grandes idéias.

A Paulo, Luísa e toda família Delgado de Carvalho pelo carinho com que me receberam e pela confiança que em mim depositaram ao compartilharem o arquivo do seu querido Bread..

Aos bibliotecários que com dedicação me auxiliaram na tarefa de reunir a obra de Delgado de Carvalho: Maria da Conceição Vasconcelos e Leonora de Almeida, do Instituto de Educação, e Solange Nascimento, Maria Lúcia Bastos, Fernando Lacombe e Luiz Cardoso da Biblioteca Regional da Glória.

A meu pai, ainda que a vida tenha lhe roubado mais este momento, não partiu sem antes me apresentar o prazer da leitura.

A minha mãe, sempre presente, grande amiga e companheira, sem a sua presença tudo seria mais difícil.

A Paulo Rogério, que sempre me incentivou a seguir em frente. Minha admiração por aquele que soube compreender as muitas ausências, e tem a capacidade de transformar em momentos inesquecíveis o nosso simples convívio.

A Henrique, que chegou a tão pouco tempo, cuja pequena trajetória se confunde com a deste trabalho. Alegria em forma de gente, que diante de todas as dificuldades, seu sorriso parecia sempre me dizer: prossiga, pois tudo vai dar certo!

RESUMO

Construir a trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho (1884 – 1980) foi o objetivo deste trabalho. Educado na Europa, onde se doutorou em Diplomática pela Escola de Ciências Políticas de Paris, chegou ao Brasil em 1906, quando passou a divulgar através de seus livros e artigos publicados na imprensa, conhecimentos de geografia, sociologia e história que contribuíram para a organização do nosso campo científico. Como educador desempenhou importante papel: desenvolveu novos métodos para estas disciplinas, o que se constituiu numa ruptura. Participou de movimentos pela melhoria do nosso sistema educacional, sendo um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A elaboração de tal estudo exigiu a localização, classificação e interpretação de fontes diversas tais como cartas, ofícios, manuscritos e publicações, disponíveis não só no arquivo pessoal preservado pela família, como nos arquivos do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação, do IBGE, no CPDOC, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Regional da Glória. A pesquisa foi estruturada em três capítulos, nos quais são analisadas inicialmente as estratégias por ele utilizadas para conquista do seu reconhecimento como voz autorizada, em seguida a sua consagração e, por fim, as estratégias de conservação do capital científico construído. O presente trabalho pretende contribuir não só para os estudos da memória deste intelectual, mas para ampliar a compreensão do papel dos educadores na história das disciplinas escolares e no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

ABSTRACT

Constructing the intellectual trajectory of Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) was the objective of this paper. Educated in Europe, where he completed his Doctor's Degree in Diplomacy at the School of Political Sciences of Paris, Carlos Delgado de Carvalho arrived in Brazil in 1906, when he started divulging the knowledge of geography, sociology and history through his books and articles published in the press, which contributed to the organization of our scientific field. As educator, he performed an important role: he developed new methods for these subjects, what caused a rupture. He participated in the movements for the improvement of our educational system, thereby being one of the signatories of the Pioneers' Manifest of the New Education. The elaboration of such study required the localization, rating and interpretation of several sources, such as: letters, offices, manuscripts and publications which were available not only on the personal file preserved by the family, but also on the files of the Colégio Pedro II, Institute of Education, Institute for Geography and Statistics (IBGE), Centre for Research and Documentation (CPDOC), Biblioteca Nacional [National Library] and Biblioteca Regional da Glória [Regional Library of Glória]. The research has been structured in three chapters, in which, firstly, it is analysed the strategies used by him in the conquest of his recognition as the authorized voice, secondly, his success and, at the end, the preservation of the constructed scientific capital. This paper aims to contribute not only to the studies of this intellectual's memory, but also to expand the comprehension of the educators' role in the history of the school subjects and institutionalisation process of the social sciences in Brazil.

SUMÁRIO

Estratégias de subversão, consagração e sucessão na trajetória de um intelectual....	9
1- Da Europa para o Brasil: uma travessia inusitada.....	17
1.1 – O Rio que Delgado conheceu	18
1.2 - O início da trajetória de um intelectual.....	22
1.3- Caminhando com a <i>Geographia do Brasil</i>	24
1.4 - Um pioneiro da sociologia no Brasil.....	35
1.5 - O historiador contemporâneo.....	42
1.6 - Acima de tudo um educador.....	47
2 – A consagração do mestre na institucionalização do campo científico.....	54
2.1 – A universidade no Brasil.....	55
2.2 - Um novo olhar para Delgado de Carvalho.....	58
2.3 - Construindo um nome próprio.....	60
2.4 - Reconhecimento e afeto dos pares.....	69
2.5 - Sociabilidade com professores estrangeiros.....	76
2.6 - Livros e consagração.....	83
2.7– Um intelectual e o poder.....	93
3– Novos caminhos da ciência e a luta por antigos ideais.....	98
3.1 – As ciências sociais e a educação.....	99
3.2 - O congresso da UNESCO.....	102
3.3 - Os bastidores dos manuais de História.....	106
3.3.1 - Negociações contratuais.....	106
3.3.2 - Embates acadêmicos.....	108
3.3.3-História Geral: uma coleção entre limites e possibilidades editoriais.....	116

3.4 - Os manuais para nível superior.....	124
	viii
3.5 - Uma nova disciplina: Organização Política e Social do Brasil.....	129
Educador e cientista: além das memórias em disputa.....	134
Referências Bibliográficas.....	139

**Estratégias de subversão, consagração e sucessão na
trajetória de um intelectual**

O tema deste estudo é Carlos Delgado de Carvalho. É uma análise de sua trajetória intelectual entre as décadas de 1910 e 1960, quando no Brasil se desenvolvia o processo de institucionalização da história, da geografia e da sociologia como campos científicos autônomos.

Antes de definir o tema da minha dissertação, pensava em estudar as mudanças geradas pelos escolanovistas na cultura escolar da década de 1930. Pesquisando questões disciplinares da época, deparei-me com um livro cujo prefácio fora escrito por Carlos Delgado de Carvalho. A princípio, interessei-me pelo conteúdo da obra, tendo sido despertada por minha orientadora, Ana Chrystina Venancio Mignot, para a figura do prefaciador que, até então, só conhecia como um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Ao buscar maiores informações, encontrei uma enorme produção, com vários livros de sua autoria, publicados em diversas áreas de conhecimento: inglês, geografia, sociologia, história, relações internacionais, economia e estatística. Havia ainda textos publicados em jornais e revistas. Nesse momento, dois aspectos me chamaram atenção: a importância e o renome de Carlos Delgado de Carvalho em seu tempo e sua longa e produtiva vida.

Carlos Delgado de Carvalho nasceu em 1884, na França. Era brasileiro, pois seu pai, diplomata, estava a serviço da nação. Órfão de mãe poucos dias após o seu nascimento, morou com os tios maternos na Inglaterra. Após o segundo casamento do pai, foi morar em Lyon, onde estudou dos doze aos dezoito anos no Externato Dominicano. Daquele período, confessava a Terezinha de Castro em longas conversas, guardava boas lembranças: das horas dedicadas à leitura, das longas caminhadas e dos passeios pela Europa. Nas férias, ainda adolescente, fazia sozinho viagens de trem por vários países. Falava inglês, francês e alemão. Português só aprendeu ao chegar ao Brasil, em 1906, pois seu pai, que perdera o cargo diplomático com o advento da república, passou a odiar o Brasil e tudo que a ele se referia. Na Suíça, contavam histórias de que pusera bandeiras republicanas na entrada de sua casa para que todos a pisassem. Ao concluir os estudos no Externato, Delgado de Carvalho não queria retornar à casa paterna e se alistou no exército francês, onde contraiu tifo. Obrigado a encerrar sua carreira militar pela doença, ingressou no curso de Diplomática na Escola

de Ciências Políticas de Paris, quando, em sua tese de doutoramento, começou a estudar o Brasil. O pai, insatisfeito com sua decisão de conhecer o país, deserdou-o.

Delgado fez o caminho inverso de muitos intelectuais brasileiros que sonhavam estudar na França. Trouxe consigo um imenso capital cultural, que lhe permitiu estudar o país de uma forma inédita. Sem ainda dominar a língua, aproveitou o período para praticar o pouco que aprendera. Iniciou o trabalho como jornalista, assinando uma coluna sobre política internacional no *Jornal do Commercio*. Seu pai, ao saber que ele usava seu nome para assinar tais reportagens em um jornal brasileiro, proibiu o filho de usá-lo, pois considerava absurdo. Por isso, passou a adotar Carlos Miguel Delgado de Carvalho para diferenciar os dois. Viajou pelo interior do sul e sudeste em carroças e lombos de animais. Para elaborar sua tese de doutoramento, *Le Brésil Meridional; étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1910), estudou a geografia do sul e sudeste brasileiros a partir de conceitos inovadores para época como o historicismo, em que a realidade humana é explicada a partir de sua historicidade. A obra rompeu com o formato descritivo de rios, morros, lugares e povos, e deu um caráter analítico ao estudo. Nos quatro primeiros anos de Brasil, além de concluir sua tese de doutoramento, casou-se com Vera Roxo, que conhecera logo que chegara ao país e por quem se apaixonara.

Ao recorrer à historiografia para uma análise inicial de sua trajetória, constatei que não havia qualquer obra que abrangesse sua atuação nos campos da educação, da história, da geografia e da sociologia, no qual desempenhou importante papel. Como educador, não é citado no *Dicionário de educadores no Brasil*, organizado por Fávero e Britto (1999 e 2002). As análises existentes de suas obras, em geral, mencionam-no como geógrafo ou professor de geografia. Nesse sentido, Carvalho e Sampaio (1995) estudaram a importância de *Le Brésil Meridional: étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1910) sob a perspectiva da mudança que a obra proporcionou na geografia brasileira ao romper com o esquema descritivo. Já Rocha (2000) aborda sua importância no processo de introdução da geografia moderna nas escolas brasileiras na década de 1920. Para o autor, o mais importante livro do geógrafo é *Methodologia do Ensino Geographico* (1925), pois serviu para divulgar entre os mestres a moderna concepção de geografia oficializada nos currículos nacionais pela Reforma Rocha Vaz; esta, entre outros aspectos, reorganizou as disciplinas no currículo do Colégio Pedro II, tornando o livro obrigatório em nível nacional. Ferraz (1995) analisa o discurso de Delgado de Carvalho como geógrafo e

professor de geografia a partir de sua formação integral na Europa, que teria lhe permitido um intercâmbio com o liberalismo e a democracia, responsáveis por torná-lo um defensor da crença no espírito do progresso e da liberdade do homem, marca de sua produção teórica.

Diante do desafio de traçar a trajetória intelectual de Carlos Delgado de Carvalho, iniciei a busca por seu acervo, e logo pude perceber a pluralidade que o caracterizava nesse aspecto. Inicialmente contatei a família, que prontamente me deu as primeiras pistas do caminho a ser trilhado: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para onde tinha sido encaminhado a maior parte do seu arquivo. Lá, recebi a notícia de que tal material não tinha data para ser disponibilizado ao público. Estava diante de um dilema: como prosseguir? Recorrendo ao estudo biográfico de Castro (1993), passei a percorrer todos os centros de memória das instituições em que Delgado de Carvalho havia trabalhado. Nessa etapa da pesquisa, comecei pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde encontrei um acervo bem reduzido, composto de algumas fotos, poucos recortes de jornal e alguns artigos. Ainda faltava muito. No Instituto de Educação, uma boa surpresa! Grande parte de sua obra, publicada nas décadas de 1920 e 1930. No Colégio Pedro II, onde se tornou catedrático em 1921, encontrei discursos e mais edições de sua obra. Como Delgado também fora jornalista, procurei na Biblioteca Nacional por sua coluna em cada número do *Jornal do Commercio*, a partir do ano indicado em sua biografia. Não só a encontrei como descobri que tinha sido editor da Revista Americana, publicada na primeira década do século XX. Faltavam pistas de sua atuação nos cargos políticos, enquanto Getúlio Vargas fora presidente. No CPDOC, onde também não há um acervo em seu nome, encontrei referências em outros arquivos, após minuciosa pesquisa. Por fim, o inusitado. Sempre buscando o seu nome por todas as bibliotecas por onde passava, encontrei na Biblioteca Regional da Glória várias de suas obras citadas na bibliografia elaborada por Castro, que até então não havia achado.

A partir da organização desse acervo, considerei fundamental o caráter inovador das obras de Delgado de Carvalho para o universo intelectual brasileiro do início do século XX. Partindo da perspectiva de campo de Bourdieu (1983), compreendido como um setor da sociedade em que os indivíduos produzem e disputam o controle intelectual da produção, ou seja, tentam conquistar a autoridade para falar sobre um determinado conhecimento, analisei o desenvolvimento de sua obra no Brasil. Ao chegar aqui, Delgado de Carvalho teve contato com um campo cultural ainda formado por diletantes,

sem regras especificamente definidas de legitimidade para os estudos de história, geografia e sociologia. Suas primeiras obras teriam causado um choque entre os que ainda não reconheciam as perspectivas teóricas francesas nas quais amparava suas análises. Outra preocupação sua foi criar, a partir dessa consciência, metodologia para a disciplina. Assim, este trabalho pretende contribuir não só para os estudos sobre o papel desse intelectual no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, mas também na história das disciplinas escolares.

Ao longo de sua carreira, o pesquisador lança mão de várias estratégias em busca do reconhecimento de sua obra. Ao iniciá-la, pode se utilizar de *estratégias de sucessão*, quando procura, dentro dos parâmetros já autorizados, desenvolver seu trabalho, ou de *estratégias de subversão*, usando de perspectivas ainda não reconhecidas como legítimas para redefinir as regras do campo, um caminho muito mais difícil. Uma vez conquistado o reconhecimento, esse agente tenta perpetuar o capital adquirido através de *estratégias de conservação*. Ao longo dos três capítulos, procuro reconhecer e interpretar, na trajetória de Delgado de Carvalho, as estratégias para conquistar o reconhecimento como autoridade diante do campo e conservá-la.

No primeiro capítulo, analiso seus investimentos, partindo de seus estudos desenvolvidos em geografia, sociologia e história, desde sua chegada ao Brasil até a década de 1930. Assim, considero a publicação da *Geographia do Brasil* (1913) uma *estratégia de subversão*. Baseada nas teorias de Vidal de La Blache e Jean Bruhnes para apresentar o Brasil dividido em cinco regiões - setentrional, nordestino, oriental, meridional e central - , a obra chocou aqueles que se dedicavam a estudar nossa geografia de forma apenas descritiva. Tal divisão era inovadora à medida que tinha como base as características naturais, sem respeitar a divisão administrativa, como se fazia anteriormente. O livro ainda analisava de forma inédita cada uma das regiões de acordo com os novos ramos dos estudos geográficos: físico, econômico e social. Na introdução do livro, que pretendia ser também um manual escolar, pregava a necessidade de se abandonar a metodologia baseada apenas na memorização.

Um ano após a publicação desse livro, Delgado de Carvalho, já com dois filhos pequenos, Lúcia e Carlos Alberto, voltou à Europa para procurar o pai. Ao encontrá-lo no trem, teve a última imagem dele, que mudou de vagão sem lhe dirigir a palavra. Pouco depois morreria, deixando toda sua fortuna para a madrasta, que também, sem filhos, transferiu-a à prefeitura de Laussane. Hoje existe lá uma rua em homenagem à família, por tão generosa doação. Quando estourou a Primeira Guerra Mundial, sem

condições de retornar em segurança ao Brasil, Delgado permaneceu na Inglaterra até o final do conflito. O afastamento temporário diminuiu seu contato com o campo intelectual brasileiro, mas não seus investimentos na carreira. Naquele período, estudou meteorologia e fez cursos de sociologia.

Ao retornar, fez concurso para professor de inglês do Colégio Pedro II, em 1920, e enfrentou a contestação de sua aprovação, sob o argumento de não ser brasileiro. De fato, perdera sua nacionalidade ao se alistar no exército francês. Naturalizado, construiu na instituição circuitos de sociabilidade intelectual, que foram muito importantes para o desenvolvimento de sua obra. Juntamente com Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre, transformara o programa de geografia da instituição em um padrão nacional a ser seguido pelos demais estabelecimentos de ensino que desejassem ser reconhecidos.

Para a elaboração dessa parte do trabalho, utilizei como fonte principal os prefácios de suas quarenta e nove obras publicadas que, além de abordarem todas as áreas do conhecimento em que atuou, têm a particularidade de, à exceção da *Geographia do Brasil* (1913), serem todos assinados por Delgado de Carvalho. São relatos em que fica clara a intenção do autor em construir uma imagem de si. Estes, vistos como construções discursivas, remetem ao mundo social no qual foram escritos, o que é essencial para compreender sua trajetória. Nesses discursos dirigidos aos professores, Delgado de Carvalho deixa claro seu grande ideal: transformar os métodos de ensino empregados em nossas escolas. Associado a ligas educacionais na década de 1920 e, depois, como um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE), empreendeu juntamente com Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros, a missão de divulgar novas práticas educacionais baseada na ciência, defendendo uma educação integrada em todo país. Com estes e outros educadores, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Sendo assim, ainda nesse capítulo analisei outros investimentos da carreira de Delgado de Carvalho, como a elaboração dos primeiros programas e manuais do curso de sociologia educacional e manuais de História, nos quais sempre combatia os métodos que se baseavam apenas na memorização. Defendia a necessidade de incutir em nossos alunos a capacidade de analisar textos, o que, para ele, era a verdadeira construção do conhecimento. Compreendo que essas obras têm dupla função. Em primeiro lugar, como *estratégias de subversão*, ajudaram essas ciências a se tornarem campos de conhecimento autônomo, processo que transformaria nosso campo intelectual. Além disso, tais manuais escolares representam o investimento desse pesquisador em transpor

didaticamente o conhecimento desenvolvido na academia, em um processo que envolve bem mais que a simplificação dos conteúdos para o chamado nível escolar. Seus textos levaram em consideração não só o estágio de desenvolvimento dos alunos, como os objetivos traçados nos programas, envolvendo nessa construção métodos especialmente desenvolvidos. As obras de Delgado de Carvalho inauguram uma nova etapa na história das disciplinas escolares, à medida que têm a intenção de romper com o modelo anterior de compêndio, que se fundava exclusivamente no acúmulo de informações.

O segundo capítulo trata de um novo olhar do campo científico para a obra de Delgado de Carvalho, a partir da implementação dos cursos universitários de História, Geografia e Ciências Sociais. Nesse processo, a atuação de professores estrangeiros, em especial, os franceses, foi fundamental, à medida que trouxe novos parâmetros para o nosso campo intelectual, que por sua vez, levaram o reconhecimento de Delgado como autoridade científica. Analisei os sinais de consagração que fazem parte de sua trajetória nas décadas de 1930 e 1940: a cátedra, a admiração dos intelectuais estrangeiros por seu trabalho, o sucesso editorial e a escolha para cargos administrativos no Governo Vargas.

A correspondência pessoal constitui a principal fonte de pesquisa nessa etapa. Ao longo da investigação, a família de Delgado de Carvalho me entregou uma série de documentos catalogados por ele mesmo e assim conservados após sua morte. Em sua maioria eram contratos, cartas e ofícios que, de alguma forma, referiam-se a sua vida acadêmica.

Ao analisar tal documentação, não respeitei os critérios de ordenamento de quem os arquivou. Seguindo a perspectiva de Ribeiro (1997), no qual é essencial à história mudar o enfoque de quem organizou, sob pena de empobrecer a visão de um determinado contexto, passei a questionar o motivo pelo qual aqueles documentos teriam sido guardados separadamente. É possível que fosse por uma questão administrativa ou pela exigência burocrática de comprovação de títulos. Ao estudar os documentos, pude perceber o relacionamento de Delgado de Carvalho com seus pares, sentimentos como respeito, admiração e afeto que, por sua vez, ajudam a compreender sua consagração pelo campo.

Os investimentos feitos pelo intelectual em história, no qual concentrou suas forças no final de sua carreira, da década de 1950 até o final de sua vida, são objeto de análise do terceiro e último capítulo. Considerei então os manuais de história, elaborados a convite de Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP), e as obras dedicadas ao nível universitário e OSPB

como estratégias de conservação do seu capital científico. Novamente considerando o olhar do campo, percebi uma especialização cada vez maior das três áreas que Delgado de Carvalho atuou, com linhas de pesquisa cada vez mais definidas. Ainda que o intelectual seja considerado uma autoridade científica, passa a ser criticado pela nova geração de cientistas sociais. Fiel aos seus métodos de análise, utiliza esses manuais para defender sua posição diante das mudanças do campo.

Nessa última parte, as fontes são, além dos próprios manuais, a correspondência entre Delgado de Carvalho, os avaliadores de seus livros e o editor, e o INEP, que encomendou os livros para orientação de professores do ensino secundário. A batalha travada entre esses agentes serve para avaliar os desafios enfrentados em seus últimos anos de vida.

Ao seguir essa trajetória intelectual, tive a preocupação de evitar cair no que Bourdieu (2005) classifica com ilusão biográfica, tida como uma construção artificial sobre a vida elaborada pelo próprio biografado, no qual, ao procurar uma coerência entre os fatos considerados dignos de ser lembrados, monta uma linha sem paralelos com o contexto em que viveu. Sendo assim, achei fundamental construir a trajetória a partir dos campos em que Delgado de Carvalho atuou como intelectual. Assim como qualquer outra, só pode ser compreendida em seu tempo a partir da análise de todo um contexto no qual estava inserida. Ao considerar o desenvolvimento do campo científico brasileiro em que esse intelectual participou ativamente, este estudo procura situá-lo, percebendo não só a importância de sua obra, mas também a luta pelo reconhecimento de seus pares. Nesse exercício de história, aflora, acima de tudo, o ser humano que possui sonhos, contradições, projetos e ideais, que não se resumem a um nome apenas.

Capítulo 1

Da Europa para o Brasil: uma travessia inusitada

1.1. O Rio que Delgado conheceu

Em 1906, desembarca no Rio de Janeiro Carlos Delgado de Carvalho. Aos 23 anos, era um cidadão brasileiro que não conhecia o país. Estudante da Escola de Ciências Políticas de Paris, decidira estudar em sua tese a nossa geografia. A escolha do seu campo de estudo tinha várias motivações: era a terra de seus pais, de seus avós e muitos de seus colegas de curso eram brasileiros. Os relatos despertaram a simpatia e a curiosidade do intelectual.

O Rio de Janeiro, capital federal, vivia então as primeiras décadas republicanas sem se livrar dos dramas da monarquia, questão que se fez presente desde muito cedo na vida de Delgado de Carvalho. Segundo estudo biográfico de Castro (1993), a família era tradicionalmente monarquista. Neto do Visconde de Itaboraí, nasceu na França, justamente por seu pai, secretário da Legação do Império, estar em exercício do cargo em Paris. Com o advento republicano, a família se tornou reclusa em Montreux. Carlos Dias Delgado de Carvalho, que dera ao filho o mesmo nome, sem o Dias, viveu até seu último dia fora de sua pátria que, com a República, para ele, deixara de existir. Nem por isso, deixava de freqüentar reduto de monarquistas descontentes. Nessas reuniões, o jovem Delgado de Carvalho ouvia Pedro II, Princesa Isabel e o Conde D'Eu.

Delgado de Carvalho era um intelectual. Ao analisar esse papel, Bobbio (1997) nos lembra que este é definido pela sua função na sociedade: são criadores, portadores e transmissores de idéias. A formação recebida dos 11 aos 18 anos no Instituto Dominicano, em Lyon, encaminhou-o nesse sentido. Recluso longo tempo no colégio, sem visitar a família, já que não tinha bom relacionamento com o pai e ficara órfão de mãe ainda recém-nascido, dedicava longo tempo à leitura e às reflexões. Por timidez, preferia a companhia dos livros. Paulo Delgado de Carvalho¹, seu neto, ao lembrar das histórias do avô, com quem viveu sua adolescência, conta o episódio que ouvira: ele lera a história da Rússia, deitado em uma pequena canoa, em um lago nas proximidades do colégio.

¹ Carlos Delgado de Carvalho era o avô paterno de Paulo Delgado de Carvalho. Aos quinze anos, por ocasião do falecimento do seu pai, passou a viver com ele, a quem ajudava organizando seus compromissos. Entrevista concedida no dia 26/09/2006.

Não por acaso, Carlos Delgado de Carvalho escolheu a cidade carioca como porta de entrada em terras brasileiras. Como nos descreve Sevcenko (1998), a capital da república tinha uma população pouco inferior a um milhão de habitantes, a maioria de negros remanescentes do regime escravocrata, e era a principal vitrine cultural do país. Martins (1987) ainda destaca que o Rio de Janeiro tinha o terceiro porto das Américas, por onde chegavam livros e idéias vindas da Europa, que inspiravam nossos intelectuais.

O Rio respirava a modernidade européia. Muitos membros da elite carioca sonhavam em fazer o caminho inverso de Delgado de Carvalho. A reforma empreendida entre 1902 e 1906, pelo prefeito Pereira Passos, é retrato desse espírito:

A inauguração da Avenida Rio Branco, eixo do novo projeto urbanístico da cidade, contemplado com um concurso de fachadas que a cercou de um décor arquitetônico art nouveau, em mármore cristal combinando com os elegantes lampiões da moderna iluminação elétrica e as luzes das vitrines, das lojas de artigos finos importados. As revistas mundanas e os colunistas sociais da grande imprensa incitavam a população fluente para o desfile de modas na grande passarela da avenida, os rapazes no rigor smart dos trajés ingleses, as damas exibindo as últimas extravagâncias dos tecidos, cortes e chapéus franceses. A atmosfera cosmopolita que desceu sobre a cidade renovada era tal que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, as pessoas, ao se cruzarem no grande boulevard, não se cumprimentavam mais à brasileira, mas repetiam uns aos outros: “Vive la France!” (SEVCENKO, 1998, p.26).

A cidade reformada por Pereira Passos encantara Delgado de Carvalho. Anos mais tarde escreveria a *História do Rio de Janeiro* (1994) com a dedicatória: *À memória do grande prefeito Francisco Pereira Passos e de seu colaborador e amigo Alfredo Américo de Souza Rangel, diretor da Carta cadastral* (p.18). Castro (1993) chama atenção que a dedicatória não era comum em seus livros, estando presente em apenas mais um *Geographia do Brasil* (1913), dedicado ao Imperador Pedro II. Tal aspecto revela um sentimento em comum com alguns intelectuais que aqui encontrou: a admiração pela modernidade. Definiu esse período como a *era dos melhoramentos*:

Foi, pois, uma época de grandes e profundas transformações. Para fazer da velha cidade colonial uma capital moderna, foi preciso a energia do velho de setenta anos que, com sua viajada experiência, sua alta competência e seu entusiasmo de moço, levou ao fim o seu plano, à custa de um trabalho assíduo diário de muitas horas. Passos pouco reformou, na Prefeitura do Rio de Janeiro, mas decuplicou a eficiência de seus órgãos, tornando mais rendoso o serviço e, acima de tudo, deu o exemplo de incansável trabalho,

animado do mais alto espírito de justiça (DELGADO DE CARVALHO, 1994, p.99).

Delgado de Carvalho conheceu a chamada geração de 1870. Esses intelectuais que completaram vinte ou trinta anos entre 1868 e 1878 eram compostos por nomes como Machado de Assis, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Rio Branco, Tobias Barreto, Silvio Romero, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha. De acordo com os estudos de Alencar (2001), eles foram responsáveis pela descoberta do Brasil pelos brasileiros através de estudos literários, historiográficos e políticos. Essa geração se utilizou de teorias desenvolvidas na Europa – o evolucionismo de Spencer e de Darwin e os determinismos raciais de Buckle e Gobineau - para produzir as primeiras manifestações de interpretação da realidade nacional.



O estudante Delgado de Carvalho em Paris.
Foto publicada na *Revista do Gás* (1975, p.30). Arquivo pessoal.

Estes viam no regime republicano uma forma de transformar a sociedade, liberando-a da escravidão e do autoritarismo característicos da monarquia para eles. Para Herschmann e Pereira (1994), esses pensadores baseavam seus discursos no mito novecentista da ciência. Assim, o cientificismo seria capaz de reformar as instituições políticas e sociais e, conseqüentemente, aproximar o país de um mundo mais civilizado. Ainda como destaca Miceli (2001), para essa geração o trabalho intelectual era indissociável do trabalho político.

O projeto republicano lhes trouxe, contudo, decepção. Ao invés do liberalismo do mundo europeu e americano - exemplos da civilização - o país governado pelos militares institucionalizou as oligarquias no poder, afastando a possibilidade de qualquer reforma democrática. Para Martins (1987), o Brasil republicano ingressa no século e, em seguida na *Belle époque*, sob o signo do escravismo e do espírito *nouveau riche* que se introduz nos meios urbanos. Um e outro só acentuavam ainda mais o contraste com as populações miseráveis das cidades e do campo. O mundo popular dos cortiços, principal habitação carioca, incomodava pela sujeira que impedia o espírito modernizante. Na reforma de Pereira Passos, a população pobre fora arrastada para os morros e subúrbios, aumentando a segmentação social. Carvalho (1987) nos lembra que havia resistência desse setor, sendo um exemplo a Revolta da Vacina. O levante, ocorrido em 1904, teve como estopim o projeto do médico sanitário Oswaldo Cruz de imunizar a cidade da febre amarela, doença que lhe rendera o título de túmulo estrangeiro. A revolta, na verdade, era a resistência às mudanças que os excluía ainda mais do mundo político e lhes privava de mais um direito: o da moradia.

Para compreender o mundo intelectual apresentado a Delgado de Carvalho por Mathias Roxo, colega de colégio em Paris que lhe recebeu em sua mansão nas Laranjeiras, onde conheceria sua futura esposa, a análise de Gomes (1996) é importante. A autora aborda o problema em definir um determinado grupo como geração. Nesse aspecto, há o perigo de se criar uma idéia de homogeneidade de pensamento, o que seria uma ilusão. Para evitar esse equívoco, é preciso analisar a obra desses pensadores sob dois prismas: que está ligado a um tempo exterior, como eventos da história de um país, região, um grupo local e a um tempo interior, a forma como determinadas pessoas desse grupo se apropriaram de tais acontecimentos, construindo a idéia de pertencimento.

Nesse sentido, a questão republicana estabelece diferenças na chamada geração de 1870. Diante da decepção vinda com a república, havia duas opções: a crítica ao regime ou a adesão ao projeto republicano e às estratégias do discurso científico. Ainda que cada intelectual tenha sua voz, esta muitas vezes abrigou características das duas perspectivas.

As experiências vividas no Rio de Janeiro transformaram os planos do estudante para sempre. Nunca voltou a viver definitivamente na Europa. Morreu na cidade carioca aos 96 anos. Nesse processo, o contato com os intelectuais foi fundamental. Segundo Bourdieu (1989), a prática social do indivíduo é sistema em constante transformação. O autor denomina tal estrutura de *habitus*. Esse é resultado do meio social que o sujeito

vive e de sua posição social de origem, em um constante processo de adaptação. Dessa forma, as novas leituras, a nova sociedade, que se tornou objeto de sua reflexão, com novas indagações, as análises desses pensadores que viam o povo como sujeito histórico a partir de seus costumes, da miscigenação e da natureza, produziram um novo *habitus* em Delgado de Carvalho.

Ainda dentro da perspectiva de Bourdieu (1989), esses intelectuais formavam um campo, a partir de um setor da sociedade, no qual os indivíduos produziam e lutavam pelo controle da produção, ou seja, pelo direito de legitimar sua autoridade sobre um determinado conhecimento, conseguindo o reconhecimento de seus pares, em uma hierarquia. O que está em jogo no campo intelectual é o monopólio da autoridade científica. Dentro do campo, haveria dominantes e dominados: enquanto os dominantes lutam pela conservação, os dominados poderiam aceitar essa estrutura ou partir para a contestação. O campo é palco de disputa e transformações constantes.

Os indivíduos não são seres determinados. Para Bourdieu (1989), possuem a especificidade do seu *habitus*, construído a partir de sua formação e experiências individuais, no qual cada um tem uma forma de se apropriar do que viveu. Nesse sentido, tanto o indivíduo como o campo em que se insere estão em constante transformação. A voz de Delgado de Carvalho é única. A fim de compreendê-la, esse trabalho analisará a trajetória intelectual desse autor, a partir de sua atuação no campo científico do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

1.2. A trajetória de um intelectual

Ao morrer, Carlos Delgado de Carvalho deixou 49 obras publicadas, que refletem os vários campos do conhecimento em que atuou: geografia, sociologia, estatística, história e, principalmente, educação. A construção de sua trajetória intelectual não tem o objetivo de traçar uma linha do tempo, mas compreender as várias dimensões de seu trabalho.

Esse processo, contudo, não é simples. Chartier (1994) nos lembra que é uma preocupação atual dos historiadores ao trabalhar com biografias: entendê-las como um processo dinâmico que nos remete a um universo maior, a sociedade em que tais pessoas viveram. Essa nova perspectiva, ao mesmo tempo em que amplia o espaço antes reservado àqueles designados heróis, questiona a forma como as biografias são

construídas. Nesse sentido, Levi (1996) identificou uma tradição biográfica, *modelos que fazem uso de uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas* (p.169). Para romper com a tradição biográfica, é preciso vencer o olhar pessoal, buscar a realidade por meio da análise do contexto histórico e social em que os fatos aconteceram.

A reflexão de Bourdieu (2005) sobre a trajetória é muito importante para a construção aqui proposta. O autor a define como *uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações* (p.189). Para compreender o individual, é necessário analisar as relações que foram construídas no campo, ou seja, *o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis* (p.190).

Delgado de Carvalho viveu as grandes transformações do campo científico no Brasil, participando do processo de institucionalização da geografia, da sociologia, da história e da educação como campos autônomos. Segundo Bourdieu (1989), à medida que a sociedade se torna mais complexa, há a tendência de novos domínios surgirem com mais autonomia, formando novos campos. Assim, o campo intelectual se subdividiria com a especialização do saber.

Em 1906, Delgado de Carvalho conheceu um campo científico formado basicamente por diletantes, intelectuais que não possuíam uma especialização no tema em que desenvolviam seus estudos. Contudo, não era o caso de Delgado, que trouxe consigo a formação em Diplomática da Escola de Ciências Políticas de Paris, que permitia uma abordagem multidisciplinar em suas análises. O contato com os campos já institucionalizados de geografia, sociologia e história europeus caracterizou a sua trajetória no Brasil. A perspectiva diferente de sua posição de origem fez com que muitas vezes sua obra ora fosse rejeitada pela autoridade científica do campo, ora reconhecida.

Para melhor análise desse processo, a trajetória intelectual de Delgado de Carvalho será construída a partir de cada campo em que atuou separadamente. Para isso, os livros são muito importantes, à medida que estes acompanham toda sua vida. Desde a sua primeira publicação, em 1910, do *Le Brésil meridional: étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*, não houve intervalo maior que três anos entre as suas publicações até o ano de sua morte. Essas

obras também guardam uma característica comum: com exceção da *Geographia do Brasil* (1913), todos os prefácios são assinados pelo autor.

Os prefácios são relatos em que fica clara a intenção do autor em construir uma imagem de si. Vistos como construções discursivas, remetem-nos ao mundo social no qual foram criados, o que é essencial para compreender sua trajetória. Segundo Chartier (2002), isso é possível à medida que os textos não são abstratos. O discurso é definido pela relação que o autor estabelece com a sociedade. Da mesma forma que há uma motivação para a criação, o meio social impõe normas que interferem no processo. Assim, o texto carrega consigo características sociais do grupo, comunidade ou classe a qual ele pertence. Partindo dessas duas dimensões que possui o texto, aproximaremos-nos das relações do autor com o campo em que atuou.

1.3. Caminhando com a *Geographia do Brasil*

De todas as obras de Carlos Delgado de Carvalho, a que lhe deu mais renome foi *Geographia do Brasil* (1913). Manual escolar destinado ao curso secundário, teve várias edições, que demonstram não só o desenvolvimento dos estudos do autor sobre o país, como as transformações do campo da geografia desde o seu processo de institucionalização, ocorrido na década de 1920.

A obra é continuidade dos estudos feitos para elaboração de sua tese de doutoramento: *Un centre économique au Brésil – Minas Gerais*, publicada ainda na França. No Brasil, a sua primeira publicação ainda em francês foi *Le Brésil meridional: étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1910). A língua ainda era um obstáculo a ser superado. Como nos lembra Castro (1993), devido ao desprezo que seu pai sentia pela república brasileira, sequer lhe ensinou português, ainda que dominasse o inglês, o alemão e o já citado francês. Para desenvolver tais estudos, o autor empreendeu longas viagens a fim de analisar regiões do interior, ainda não exploradas. Essa não era uma prática muito comum entre os intelectuais do período:

O jovem Delgado de Carvalho, com pouco mais de 20 anos, deslocou-se para o Brasil para pesquisar, percorreu largo trecho de Minas Gerais e todo o sul do país, observando, fazendo inquéritos, interpretando fatos, inúmeras vezes viajando no lombo de burros enquanto isso, outros que aqui

viviam limitavam-se a publicar trabalhos de mera compilação (AZEVEDO, 1974, p.3).

Em *Le Brésil meridional: étude sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul* (1910), Delgado de Carvalho fez um estudo sobre o sul do país a partir do modelo proposto pelo geógrafo francês Vidal de La Blache. Pela primeira vez, o Brasil era estudado a partir de uma visão que permitia agrupar, em uma mesma região, diferentes estados. Assim,

a obra levanta, reúne e faz interagirem os diferentes elementos naturais e humanos da posição subtropical do Brasil, propondo uma nova divisão territorial que se sobrepunha aos limites político administrativos dos estados e aos interesses regionalistas de suas oligarquias (CARVALHO, MACHADO 1995, s/p).

No início do século XX, como nos lembra Gomes (1996), as distinções entre os campos da história, da geografia e da sociologia não eram muito claras. Buscava-se ainda o esclarecimento dessas fronteiras, sendo os espaços de conhecimento muito amplos: *Eles escrevem sobre a história da geografia ou geografia da história, produzem textos sobre flora e fauna brasileiras, estudam línguas indígenas e olham etnograficamente festas religiosas e populares, além de serem filósofos e literatos* (p.76). Esse aspecto pode ser percebido nos programas escolares ainda em 1925, nos quais as disciplinas de História do Brasil e Geografia do Brasil não eram ministradas separadamente, e sim, em conjunto, na chamada Corografia do Brasil.

A geografia no Brasil é escrita, nas duas primeiras décadas do século XX, por diplomatas, militares, literatos e advogados. Esses intelectuais diletantes se valem de uma autoridade proveniente da erudição da cultura para escrever sobre os mais variados temas. Na geografia, em geral, preocupavam-se em descrever detalhes dos pontos geográficos nacionais e internacionais². Backheuser (1941) analisa este como um fenômeno mundial ocorrido nos primórdios da ciência geográfica:

Em sua infância – e essa infância durou a bem dizer até Humboldt, a geografia foi meramente descritiva. Geógrafo era aquele que se preocupava com um país para descrevê-lo sob todos os aspectos, de natureza climática, de natureza botânica e zoológica, de natureza econômica, de

² Em 1909, o *Jornal do Commercio* possuía a coluna Revista Geographica, na qual eram descritos pontos geográficos da Europa.

natureza política, de natureza administrativa. O geógrafo não fazia qualquer espécie de síntese científica; enumerava fatos. Catalogar em rol extenso os rios e seus afluentes, as montanhas, as praias, as cidades, as vilas, as estradas de ferro, os dados da produção e exportação era a feição dos compêndios de geografia. Idêntica fisionomia tinham as monografias geográficas (p.459).

Ainda que não pudéssemos atribuir à geografia ser um campo de conhecimento autônomo, o que irá ocorrer na década de 1930, com as primeiras faculdades para formação de geógrafos, processo do qual Delgado de Carvalho fez parte, é possível nesse período considerá-la um campo científico. Como tal, possuía uma autoridade científica definida por Bourdieu (1983) como *a capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que é socialmente outorgada a um agente determinado* (p.123). O tipo de conhecimento que o campo produz faz com que seus integrantes passem a reconhecê-lo como o saber legítimo e reconheçam a autoridade definida dentro deste.

O Brasil do início do século XX reconhecia o monopólio da competência científica nos estudos sobre a geografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro. O IHGB, criado em 1838 pelo Imperador D. Pedro II nos moldes de uma academia, como destaca Guimarães (1988), tinha como projeto a gênese da nação: *Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a nação brasileira, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das nações, de acordo com os novos princípios organizados da vida social no século XIX* (s/p). Seus sócios eram admitidos por processo de indicação e gozavam de grande prestígio intelectual.

A Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, por sua vez, foi fundada em 1883, com o objetivo de cobrir uma lacuna do IHGB que, ao olhar dos seus sócios, era mais dedicado aos estudos históricos do que os geográficos. Com apoio do Imperador, buscava, em fatos e documentos, o respaldo para suas teorias a respeito da identidade nacional. Entre os sócios, estavam basicamente engenheiros, militares e membros da nobreza. A maioria era positivista. Estudavam a sociedade da mesma forma que a natureza, buscando objetividade e aplicando as leis gerais do desenvolvimento. Ainda houve uma grande valorização do estudo de fronteiras e limites do país.

Na transição para o século XX, os estudos do General Cândido Mariano da Silva Rondon e de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, destacam-se nesse

campo. O primeiro fez uma análise sistemática do noroeste do Brasil, enquanto o segundo fez um tratado detalhado de nossas fronteiras.

No início do século passado, uma outra perspectiva foi apresentada ao campo de estudos. Essa proposta tinha um enfoque interpretativo e os adeptos dessa corrente passam a combater os trabalhos baseados apenas na descrição. São representantes dessa corrente Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha. Capistrano de Abreu, também considerado grande historiador, estudou profundamente a geografia alemã, traduzindo para o português diversas obras, incluindo a *Antropogéographie* de F. Ratzel. Como destaca Almeida (2000), Capistrano de Abreu publicou, em 1904, a *Geographia no Brasil*, no qual fez uma crítica, dividindo os trabalhos em dois grupos: os que enumeravam acidentes geográficos e os que por ele eram considerados científicos, uma vez que relacionavam o quadro natural com o processo de ocupação humana.

Nesse contexto, a perspectiva geográfica de Delgado de Carvalho se aproxima das idéias de Capistrano de Abreu. Ambos adeptos da antropogeografia de Ratzel, que estudava a influência da natureza sobre os hábitos do homem e sua ocupação do espaço. A construção dessa análise foi possível graças ao contato de Delgado de Carvalho com correntes de pensamento desenvolvidas na França em sua formação na Escola de Ciências Políticas, diferente de Capistrano de Abreu, autodidata. Como abordam Carvalho e Machado (1995), a escola francesa do início do século XX apresentava o historicismo como alternativa ao positivismo e ao evolucionismo, bases da ciência europeia do final do século XIX. A recém-formada escola de geografia explicava a realidade a partir de sua historicidade, sendo o meio social compreendido por meio da descrição das suas individualidades históricas. Utilizava-se também do naturalismo, no qual a sociedade é vista como um complexo orgânico, revelador da influência do meio físico sobre os homens e a organização social. Nessa perspectiva, foram orientadores da formação de Delgado de Carvalho: além de Ratzel, Jean Bruhnes, Vidal La Blache e Eliseu Riclus, sendo os dois últimos discípulos do positivista francês Frederic Le Play.

A perspectiva de Delgado de Carvalho não tinha o reconhecimento da autoridade científica no campo brasileiro, ainda que reconhecido pela Sociedade Real de Geographia da Escócia, pelo Verein fiet Geographie und statistik de Franckfort, pela Royal Meteorological Society de Londres, entre outras instituições internacionais. Sendo o campo científico um palco de constantes disputas, Bourdieu (1983) destaca que o pesquisador, ao escolher o objeto de estudo, elege o que considera importante, mas não é só. A relação do cientista com seu campo faz com que ele leve em consideração

os interesses presentes neste: *Isto porque seu trabalho não deve ser interessante somente para ele, mas deve ser também importante para os outros* (p.125). A motivação principal é o reconhecimento da autoridade científica. Para conquistá-lo, o intelectual lança mão de estratégias que podem ser de sucessão, quando há respeito pelos limites autorizados pelo campo, ou de subversão quando esses limites são rompidos. Nesse aspecto, a *Geographia do Brasil* (1913), retrato da luta de Delgado de Carvalho nesse campo científico, pode ser considerada *estratégia de subversão*. Publicada pela primeira vez em 1913, possui diferentes edições que acompanham o movimento desse campo em direção à institucionalização da geografia como uma ciência autônoma.

A primeira edição da *Geographia do Brasil* (1913) possui 250 páginas. A primeira particularidade dessa obra em relação às outras de Delgado de Carvalho é o prefácio. Todos são assinados pelo próprio autor, sendo só esse assinado por Oliveira Lima. Os prefácios são pequenos textos que abrem os livros e servem, em geral, para apresentar a obra ao leitor. Podem ser escritos por um prefaciador convidado ou pelo próprio autor. No primeiro caso, o prefaciador quase sempre é uma pessoa de maior prestígio e com publicações na área de estudos da obra, que possui uma identidade com o autor e o apresenta à comunidade de leitores, que valoriza o texto e justifica sua importância diante da crítica. Como já citado, a obra tinha como prefaciador Oliveira Lima, intelectual já reconhecido nacional e internacionalmente, autor de várias obras históricas e jornalista do *Jornal do Comércio*, pertencia ao círculo cultural de Delgado de Carvalho e assim o apresenta:

A educação estrangeira fez nos estudos do auctor mais methodo do que lhe podido inculir a educação nacional – no Brasil há que ser muito auto didacta – e o seu trabalho denuncia felizmente processo de ensino francezes, feitos de clareza e de precisão. Já a base do tratado, ou manual si lhe não quizermos dar aquelles primeiro nome, por pomposo e porventura descabido, representa uma inovação feliz (OLIVEIRA LIMA, 1913, p.7).

Os prefácios escritos por Delgado de Carvalho são espaços utilizados não só para apresentação da obra, mas também para justificar a sua importância diante do campo científico, por meio de argumentos teóricos. O seu texto ainda tem a preocupação de orientar o leitor na sua interpretação. Sendo a maioria de seus livros manuais escolares ou de metodologia de ensino, em geral, ele se dirige aos professores

em uma maneira de prescrever qual a melhor forma de trabalhar o conteúdo do livro. Em *Geographia do Brasil* (1913), ele utiliza a introdução para isso:

A exposição dos factos geographicos deve obedecer a uma ordem lógica, preliminarmente escolhida e justificada, permittindo ver a correlação dos phenomenos. É pois necessário não isolá-los. ‘ Os factos, diz Vidal de La Blache, se esclarecem segundo a ordem em que são agrupados. Separando o que deve ser approximado, unindo o que deve ser separado, toda ligação natural se acha quebrada; é impossível reconhecer a concatenação que reúne os phenomenos dos quais cogita a geographia e que é sua razão de ser scientifica.’ E, pois, mais do que necessário abolirmos, no ensino da geographia practica, tudo quanto é nomenclatura, tido quanto é puramente mnemotchenico, para só encarar os factos em marcha pode-se dizer, e no seu respectivo logar. É útil afastar-se, de vez em quando, do quadro habitual das concepções geographicas tradicionaes. Até hoje, no nosso ensino, toda idea nova, todo progresso da sciencia geographica entre nos, tem sido sacrificados aos moldes antigos, tem sido apresentados num quadro archaico: os espíritos não são levados a ver a geographia, tal qual ella é (DELGADO DE CARVALHO, 1913, p.V).

A disputa pela autoridade científica nesse campo foi retratada na introdução quando, a partir da oposição novo/velho, Delgado de Carvalho delinea sua **estratégia de subversão** e se propõe a apresentar a nova geografia.

A Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro não citou o trabalho como importante no período, valorizando outra forma de conhecimento da nossa geografia:

Um paiz como este, que se perde pelo infinito, onde nem as posições geographicas estão devidamente tomadas, onde os geographos ignoram superficie e população e os legisladores as necessidades do povo e os governos os recursos da terra, onde tudo é ensaio e tacteação; conforta certamente ver apparecer obras de inquérito nacional de estatística e estudo social, feitos à luz de um critério scientifico. As nossas bibliothecas se enriquecem sempre que podemos compulsar obras assim tão úteis. Os brasileiros, pouco dados ao trabalho de investigação da própria terra, amam mais conhecer o seu paiz atravez dos geographos e scientistas estrangeiros. Certamente, Branner, Lund, Denis, Agassis e Martins, Saint Hialires e Eschweg ensinaram muito mais aos nossos patrícios os segredos de nossa terra, do que seus recursos visuais e tácteis puderam descobrir e vislumbrar aqui. (Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, anno 1914, p.10)

A perspectiva inovadora da *Geographia do Brasil* (1913) era o estudo a partir da antropogeografia. Segundo Zarur (1941), já havia obras de nossa literatura que tinham essas características, como Sylvio Romero, Euclides da Cunha, João Ribeiro, mas não

se dedicavam ao estudo da geografia. A *Geographia do Brasil*, em todas as edições, não se fundamenta só em tais aspectos, abrangendo tópicos sobre as raças, línguas, religião e a influência do meio sobre a sociedade ao longo do livro. Para os professores, tal proposta despertava desconfiança quanto à possibilidade de sua aplicação nos cursos secundários: *A esplêndida Geographia do Brazil, por Delgado de Carvalho, paira, infelizmente, como a célebre edição dos naturalistas, da obra de Wappoeus, muito alto, para além da escola primária, e mesmo da secundária* (LOPES, 1920, p.86).

O autor apresenta estudo do Brasil dividido em cinco regiões: setentrional, nordestino, oriental, meridional e central. Essa divisão, que respeita as chamadas regiões naturais e não a divisão administrativa, como em outros compêndios, é assim justificada:

A nossa Amazônia, brutalmente cortada em duas partes, sob pretexto que dois Estados, que duas divisões administrativas a partilham a nossa Amazônia sem sua bella harmonia geológica, sem a majestade de sua grande artéria central, cuja unidade, cuja economia constitue um mundo por si só... (DELGADO DE CARVALHO, 1913, p. VI).

As características da hidrografia, relevo e climatologia de cada região são apenas citadas. Não houve nessa edição um capítulo dedicado a cada uma delas, no entanto tal trabalho é anunciado para breve, na publicação de uma *synthese geographica*. Tal *synthese* acabou por ser incorporada nas outras edições sem que se constituísse um livro separado.

A segunda edição foi publicada em 1923. As diferenças em relação a primeira são a atualização dos dados e a introdução. A introdução foi utilizada pelo autor como um espaço político para reivindicar uma aceitação maior à chamada nova geografia científica. No texto, Delgado de Carvalho diz que esta deveria ter como objeto a evolução do homem e o meio que o cerca, procurando as denominadas individualidades geográficas, ou seja, a especificidade de cada região. Esta deveria ser assim, o objeto da geografia, e não os nomes e a localização dos pontos do nosso relevo, considerados pouco úteis ao desenvolvimento da geografia como ciência: *A geographia moderna é um ramo científico cheio de vida e de movimento e ao mestre pertence não deixar o alumno embrenhar-se na floresta monótona dos nomes inventados pelo homem* (p.8).



O jovem autor de *Geographia do Brasil* .
Foto publicada na *Revista do Gás* (1975,p.34)

A fala de Delgado de Carvalho é reflexo das transformações ocorridas nesse campo intelectual. No final da década de 1910, a corrente interpretativa da geografia começou a ganhar mais espaço. Ao tomar posse na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, o engenheiro militar Eduardo M. Trindade faz a análise da nossa geografia a partir de autores como William Morris Davies, Vidal de La Blache e Ratzel, que valorizavam a perspectiva das correlações entre aspectos físicos e humanos.

Segundo Martins (1987), a década de 1920 é marcada por mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais: as revoltas tenentistas traduzem a insatisfação das camadas médias urbanas com o sistema político ainda dominado pela oligarquia. O crescimento do mundo urbano a partir de novas atividades industriais exigia a modernização política e econômica. Nesse contexto de efervescência, Herschman e Pereira (1994) destacam o complexo entrecruzamento de idéias, no qual os intelectuais aparecem comprometidos com os novos referenciais culturais modernos.

A Semana de Arte Moderna é considerada por muitos autores o ponto de partida para o processo de construção da modernidade brasileira. Por ocasião das comemorações do centenário da independência, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro publicou um livro comemorativo à exposição feita, o que foi muito comum no período. A obra demonstra a ascensão da corrente interpretativa, ainda que a descrição prevalecesse:

A obra que se vai ler é uma tentativa arrojada da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que desejou, assim comemorar o 1º. Centenário da Independência do Brasil, publicando um trabalho longo, colaborado por diversas autoridades nas matérias geográficas e, que no seu conjunto, representasse um verdadeiro inquérito das possibilidades brasileiras. Não havia só a considerar o lado descritivo. O que mais importava era realizar uma obra genuinamente nacional, redigida sómente por brasileiros natos (Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, 1922, p.I).

A lista de autores dos artigos reforça a idéia de mudanças no campo. A maioria dos artigos é assinada por Honório Silvestre, então professor de Geografia do Colégio Pedro II, considerado por Delgado de Carvalho, junto a Everardo Backheuser e Fernando Raja Gabaglia, grandes colaboradores no processo de modernização do ensino da geografia. O texto de Delgado de Carvalho intitulado *Atlântico Sul* analisa o litoral nordestino, em um tom descritivo, que muitas vezes ele criticara. Nesse sentido, houve um esforço do autor em buscar a aceitação do meio, ainda que fosse através da mistura das duas linhas do campo intelectual. O autor passa a demonstrar preocupação com o reconhecimento de seus pares à nova geografia.

A década de 1920 é marcada por uma nova concepção da modernidade no Brasil. Enquanto na década anterior se buscava inspiração européia para construir o conceito de moderno, nesse período se procura no próprio Brasil o caminho para a modernidade. A questão era: Que país é esse? Os intelectuais recorrem ao método científico para o desenvolvimento de uma nova visão do país. Esse período é marcado, como nos lembra Machado (1995), por construções de imagens sobre o território brasileiro. Os textos de Tristão de Alencar Araripe, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana sobre as raças, a mestiçagem, imigração passam a ser alvo de intenso debate no meio intelectual.

A ciência passa a ser vista como instrumento para estudar os problemas nacionais como o analfabetismo, a fome, a seca e doença. Em particular, o fenômeno das secas do Nordeste, que prejudicava o desenvolvimento econômico da região e era estudado por comissões desde 1902, passa a ser incumbência da Inspeção de Obras contra as Secas em 1909. De acordo com análise de Pereira (1994), a Inspeção, dirigida por Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, constitui um importante espaço de pesquisas da nossa geografia regional. Contando com especialistas estrangeiros como o Alberto Lofgren, Horace Williams e Roderic Crandall, elaborou classificações

científicas a partir de pesquisa de campo da flora, vegetação, chuvas e climatologia nordestina.

Na década de 1920, Delgado de Carvalho participou dessa Inspeção e, aproveitando as séries pluviométricas elaboradas, organizou, junto a Arrojado Lisboa, o *Atlas Pluviométrico do Nordeste* (1921). Encomendado pela própria Inspeção, tornou-se importante fonte de consulta para geógrafos.

Para Sirinelli (1996), a sociabilidade é um fator importante na construção do pensamento. Sentimentos como amizade, afinidade cultural, atração ou até a rivalidade e a hostilidade criam um microcosmo intelectual particular que geram influências que atuam na formação desses intelectuais.

Nesse sentido, a rede social construída por Delgado de Carvalho no Colégio Pedro II, formada por Fernando Raja Gabaglia, Everardo Backheuser e Honório Silvestre, compartilhou muitas dessas lutas. Com exceção de Delgado de Carvalho, que era professor de inglês da instituição, todos eram professores de geografia. O estudo das questões geopolíticas brasileiras sob a perspectiva da nova geografia, como identifica Almeida (2000), pode ser um elemento de afinidade, mas sem dúvida penso que as mudanças nos métodos de ensino de geografia representavam um elo maior entre eles.

A preocupação desses intelectuais com o ensino revelam outros caminhos da institucionalização da geografia como campo científico autônomo; esse processo se desenvolveu tanto por meio do estudo de nosso território como na estruturação do ensino da geografia. Delgado de Carvalho escreve a *Methodologia do ensino geographico* (1925), o primeiro de uma série de livros sobre a didática da geografia, para ser apresentado no Quarto Congresso Brasileiro de Instrução Superior. Realizado no ano seguinte, no Rio de Janeiro, tinha como objetivo coletar sugestões para reforma do ensino secundário para serem encaminhadas ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. O prefácio começa pela defesa da antropogeografia como substituta da memorização de nomes e características de acidentes geográficos, que não faziam qualquer sentido didático para ele.

Nas escolas do Brasil e de outros países de nosso continente, a geographia é o estudo de uma das modalidades da imaginação humana, isto é, da sua faculdade de atribuir nomes, de christar áreas geographicas. As montanhas, os rios, as regiões naturais não são estudadas em si, mas apenas como merecedores de um esforço de uma fantasia. Aqui, quem não sabe a nomenclatura não sabe geographia, e deste modo a poesia e a geographia são productos directos da imaginação, apesar de fazerem parte de cadeiras differentes (p.4).

A terceira edição da *Geographia do Brasil* (1927) é reflexo dessa nova orientação do campo científico. A grande diferença em relação à edição anterior é a publicação da *Synthese geographica* (1927), anunciada desde a primeira edição, mas só nesta publicada:

Venho tarde, é verdade, mas espero ainda poder trazer a minha contribuição à grande obra da educação nacional, cumprindo com minha promessa de 1913. Durante todos estes annos, me tenho batido pelo ensino moderno da geographia entre nós; tenho escripto e tenho falado, mas só agora me foi dado trazer a expressão do meu pensamento, em matheria de geographia pátria, dando uma forma concreta, aliás defeituosa e pallida, uma applicação tímida das idéias que venho defendendo (DELGADO DE CARVALHO, 1927, p. IV).

A *Synthese* constituía um livro separado. Logo acima do índice, o nome do autor e o conteúdo correspondente ao segundo ano do Colégio Pedro II. Era uma forma de mostrar a legitimidade diante do campo intelectual. Havia um capítulo para cada região nacional, só anunciada na primeira edição. A partir da perspectiva de Ratzel, os cinco capítulos apresentam sempre o mesmo roteiro de estudo: descrição geral, descrição política, cidades, população e estados e, por fim, a chamada descrição especial, quando se analisam aspectos históricos da formação regional. Ao longo do texto, houve um aumento do número de mapas e tabelas com dados estatísticos para cada tópico abordado. Por fim, há três anexos. O primeiro com dados estatísticos mais atualizados, o segundo com orientação aos professores, e o último com uma série de fotos das diferentes regiões do Brasil.

A quarta edição só possui uma diferença em relação a anterior: os dois livros, a *Synthese geographica* e a *Geographia do Brasil*, tornam-se um único volume. A partir da edição publicada em 1928 até a nona, publicada já na década de 1940, não ocorreram mudanças, o que retrata a institucionalização desse saber geográfico, caracterizando uma nova fase dessa ciência no Brasil.

1.4. Um pioneiro da Sociologia no Brasil

Em *Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo da sociologia geral* (1935), Fernando de Azevedo escreve na introdução uma breve história da sociologia no Brasil até aquele período. Nesse sentido, atribui a Delgado de Carvalho o papel de pioneiro da ciência no país, juntamente com Sílvio Romero e Pontes de Miranda. Para Azevedo, a sociologia é dividida em três períodos. O primeiro corresponde à segunda metade do século XIX até 1928, quando surgem as primeiras interpretações da história com idéias sociológicas, no qual Sílvio Romero representa uma exceção ao utilizar Spencer para os estudos da história do Brasil. Outros escritores apenas reproduziam as obras européias em seus textos, sem a preocupação em aplicar tais teorias à análise da realidade nacional. A segunda fase corresponde à introdução do ensino dessa matéria nas escolas (1928-1935). O fato destacado nesse período pelo autor foi a criação da primeira cadeira de sociologia no Colégio Pedro II, da qual Delgado de Carvalho foi o responsável. A última fase é iniciada com o desenvolvimento das pesquisas no país a partir da implantação de cursos universitários na Escola Livre de Sociologia em São Paulo.

A partir do texto de Fernando de Azevedo, é possível identificar os caminhos percorridos pela sociologia no Brasil, inclusive no período anterior a sua institucionalização como disciplina autônoma. Como destaca o próprio autor, Delgado de Carvalho teve grande atuação nesse processo, o que também pode ser acompanhado por meio de suas obras publicadas na década de 1930: *Sociologia* (1931), *Sociologia educacional* (1933), *Sociologia e educação* (1934), *Sociologia aplicada* (1934) e *Sociologia experimental* (1934).

Dessas obras, apenas *Sociologia e educação* (1934) não é um manual escolar, mas uma análise do contexto educacional do período. Tal característica nos remete a uma particularidade do desenvolvimento desse campo científico no Brasil: ao contrário de outros países latino-americanos, a porta de entrada não foi os cursos de Direito, e sim, os de educação. Segundo Meucci (2000), Rui Barbosa, ainda no final do século XIX, fez a primeira tentativa formal de institucionalizar a sociologia no meio acadêmico substituindo a disciplina de direito natural. Tal proposta, contudo, não foi bem recebida por implicar uma redefinição da concepção do Direito no Brasil. O curso, que servia principalmente para formar os futuros membros da administração estatal, estava mais

voltado à literatura e à oratória necessária à construção dos discursos do que à problematização científica da sociedade.

Tal questão gerou polêmica, ainda como nos lembra Meucci (op.cit), entre os bacharéis da Faculdade de Direito de Recife a respeito do papel da ciência na investigação dos fatos sociais. A questão gerou debates entre os intelectuais da Escola de Recife, movimento filosófico iniciado na cidade que lhe dera o nome, composto por estudiosos que acreditavam na necessidade de renovação da filosofia nacional dominante, fundamentada no ecletismo espiritualista. Para atingir tal objetivo, apoiavam-se no positivismo, no darwinismo e no materialismo. Entre seus adeptos estavam Tobias Barreto, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Sílvio Romero, Araripe Júnior. Enquanto Tobias Barreto representava o descrédito dos bacharéis na possibilidade de racionalização científica da vida social, Sílvio Romero realizava estudos no sentido de comprovar a possibilidade de racionalização das manifestações sociais brasileiras, aplicando as teorias de Comte, Spencer e Le Play para analisar o folclore nacional.

É importante lembrar que Delgado de Carvalho expôs sua análise sociológica inicial como jornalista. Precisava prover seu sustento, já que, ao embarcar para o Brasil, foi deserdado por seu pai, que nunca aceitou sua opção. Assim como outros intelectuais de seu tempo, os *anatolianos*, como classifica Miceli (2001), eram diferentes da geração anterior, em que o jornalismo era exercido por altos dirigentes políticos da oligarquia ou por diplomatas; eles eram profissionais assalariados, que viviam dos rendimentos do seu trabalho, e que também lhes ampliava os campos de atuação: a assessoria jurídica, as conferências, as campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino primário. A melhoria dos salários permitiu a mudança. Delgado de Carvalho foi redator de política internacional do *Jornal do Commercio* e editou, junto a A. G. de Araújo Jorge, a *Revista Americana*.

A revista possibilitou a construção de um circuito de sociabilidade com os fundadores da Escola de Recife. Era um espaço de divulgação dos estudos sociológicos sobre o país, pois tinha como propósito, assinalado por seus diretores, integrar a intelectualidade da América e constituir um espaço neutro para divulgação de novas idéias:

Trabalhará pela aproximação política, congraçamento intelectual, pelo engrandecimento moral das nações americanas. Nas suas páginas serão

agitados e debatidos todos os grandes e palpitantes problemas que se relacionam com os nossos destinos; serão discutidos com a mais ampla liberdade, arredadas todas as restrições oriundas de partidos políticos, facções literárias e parcerias artísticas. Um campo neutro para a plena expansão de todas actividades mentais, de todos os sonhos, de todas as aspirações, de todos ideais, de tudo quanto pensa concorrer para a mobilização e engrandecimento da América (Revista Americana, outubro de 1909).

Cabe ressaltar que as revistas são importante fonte de estudo do movimento das idéias. Para Sirinelli (1996), elas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. O espaço aberto pela *Revista Americana* para várias correntes de pensamento permite observar além da preocupação com as interpretações de fatos da história nacional, as suas várias formas de interpretação. No periódico são publicadas desde análises de personagens históricos como *A grande figura de Padre Antônio Vieira*, por Rocha Pombo, até a crítica de José Oiticica à falta de unidade entre os fatos no trabalho de Von Martius em *Como se deve escrever a história do Brasil*. Entre os artigos está a polêmica da Escola de Recife, com vários textos assinados por Sílvio Romero, intitulados *O Brasil social*, e outras de Clóvis Bevilacqua, adepto da inclusão da sociologia nos cursos de Direito, sobre questões jurídicas. Outro autor tem bastante espaço: Euclides da Cunha.

A questão que começa a se tornar mais comum entre as matérias da *Revista Americana* é a educacional. Em vários números aparece a análise desse aspecto. O próprio Delgado de Carvalho escreve *O ensino agrícola em São Paulo*, no qual faz um histórico da preocupação do estado com o ensino desde o século XIX. Os textos, na realidade, refletem a preocupação dos intelectuais do período com o atraso da nação, e a educação passa a ser vista como caminho para superá-lo. Tal contexto é denominado por Nagle (1976) como entusiasmo pela educação quando a questão passa a ser vista como o maior dos problemas do país, sem o qual não se poderia resolver qualquer outro. Motivados pelas questões nacionalistas, políticas e intelectuais da década de 1910, vêm na universalização do ensino elementar o caminho para o cumprimento das promessas republicanas de tornar o país mais democrático. Com um maior número de alfabetizados, seria possível ampliar o número de eleitores e assim reformular o poder político. Com o tempo, os políticos passariam a ver nos levantes armados, que

ocorrerem na década, uma forma melhor de alcançar o poder enquanto os intelectuais continuam fiéis à causa educacional.

Desse contexto faz parte a Associação Brasileira de Educação (ABE), importante fórum de debates sociológicos. Em 1924, treze intelectuais cariocas, entre os quais Delgado de Carvalho, fundaram a ABE. Segundo Carvalho (1997), o grupo em que predominavam médicos, advogados e engenheiros visava a transformar o país através da educação. Herdeiros do entusiasmo pela educação, teriam transformado seus anseios em um programa mais dirigido à escolarização, em um amplo projeto de organização social. Nesse sentido, a ABE se organizou pela retórica do civismo, em que homens cultos e bem esclarecidos eram devotados à organização do país. Era a idéia de que o país necessitava de um cérebro diretor que salvaria o povo amorfo, incapaz de alcançar por si o progresso. Tal diagnóstico se baseava em análises a partir de teorias sociológicas. Entre os autores citados para amparar a defesa dessa perspectiva, estavam Oliveira Viana e Alberto Torres.

Como aborda Carvalho (1997), os dois autores eram muito citados nos discursos da ABE, na década de 1920. Apesar de pontos divergentes, ambos possuíam a idéia de que o país precisava se organizar, ou seja, era necessário integrar-se geograficamente por meio da expansão das vias de comunicação, pelo povoamento dos espaços vazios e pela educação. Nesse sentido, Alberto Torres define o papel da elite intelectual, que acabou por ser adotado pelos intelectuais abeanos: a condução de um projeto de organização nacional em bases nacionalistas, por meio da construção de um conhecimento que tornaria possível a criação da unidade nacional.

Por sua vez, as idéias de Oliveira Viana despertavam grande simpatia em Delgado de Carvalho, que o considerava um representante da sociologia no Brasil, um grande intelectual de sua geração. Adepto como Delgado de Carvalho a antropogeografia de Ratzel para estudo do homem brasileiro, compartilhavam também das idéias de Brunhes, Vidal de la Blache e Le Play em suas análises sociológicas. Na introdução da *Evolução do povo brasileiro* (1922), divide esse processo em três partes: a evolução da sociedade, da raça e a das instituições políticas. Nessa última, defende a necessidade do papel centralizador do Estado para corrigir os desvios causados pela extensão do nosso território, pela dispersão da nossa população e pela ação de agentes geográficos e, dessa forma, organizar a nação.

Tal perspectiva pode ser identificada no discurso de Delgado de Carvalho sobre o papel da educação. No prefácio de *Sociologia e educação* (1934), ele define como um

dos principais objetivos do sistema educacional estabelecer a unidade cultural. Esse objetivo tem um tríptico ponto de vista:

*Em primeiro lugar visam a uma adaptação do indivíduo à vida cívica, isto é, a formação do cidadão como membro consciente e activo da sociedade.
Em segundo lugar, procuram adaptar o indivíduo à vida econômica como profissional num ramo de produção.
Em terceiro lugar, promovem no indivíduo o interesse pela cultura, determinam a sua actividade pessoal na utilização das horas de lazer, que os progressos da civilização vão procurando multiplicar (p.6).*

Para atingir tal objetivo organizacional, Delgado de Carvalho estabelecia entre as funções educacionais a *selectiva*. Tal função, *a mais delicada, e a que mais promete para o futuro da democracia* (p.7), na qual aos mais capazes deveriam ser atribuídos papéis mais adequados à sua competência: A função selectiva deveria ser: *menos considerada como uma eliminação natural dos incapazes do que uma que uma inteligente distribuição delles em actividades sociaes onde serão úteis, ordeiros e felizes* (p.7).

Para o sociólogo, assim como outros intelectuais da ABE, a reforma da sociedade seria por meio de reformas educacionais. Nesse fórum de discussão, a mentalidade formada nas escolas e academias, a partir de um ensino bacharelesco e ornamental, era criticada e lutava-se por uma escola que formasse espíritos ligados à cultura científica. Desse contexto fez parte a Reforma Rocha Vaz que, ao reformar o ensino secundário, introduziu a sociologia como disciplina no sexto ano. Delgado de Carvalho foi o professor responsável pela disciplina no Colégio Pedro II.

Para exercer tal função, Delgado de Carvalho elaborou o programa da disciplina com manuais escolares que muito contribuíram para institucionalização da sociologia como campo de conhecimento autônomo. Desse processo participaram também outros autores que publicaram na década de 1930 livros destinados ao ensino da Sociologia: Carneiro Leão, Fernando de Azevedo, Amoroso Lima, Djacir Menezes e Amaral Fontoura. Os livros se destinavam à formação de alunos, familiarizando-os às novas perspectivas sociológicas, despertando-os ao interesse para o novo campo de estudos que se formara.

Uma preocupação de Delgado de Carvalho, comum em outros autores, era tornar a sociologia prática. Era necessário pesquisar a cultura do país, conhecer o homem por meio de investigações sociológicas. Delgado de Carvalho considera esse momento importante para a sociologia no Brasil.

O movimento de 1930 que se deu entre nós não se limita a despertar uma literatura sociológica de amadores com vistas superficiais, embora curiosas ou originais. É essencial que o pensamento sociológico mesmo quando hauridos os seus elementos na ciência estrangeira, se mantenha na esfera das realidades nacionais: só assim poderá auxiliar a reconstrução que se torna indispensável. Já é tempo da sociologia, entre nós, se tornar experimental na medida do possível. Antes de tirarmos conclusões problemáticas de uma suposta filosofia de nossa história, estudemos cuidadosamente os elementos por meio de inquéritos, pesquisas, monografias, estatísticas, observações e experimentações. Todos os métodos são bons, contanto que sejam aplicáveis (DELGADO DE CARVALHO, 1934, s/p). .

Para o sociólogo, era urgente que a ciência social deixasse o campo teórico e partisse para o estágio experimental:

Representa esta ciência um passo para a frente; não se contenta mais em acumular dados, de observar fenômenos, de compilar estatísticas, menos interessada na apuração da verdade dos fatos, trata antes, de tirar proveito das verdades neles contidas para servir fins humanos, no presente e no futuro, principalmente no futuro (DELGADO DE CARVALHO, 1935, s/p).

Em 1928, na Reforma Fernando de Azevedo, a ciência foi implantada no curso profissional do Ensino Normal. A partir da década de 1930, o Instituto de Educação se tornou um laboratório do projeto dos pioneiros da educação nova, do qual Anísio Teixeira, como Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, e Lourenço Filho, como diretor do próprio Instituto, tinham o controle. As reformas do Ensino Normal continuaram. Para Lourenço Filho, o ensino era tradicional e seguia um padrão francês, em que se aprendia a ensinar observando mestres mais experientes. A nova fase tinha como objetivo implantar o padrão americano de investigação científica.

No programa de ensino de Sociologia Educacional, elaborado pelo próprio Delgado de Carvalho, fica clara a preocupação em modificar a sala de aula, tornando-a um laboratório de sociologia. O professor deveria aprender a compreender, com base em padrões científicos, o meio social que irá atuar e, com isso, identificar o objetivo social dos programas de ensino e a organização escolar. Os conceitos a serem trabalhados dariam subsídio teórico: organização social, valores sociais e ajustamento social. O professor analisaria os problemas da prática, como a disciplina, com os olhos da sociologia.

Aliás, um importante exercício da sociologia foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento cujos signatários eram autores de livros de Sociologia: além de Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Hermes Lima. Bobbio (1997) analisa o manifesto de intelectuais dirigidos à opinião pública como um exercício da pretensa função deste em esclarecer. Assim, eles assumem para si o dever de esclarecer o público a respeito dos perigos a que a sociedade estaria exposta. O intelectual aparece como protetor dos valores superiores. Para realizar tal tarefa, o manifesto precisa de notoriedade. Neste sentido, Xavier (2002), ao estudar o Manifesto dos Pioneiros, observa que entre os critérios de seleção dos signatários está a sua divulgação. Entre os escolhidos, estão presentes jornalistas e intelectuais que já teriam conquistado importância no campo, como Delgado de Carvalho.

Redigido por Fernando de Azevedo, o texto adota o novo olhar dessa ciência social diante da educação. Como analisam Cunha e Totti (2004), para os signatários faltava objetividade à causa educacional brasileira: seus objetivos e suas finalidades careciam de definição. Sendo assim, era necessário romper a dimensão teórica das análises sociais até então realizadas por intelectuais como Sílvio Romero, e partir para aplicação das teorias sociológicas, amparando a questão educacional a partir dessa investigação científica:

O físico e o químico não terão necessidade de saber o que está se passando além da janela do seu laboratório. Mas o educador, como sociólogo, tem necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa. As alturas e a profundidade da vida humana e da vida social devem estender-se além do seu raio visual; ele deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases, para perceber, além do aparente e do efêmero, o jogo poderoso das grandes leis que dominam a evolução social, e a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e na pluralidade das forças sociais que cooperam nas obras da civilização (AZEVEDO, 1958, p.60-4).

Segundo Xavier (2002), o Manifesto representou uma estratégia de um grupo de educadores que defendia a renovação educacional por meio da utilização de um conhecimento científico, em oposição ao grupo católico interessado em conservar o modelo tradicional de ensino. Essa luta pelo controle do aspecto educacional se reflete no campo da sociologia. Da mesma forma que aparecem manuais de sociologia de autoria dos signatários, o lado católico também publicou manuais de sociologia, no qual procurou fundamentar os princípios católicos da divisão do mundo social.

O maior representante católico de autores de manuais de sociologia é Alceu de Amoroso Lima. Na introdução de *Iniciação à sociologia* (1931), ele coloca que a legitimidade da sociologia ainda é discutível. Para o autor, a sociologia sempre existiu entre os antigos filósofos e religiosos. Em sua concepção está que *a sociologia cristã julga possível melhorar a sociedade moderna, sem, contudo, crer na possibilidade de levá-la à perfeição, pois acredita que a felicidade não é deste mundo* (p.8).

Ainda na década de 30, outro espaço de institucionalização da sociologia foi criado: a organização das primeiras universidades brasileiras. Os primeiros cursos da disciplina surgem em São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933 e na USP, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934, espaços nos quais Delgado de Carvalho não atuou como professor. Continuou ministrando aulas de sociologia educacional e escrevendo livros didáticos em que deixava claro que seu intuito não era o pensamento original e, sim, a divulgação da ciência no país.

1.5. O historiador contemporâneo

Além de professor de História, não só no curto período entre a sua saída do exército francês, onde pretendia seguir carreira na cavalaria, e o seu ingresso na Escola de Ciências Políticas de Paris, foi catedrático da disciplina História Moderna na Universidade do Brasil. Além disso, escreveu catorze manuais escolares da disciplina, dedicados ao ensino secundário e superior. Fora isso, ao chegar ao Brasil assinou uma coluna no *Jornal do Commercio* sobre História Contemporânea, no qual, a cada mês, analisava uma questão da política internacional pelo seu viés histórico. Delgado de Carvalho não se considerava um historiador de ofício, mas sim, um estudioso da história:

Há mais de setenta anos que venho me dedicando ao estudo da História, e já em 1904, quando lecionava a matéria num colégio de Lausanne, na Suíça, me lembro da emoção que senti nos dias que seguiram o dia 8 de abril, data do acôrdo franco-britânico, chamado Entente Cordiale. Era definitivamente um grande “tournant de l’Histoire” cujas conseqüências ainda hoje repercutem. Confesso que, neste prolongado meio século de estudos históricos, evolui consideravelmente, mas tenho impressão que os pontos de vista de encarar a História e de tratar de sua interpretação na educação

mudaram e evoluíram ainda mais (DELGADO DE CARVALHO, 1970, p.11).

É possível perceber que o estudo da história, e mais, o escrever sobre a história sempre esteve presente na vida do sociólogo. Sendo assim, cabe aqui analisar essa escrita, para que se possa avaliar o seu papel no campo da História, para além da representação que o próprio intelectual fez de si. Para isso, é necessário entrecruzar seus textos com a forma de se produzir história no Brasil de seu tempo.

Como relata Castro (1993), o pai de Delgado de Carvalho nunca aceitou sua decisão de vir ao Brasil. Como represália a sua atitude, foi deserdado. Ao chegar, tinha mais uma preocupação além dos estudos: prover seu sustento. Nesse sentido, o intelectual tinha o capital cultural a seu favor. Bourdieu (1989), para definir o poder advindo da posse ou do consumo de bens culturais, utiliza a expressão capital cultural. O capital cultural se divide em três categorias: objetivado, incorporado e institucionalizado. Em sua trajetória no Brasil, a terceira categoria, referente aos certificados escolares que atestam sua formação cultural e lhe propicia vantagens no mercado de trabalho, fez-se determinante. Ainda que não dominasse a língua portuguesa, conseguiu emprego no *Jornal do Commercio*. A sua formação no Internato dos Dominicanos e na Escola de Ciências Políticas, mais o exercício da profissão em jornais suíços e franceses lhe davam legitimidade diante do meio intelectual brasileiro, no qual poucos tinham acesso à universidade. Delgado de Carvalho ainda contava com o capital social, definido por Bourdieu (1983) como o conjunto das relações sociais, amizades, laços de parentesco que podem lhe proporcionar benefícios materiais, como a indicação para um emprego. Nesse sentido, Matias Roxo, antigo colega de escola e bem situado socialmente, apresentou-lhe ao meio cultural carioca, facilitando sua indicação ao jornal.

A atividade jornalística cumpriu um importante papel na trajetória de Delgado de Carvalho. Como nos lembra Gomes (1996), funciona como uma vitrine dos homens letrados, uma forma de divulgar seu trabalho. Os jornais eram a porta de entrada no mercado de trabalho intelectual: *No caso daqueles que vinham para o Rio de Janeiro, trabalhar em jornal era praticamente vital; uma espécie de bilhete de entrada no espetáculo do qual se esperava participar* (p.46). Ainda citando Gomes (1996), o jornal era uma forma de circulação de idéias, não só de notícias, mas também de crônicas, ensaios, textos de conteúdo literário, histórico, antropológico etc. A publicação de livros

no Brasil do início do século XX era um processo difícil, o jornal era um meio de veiculação da produção intelectual. Oliveira Lima, Alfredo de Carvalho, João Ribeiro, Rocha Pombo e Capistrano de Abreu são exemplos de intelectuais que publicaram seus estudos em colunas de jornal.

A coluna de política internacional de Delgado de Carvalho no *Jornal do Commercio* era mensal. O texto, que ocupava aproximadamente metade da folha, era apresentado ao leitor com subtítulos, apontando o caminho percorrido pelo autor na sua elaboração:

A política commercial dos Estados Unidos

I-Orientação da política commercial - As primeiras tarifas- As guerras- O embargo - Primeiras indústrias - Tendências protecionistas.

II-O desenvolvimento do oeste e a Guerra de Secessão- As riquezas do sul - As crises de 1837 e de 1857 - O sul contra o norte - Tarifas da Guerra.

III- O protecionismo americano-Republicanos e democratas-As tentativas de Grover Cleveland - O bill Dingley.

IV- Indústrias protegidas e monopolizadas - A formação dos trusts- O Standard Oil Co.- As indústrias monopolizadas e o trusts - As indústrias monopolizadas e o protecionismo.

V-A tarifa de 1909- O Presidente Taft - Obill Payne - A tarifa actual e os interesses do Brasil (Jornal do Commercio, 9 de novembro de 1909).

De acordo com esse e outros artigos que seguem o mesmo modelo, é possível perceber que o autor recorre sempre a argumentos históricos para situar o leitor na questão contemporânea que envolve o tema principal: *Para julgar a importancia da evolução econômica que acaba de se realizar, e determinar seu verdadeiro caracter, é necessário lembrar as phases principais da política commercial seguida pelos Estados Unidos* (op.cit.). Partia assim, para a construção de um texto histórico.

Segundo Certeau (1976), fazer história é uma prática relativa a um lugar e a um tempo, portanto *cada sociedade se pensa historicamente com os instrumentos que lhes são próprios* (p.28). Nesse sentido, a historiografia de Delgado de Carvalho tem uma particularidade, pois ele não se propôs prioritariamente escrever sobre a história do Brasil. De seus catorze livros com títulos de História, apenas um remete ao contexto histórico brasileiro: *História da cidade do Rio de Janeiro de acordo com os programas das escolas públicas municipais* (1926). Dirigido às professoras primárias, tinha o objetivo de auxiliá-las no cumprimento do novo currículo que determinava a história da

capital da república como uma introdução à História do Brasil. Utilizando como fonte as obras já produzidas sobre o assunto, Delgado de Carvalho deixa claro que o livro é uma reunião *destas informações, destinado a facilitar às professoras públicas a coleta de dados esparsos* (p.19). A perspectiva histórica era a mesma de outros intelectuais que produziram textos sobre história no Brasil desse período: Capistrano de Abreu, Manoel Bomfim, Oliveira Lima, Silvio Romero, entre outros, que se dedicaram ao estudo do período colonial brasileiro, a fim de entender a formação do Estado, da constituição da nação e da cidadania brasileira. Segundo Ribeiro (1989), nesses estudos se recorre sempre ao sete de setembro para analisar a construção da identidade nacional, privilegiando os grandes personagens históricos ou a crise do antigo sistema colonial.

Nos capítulos, as fontes com os quais trabalha são os arquivos europeus organizados no século XIX, de acordo com os valores nacionais cuja prioridade era dada às fontes político-administrativas. Esse pensar histórico guarda preocupações e características da sociedade européia na qual se formou e acompanhou pessoalmente vários fatos que viraram temas de seus livros. O objeto de estudo era história da civilização moderna e contemporânea. Nestes, fica clara uma discussão dos métodos na elaboração de discurso histórico:

A história é explicada, geralmente, pelas tradições, pelos usos e costumes, pelos antecedentes sociais, filosóficos, morais, digamos, pelos precedentes. Não deixa isto tudo de ser verdade, os fatos o demonstram, mas o pouco de experiência dêste último meio século prova como vão enfraquecendo usos e tradições e exemplos chamados piedosamente lições de História. A resposta seria, pois, que a história é descontínua. Dizem com razão que ela se repete, mas seria imprudente pautar uma política econômica ou social sôbre as suas repetições. Um estudo mais detalhado das circunstâncias demonstra, muitas vêzes, que as coisas parecem repetidas, resultam de fatos mal observados ou diferentes (DELGADO DE CARVALHO, 1970, p. 12).

Entre as várias análises do ofício do historiador, Falcon (1996) ressalta dois pontos que caracterizam essa identidade: a autoconsciência, ou seja, a intenção em escrever um texto histórico e o reconhecimento de seus pares. O texto produzido tem as marcas discursivas que o definem como tal. Ainda citando Falcon, para analisar o campo histórico brasileiro em construção, é possível perceber a tradição do empirismo positivista que o acompanha até o final da década de 1950. Nesse período, o historiador, praticamente um autodidata, recorre ao positivismo como maneira científica de escrever história e, assim obter o reconhecimento de seus pares.

O IHGB foi uma das primeiras entidades brasileiras a se dedicar ao estudo da História. Segundo Iglesias (2000), o Instituto pretendia fazer uma história baseada em biografias que orientassem as novas gerações para o patriotismo. Ainda herda da corrente historiográfica européia o cuidado com a documentação, estimulando os pesquisadores a amparar todas as suas afirmativas em fontes documentais. A sua principal realização foi sua revista, editada até hoje, na qual eram editados trabalhos originais. Ainda se deve ao IHGB a realização de conferências, cursos, organização de um rico arquivo, biblioteca e a experiência da Academia de Altos Estudos, fundada em 1915, da qual Delgado de Carvalho foi professor, por indicação de Oliveira Lima. Ali, pretendia-se fazer um estudo ligado à pesquisa, que não obteve sucesso, sendo logo depois encerrado.

O discurso histórico de Delgado de Carvalho guarda alguma semelhança com os métodos propagados pelo IHGB. Estes se amparam na narrativa de acontecimentos políticos, que conduzem aos aspectos sócioeconômicos, muito valorizados pelo autor. Os fatos são sempre fundamentados em documentos: tratados, conferências, códigos de leis, ainda que apenas citados, são utilizados como recurso para dar um caráter científico.

O reconhecimento dos pares é demonstrado pela sua escolha para professor catedrático da Universidade do Brasil. Nesse aspecto, a universidade foi importante espaço para institucionalização da história como campo autônomo de conhecimento:

A criação das primeiras Faculdades de Filosofia – as da USP e da antiga UDF (sucedida pela FNEI da antiga Universidade do Brasil) – acompanhada pela vinda para o Brasil de um grupo de brilhantes mestres franceses, é necessário ter em vista que o impacto de tudo isso, a começar pela irradiação e consolidação das possibilidades reais de inovação presentes nesses fatos, quer no ensino, quer na escrita da História, foi na verdade muito lento, e consumiu ainda duas décadas pelo menos (CARDOSO, 1996, p.18).

Muito do reconhecimento de sua legitimidade diante do campo veio de seu capital cultural. O conhecimento a que Delgado de Carvalho teve acesso não só na sua formação, mas nas constantes viagens à Europa, era raro no Brasil. Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, estava em Londres, por ocasião da morte de seu pai. Como estourara o conflito, não conseguiu retornar, pois seria muito arriscado e acabou permanecendo lá, trabalhando como correspondente de guerra. Membro honorário, sócio efetivo ou correspondente de várias entidades geográficas e históricas, no Brasil e

no exterior, mantinha intenso contato com intelectuais na Europa. Nesse período, pesquisar sobre a história moderna e contemporânea no Brasil era praticamente impossível, como recorda Maria Yeda Linhares (1992), substituta de Delgado de Carvalho na Universidade do Brasil e primeira mulher catedrática do país: *Nós também queríamos ser historiadores, dominar os instrumentos da pesquisa histórica, mas como fazer isso na cadeira de história Moderna e Contemporânea? Era humanamente impossível* (p.220).

Mesmo aposentado pela Universidade do Brasil, Delgado de Carvalho continuou escrevendo livros didáticos da disciplina tanto de nível secundário como superior, a partir desses mesmos métodos de pesquisa.

1.6. Acima de tudo um educador

De todas as representações de Delgado de Carvalho, a mais comum é a de professor. Segundo Bourdieu (2005), o mundo social dispõe de vários artifícios para a *unificação do eu* (p.186). Entre estes está o nome próprio. O autor conclui, no entanto, que o nome por si apenas se refere a propriedades biológicas e sociais, que pouco nos dizem da individualidade socialmente constituída. Para nos aproximarmos do indivíduo, para além deste discurso oficial, é necessário investigar o discurso que a pessoa fez de si a fim de perceber todo esforço de apresentação que, por sua vez, representa uma forma de produção de si. Nesse sentido, é possível perceber o seu esforço em atribuir a si a identidade do professor. Em cartões de apresentação, livros, conferências, cartas à referência ligada ao seu nome, apresenta-se como: Delgado de Carvalho, professor.

Em todas as suas obras, é clara a sua preocupação com a educação. O seu discurso e o trabalho nas instituições educacionais em que compôs o corpo docente revelam que foi mais do que isso: um educador. Sempre se preocupou com questões além da sala de aula: a política educacional, os programas de ensino, os livros didáticos, orientação aos professores, mudanças no ensino, enfim, tudo que se referisse ao campo educacional.

Na introdução da *Geographia do Brasil* (1913), fica clara aquela questão central da sua militância no campo educacional: a transformação do ensino secundário brasileiro. Delgado de Carvalho escreve:

O ensino da geographia pátria é entretanto um dever de intelligencia e de patriotismo. Aos nossos jovens patricios não devemos apresentar a geographia do Brasil como uma disciplina austera e ingrata ao estudo. Por meio de bons mappas, de graphics de perfis, de diagrammas, de photographias, si for possível, é preciso torná-la fácil e captivante. É pelo conhecimento do paiz, pela consciência de suas forças vivas que podemos chegar a apreciá-lo a seu justo valor (DELGADO DE CARVALHO, 1913, p.X).

No discurso de Delgado de Carvalho, é possível perceber a importância que ele atribui ao papel da educação na construção da identidade nacional. Sua fala faz parte de um contexto maior classificado por Nagle (1976) como o entusiasmo pela educação. Na década de 1910, os intelectuais acreditavam que a democratização da educação era o maior problema nacional e que, ao ser solucionado, todos os demais estariam resolvidos. Eles ainda veiculam a educação ao aumento do número de eleitores, em uma forma de recompor os quadros políticos. Nesse sentido, o ensino secundário, que garantia o acesso aos cursos superiores, era alvo de críticas por justamente pouco colaborar com essa transformação, à medida que formava profissionais pouco preparados para dirigir os rumos da nação. Em 1911, foi organizado o Primeiro Congresso de Instrução Secundaria, ocasião em que, no discurso de abertura, Egas (1911) faz um panorama da situação:

Para mim, senhores, o maior mal está na pompa dos programmas e nos examens de conjuncto, e, ainda mais, nos exames de admissão. Por outro lado: na preocupação dos paes em que seus filhos completem o curso secundário no menor espaço de tempo possível; na ambição mercantil que se apoderou de miuttos gynnasios. Estabeleceram-se estas duas formulas: Bacharel, quanto antes, dinheiro, quanto mais (p.7).

Os adeptos do entusiasmo pela educação formaram as ligas educacionais, uma forma de organização para combater os males nacionais por meio do ensino. Delgado de Carvalho fez parte da Liga do Ensino Secundário. Em *Methodologia do Ensino Geographico* (1925), escrita para o Congresso do Ensino Secundário, convocado pelo então responsável pela Educação Nacional, o Ministro do Interior, Delgado de Carvalho aproveita o prefácio para sua militância. Além de sugerir ao Ministro mudanças no programa da disciplina, faz um alerta aos professores quanto à necessidade de mudança na prática pedagógica, pois *o que estiveram ensinando até hoje poucas relações tem com a verdadeira geographia*. Para ele, o progresso da ciência entre nós aconteceria à medida que fossem organizados congressos, revistas, bibliotecas e gabinetes de prática.

Sendo assim, o ensino erudito, restrito a poucos estudiosos, e a falta de espaço para reuniões não levaria a lugar algum.

O discurso de Delgado de Carvalho faz parte de um contexto maior, que é a transformação do campo educacional a partir de uma perspectiva científica. De acordo com estudos de Brandão (1992), na década de 1920, esses intelectuais utilizaram a Associação Brasileira de Educação como fórum de debates e conferências, que substituiu o autodidatismo pela qualificação técnica e científica com que passam a ser tratadas as questões educacionais, quando não bastava mais apenas alfabetizar, mas também cuidar da qualidade do método.

Tal militância o levou a ser um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação. É possível que a idéia tenha amadurecido a partir de seu contato com a Liga do Ensino secundário, onde conheceu Heitor Lira da Silva, também sócio-fundador. Criada em 1924, a ABE tinha como objetivo *organizar um amplo movimento de opinião pública, voltado para questões educacionais e, para tal fim, o discurso cívico e a propaganda da educação eram também os recursos principais* (CARVALHO, 1998, p.60). Com esse objetivo, foram convocadas Conferências Nacionais e Semanas de Educação, em que autoridades e pessoas de prestígio social se congregam em torno do grande problema nacional da educação, traçando metas para a organização da unidade nacional.

Entre os temas abordados na Conferência, está o ensino secundário. Motivo de debates na ABE, esse segmento era considerado um sistema elitista que impedia a realização de uma política nacional de educação que garantisse a unidade do país. Delgado de Carvalho teve ativa participação na 2ª Conferência Nacional de Educação, realizada em 1928, quando, a partir do inquérito *O problema brasileiro da educação secundária*, organizado pela seção carioca da ABE, pretendia debater as mudanças geradas pela Reforma Rocha Vaz estabelecida pelo decreto 16782-A, de 13 de janeiro de 1925. Entre as mudanças proporcionadas pela reforma estavam: a ampliação do curso secundário para seis anos, a implantação do regime seriado e o caráter científico com que deveriam ser tratadas as disciplinas, dando ênfase ao seu caráter prático. Em geografia e história havia recomendação para seleção de trabalhos que desenvolvessem nos alunos sentimentos de patriotismo e civismo.

De acordo com Carvalho (1998), vários educadores da ABE tinham posições contrárias à reforma. O principal ponto de discordância era a valorização da função propedêutica em detrimento do papel formativo da escola. Na discussão em torno da

finalidade desse ramo de ensino e as mudanças necessárias, é possível perceber diferentes posições. Barbosa de Oliveira, presidente da Seção de Ensino Secundário, defendia a escola para a formação de uma elite capaz de dirigir o ramo industrial e, para isso, o programa deveria ter como elementos básicos disciplinas relacionadas ao trabalho. Já Venâncio Filho defendia a escola única secundária, moderna, que *as disciplinas tivessem um caráter científico, adotando nos seus processos o método experimental e ao mesmo tempo procurando economizar o mais possível o esforço, obtendo o máximo de rendimento* (p.240).

Diante do debate, Delgado de Carvalho amparava sua posição na prática do ensino secundário no Colégio Pedro II. Além disso, é possível perceber sua defesa por uma educação que caminhasse juntamente com a institucionalização dos campos de conhecimento, que se torna cada vez mais próxima, já no final da década de 1920. A educação era uma questão para técnicos:

A meu ver resolvida a questão idônea, pode ser dado ao curso secundário qualquer um dos programas, simplificando ou não, qualquer horário conveniente, contanto que haja uma orientação segura, uma orientação como lembrais! Esta a que me parece essencial: ela residirá nas instruções preparadas cuidadosamente pelos técnicos de cada matéria. Normas nesse sentido, tímidas ainda me parecem esboçadas no Parecer sobre História, Sociologia, Economia, Geografia Comercial, etc. Cabe agora aos especialistas marcar as suas exigências e aconselhar os poderes públicos (DELGADO DE CARVALHO, II Conferência Nacional de Educação, 1928).

Em sua prática no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação, é possível perceber que o educador procurava ser fiel aos seus pressupostos teóricos, defendendo mudanças nas instituições, no sentido de tratar as questões educacionais como questões técnicas.

Com a tese *Esboço histórico da origem e formação da língua inglesa* (1920), garante o primeiro lugar no concurso, ainda que sob protestos dos concorrentes, comuns nos concursos da época. Alegavam que Delgado de Carvalho era estrangeiro e, por isso, não poderia ser contratado. Isso nos remete à sua juventude, quando se alistou no exército francês e pretendia seguir carreira, mas o tifo o impediu. Por isso, perdeu a cidadania brasileira. Para ser admitido, naturalizou-se e, no fim do ano letivo, tomou posse do cargo de professor substituto de inglês. No ano seguinte, foi admitido como

sócio do IHGB, por indicação de Oliveira Lima, o que comprova o respaldo que o colégio lhe dera diante do mundo intelectual.

No prefácio de sua tese, mais tarde publicada, fala primeiro da importância da língua inglesa em sua vida:

Foi esta a impressão que me causou o estudo da língua inglesa, pela qual sempre tive especial predileção talvez por ter sido levado a estudá-la três vezes sucessivas: como criança, como collegial e como amador. Três vezes, sob pontos de vista bem diferentes; a primeira para me exprimir; a segunda, para passar em exame e a terceira, para satisfazer o desejo de conhecer a fundo a philologia (DELGADO DE CARVALHO, 1920, p. 8).

Mais tarde, demonstra uma preocupação que foi constante em seu trabalho como educador: a renovação dos métodos de ensino. *O presente trabalho tem por objecto corresponder a inovação do programma de 1920, mas propositalmente deixou de lado a grammatica comparada e, por isso, raramente chama a atenção para as analogias e equivalentes do alemão (DELGADO DE CARVALHO, op.cit. p. 9).*

Em 1924, com a morte de Carlos Américo dos Santos, assume o cargo de professor titular. Em seu discurso, como de praxe nas cerimônias de posse do Colégio Pedro II, falou do professor que substituiria, aproveitando para fazer uma crítica ao sistema de admissão que, em sua opinião, privava as instituições de ensino da presença de grandes intelectuais:

Como professor infelizmente, Carlos Américo só pode consagrar o accaso de sua vida à formação de novas gerações. Apesar de classificado em 1.º lugar no concurso de 1889, só em 1911 entrava de facto para o Collegio de Pedro II. Já não era mais moço, já tinha perdido em parte o seu entusiasmo pela causa do ensino que era a vocação real da sua mocidade. Durante doze annos, entretanto, dedicou-se constantemente a sua nova profissão. Poucos brasileiros estavam habilitados como Carlos Américo a reger uma cadeira de inglez nesta casa (DELGADO DE CARVALHO, 1924, p. 28).

No Colégio Pedro II, Delgado de Carvalho participou de vários projetos educacionais visando à inovação de métodos de ensino. Sua reconhecida formação em sociologia fez com que permanecesse pouco tempo como professor de inglês. Em 1927, com a inclusão da disciplina pela Reforma Rocha Vaz, passa a ministrá-la no ensino secundário. Com Everardo Backheuser e Raja Gabaglia, transformou o ensino de geografia do colégio não só por meio do método proposto na sua *Geographia do Brasil*,

adotado com livro didático, mas também pela criação de laboratórios para estudos do clima e do solo com quadros de amostras dos vários tipos de cortes geológicos desenhados pelo próprio educador.

Os homens velhos lendo o magnífico compêndio, como hoje o ensino de geographia é quase o de uma sciencia racional, e não ficarão de boca aberta, quando assistindo os exames dos filhos no Collegio Pedro II, verificarem que as perguntas acolá feitas aos meninos não são nem de geologia, nem de anthropologia, mas de simples, de simplicíssima geographia na sua feição modernista (Jornal do Brasil, 28/01/1928).

Delgado de Carvalho viveu também várias fases do Instituto de Educação. Tornou-se docente de geografia quando o colégio Normal ainda funcionava no prédio do Colégio Pedro II. Acompanhou as transformações da reforma educacional empreendida por Fernando de Azevedo, entre 1928 e 1930. Segundo Acácio (2001), Azevedo proporcionou uma grande mudança em relação aos mestres ao demitir, por meio de decreto, todos os docentes e catedráticos do ensino nomeados sem concurso e não efetivados. Tal medida é assim justificada:

É certo que o professorado não se habilitou, nas escolas em que se formou, para as exigências da nova organização. A escola technologica de mestres e contra-mestres, servida de laboratório de phychotecnica e orientação profissional, e a Escola Normal, remodelada em suas futuras installações, é que serão os grandes centros de preparação e disseminação da mestrança e do proffessorado incumbidos da realização integral de novos ideaes.(AZEVEDO, 1934, p.58)

Ainda que beneficiado pelo decreto n. 3275 de janeiro de 1928, que garantia ao grupo de docentes seus direitos em contraposição à Reforma de Azevedo, Delgado de Carvalho se inscreveu no concurso. A inscrição e a tese com a qual concorreu comprovam a sua concordância à política de renovação do professorado, que tentava acompanhar as mudanças no sentido de tornar especializado o campo educacional. No prefácio de sua tese *Introdução à geografia política* (1929), tal pressuposto era assim defendido:

É pois essencial que haja critério, prudência e precisão na escolha dos elementos para o ensino das novas gerações em matéria geographica, mas não deve deixar de predominar o espírito de progresso contra a rotina, a tendência scientifica contra o simples, talvez commoda repetição das normas passadas (p.5).

Os livros de Delgado de Carvalho revelam uma preocupação do educador com o Ensino Normal. Para o autor, assim como outros escolanovistas, a carência de orientação técnica aos professores era um dos grandes problemas do nosso sistema educacional.

No Brasil, só de 1936 para cá, a matrícula geral nos cursos secundários passou de 194 mil para mais de 650 mil, pertencendo 70% dos alunos matriculados a escolas particulares. A formação de docentes deste segundo grau, entretanto, não pode acompanhar o progresso, e muitos professores auto-didatas, ou mesmo improvisados, ainda auxiliam este desenvolvimento da instrução nacional (DELGADO DE CARVALHO, 1957, p. 118).

O educador ainda dedicava os prefácios de seus livros à explicação de métodos que deveriam ser usados na sala de aula diariamente. No artigo *Dissertações em sala de aula* (1934), publicado na revista *Arquivos do Instituto de Educação*, que tinha como propósito a publicação de pesquisas educacionais com base científicas realizadas por professores do Instituto, Delgado de Carvalho descreve detalhadamente a didática que deveria ser utilizada para trabalhar os temas de sociologia. Essa mesma didática é citada pelo professor em outros livros, com o objetivo de superar um problema de nossos mestres, o incentivo à memorização ao invés de procurar pelo pensamento original por meio da pesquisa, para ele, a verdadeira atividade intelectual. Dessa forma, expunha passo a passo como os professores deveriam proceder, a começar pela leitura atenta, reflexiva, e com auxílio do dicionário. Feito isso, o passo seguinte era a análise das idéias principais do autor lido, comparando-o com outros autores, fazendo um quadro sinóptico. Por fim, deveria haver a construção do próprio pensamento: *systematizar as idéias confrontá-las e depurá-las pela reflexão, pela experiência pessoal e pela utilização de dados que resumem o que os outros pensaram e experimentaram* (p. 106).

Ao chegar ao poder em 1930, Vargas propõe a reconstrução do Estado Nacional Brasileiro, como aborda Brandão (1992). Nesse sentido, muitos dos pioneiros participam desse processo, salientando a importância dos cargos técnicos para a mudança do cenário nacional. Ligando de certa maneira o educacional ao político, Delgado de Carvalho, assim como outros educadores de sua geração, incorporaram para si a função de construir um Brasil diferente, a serviço da ciência. Imaginava ser a ciência capaz de transformar todos os campos da sociedade: o político, o científico, o educacional. Acima de tudo, tinha a fé do educador que acompanhou toda sua obra, por toda sua vida.

Capítulo 2

A consagração do mestre na institucionalização do campo científico

2.1. A universidade no Brasil

Antes de tudo, precisamos saber de modo mais preciso de que falamos. É a atitude clássica dos inícios de curso: definir a disciplina que será estudada durante alguns meses de colaboração confiante - espere-o. Que é a geografia? A pergunta faz-se tanto mais necessária quanto menos é conhecido é menos produzido do que a noção de geografia. Para alguns não passa de uma enumeração árida de nomes de lugares e de algarismos, tão insípida quanto o seria, com muito bem disse um geógrafo brasileiro, Delgado de Carvalho, recitar a lista telefônica. Tal tendência atrasada, fósil é contrária exatamente, à verdadeira geografia, a geografia moderna (MONBEIG, 1940, p.23).

A fala de Pierre Monbeig, em sua aula inaugural do curso de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, anunciava um novo tempo para ciências sociais no Brasil: a criação dos primeiros cursos superiores que institucionalizaram novos campos científicos. Muitos professores franceses foram convidados para fazer parte desse projeto, denominado Missão Francesa: além de Monbeig, o geógrafo Pierre Deffontaines, o sociólogo Paul Bastide, o antropólogo Lévi Strauss, os filósofos Etienne Borne e Jean Maugius. Tais transformações no campo científico foram recebidas com entusiasmo por Delgado de Carvalho. Doutor de formação francesa, reconhecido internacionalmente com trabalhos publicados em revistas científicas européias, pelos quais Monbeig o conheceu, passara as décadas de 1910 e 1920 divulgando a importância desse processo para o Brasil.

Tais mudanças trouxeram um novo olhar para o trabalho do intelectual. Para Bourdieu (1983), esse é um processo comum, pois a estrutura do campo se define a cada momento pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta, agentes ou instituições, isto é, *pela estrutura da distribuição do capital específico, resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições e que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições* (p.133).

Na década de 1920, a *intelligentsia* brasileira já constituída, segundo Martins (1987), vê na universidade o espaço do saber necessário para cumprir a missão que a si própria estabeleceu: orientar a nação. Na Academia Brasileira de Ciências, em que Delgado de Carvalho, Everardo Backeuser, Heitor Lira da Silva, Amoroso Costa e Ferdinand Laboriau eram sócios, formou-se um espaço para discussão dessa questão. Como observou Schwartzman (1979), lá estavam reunidos muitos críticos ao modelo de

universidade da Escola Politécnica e, por isso, lutavam por mudanças. Em especial, atacavam a figura do catedrático erudito que, com grande capacidade teórica, era avesso à prática científica. Nesse aspecto, é interessante lembrar que esta não era desenvolvida no espaço universitário, mas em institutos, museus e laboratórios particulares. Muitos cientistas tinham preconceito em relação à universidade.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi outro importante fórum de discussão da questão. Como analisa Carvalho (1998), tanto a seção de ensino secundário como a seção de ensino técnico e superior realizavam amplos debates em torno do assunto, convocando especialistas de diversas instituições como o Instituto Oswaldo Cruz e a Escola Politécnica, entre outras, para darem palestras sobre a organização universitária.

As críticas à forma de ensino pouco ligada ao método científico muito atraíram os intelectuais da ABE. Nesta havia, segundo Carvalho (1998), dois grupos de discussão, um sediado na seção do ensino secundário, cuja proposta defendia a Escola Normal Superior, a fim de transformar a formação do professorado e um segundo, ligado à seção do ensino superior, que lutava pela implantação das pesquisas nas universidades. Participante ativo desse movimento, Delgado de Carvalho estava ligado ao primeiro grupo, uma vez que uma das preocupações centrais da sua obra é com a formação do professorado, em especial do nível secundário: *para ser professor secundário ou de Escola Superior, qualquer amador, sujeitando-se a um concurso mandarinesco de valor duvidoso, de significação pedagógica nulla, enfrenta uma aula pela primeira vez depois de decretado cathedrático* (DELGADO DE CARVALHO, 1934, p.47). Dessa forma, via a universidade como forma de superar o autodidatismo dos nossos mestres, principal problema da nossa educação, a seu ver.

Com o objetivo de controlar os caminhos da cultura nacional, o Governo Vargas regulamentou o ensino superior através do decreto 19851 de 11 de abril de 1931, a chamada Reforma Francisco Campos. Como destaca Schwartzman (2001), apesar da ciência e da educação não serem as prioridades desse governo, estas passaram a ser vistas como forma de conquistar a legitimidade do novo regime diante da intelectualidade. Na exposição de motivos, Francisco Campos demonstra a intenção em estabelecer, através da legislação, um acordo com as diferentes correntes que lutavam pela institucionalização do campo científico no país:

o projecto que se consubstancia foi objecto de larga meditação de demorado exame e de amplos e vistos debates, em que foram ouvidas e consultadas todas as autoridades em matéria de ensino, individuais e collectivas, assim como ascoltadas todas as correntes e expressões de pensamento, desde as mais radicais às mais conservadoras (CAMPOS, 1941, p.8).

Ainda no mesmo documento, Francisco Campos deixa claro a pouca autonomia que as universidades iriam dispor,

embora resultando, na sua estrutura geral, de transações e compromissos entre varias tendências, correntes e direcções de espírito, o projecto tem individualidade e unidades próprias, segundo o pensamento, que lhe modelou a estrutura, linhas largas, claras e precisas, que lhe demarcam orientação firme e positiva e asseguram proporção e equilíbrio aos planos com que se distribuem os seus princípios de organização administrativa e technica (CAMPOS, 1941, p.8).

O Estado, consciente do poder que recém conquistara, via na autonomia universitária uma ameaça. Assim, como analisa Schwartzman (1979), argumentava-se que o país não estava preparado para tal experiência, faltavam os critérios seguros de orientação, que só seriam adquiridos em um futuro ainda distante. O artigo 7º do decreto 19851 estabeleceu que *as universidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo da personalidade jurídica que tenha ou possa ser atribuída pelos estatutos da universidade*. Tal legislação, que frustrava os ideais da universidade como espaço de pesquisa autônomo, influenciou diretamente os rumos do processo de institucionalização dos novos campos, à medida que regulamentou a organização tanto da Universidade do Distrito Federal (UDF) como da Universidade São Paulo (USP), pioneiras ao adotar a nova mentalidade nos anos 1930.

Ainda que não preenchesse todas as expectativas dos intelectuais, a criação das universidades transformou nosso campo científico. A criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras preencheu um vazio da cultura nacional, antes limitada a três cursos profissionais; direito, medicina e engenharia. Esse espaço destinado à formação de professores estava presente tanto na UDF como na USP. Tal aspecto era visto com entusiasmo tanto por Anísio Teixeira como por Fernando de Azevedo, seus respectivos idealizadores. No discurso inaugural da UDF, Anísio anuncia um novo tempo para a educação no país:

A coordenação da vida espiritual do Brasil não nos chegará sem o cultivo dos processos universitários de ensino superior. O isolamento e autodidatismo nacionais fazem-nos incoerentes, paradoxais, irritadiços e extravagantes. A opinião intelectual de um país é o reflexo de seus meios e processos de cultura. A universidade vem-nos dar disciplina, ordem, sentido comum e capacidade de um esforço comum. Nenhum ideal menor pode-nos bastar, na pequena universidade que hoje aqui se instala, para a grande aventura intelectual que vamos viver. Ela há de triunfar e há de cumprir seu dever e sua missão (TEIXEIRA, 1998, p.42).

As universidades, ao inaugurar um novo tempo na ciência no Brasil, são palco de disputas entre seus atores, os intelectuais. Tal processo é atribuído por Bourdieu (1989) às constantes transformações no campo científico. Os protagonistas lutam pela redistribuição do capital científico. Dessa forma, há uma disputa entre a conservação e a transformação. Os agentes buscam impor o valor de seus produtos e da própria autoridade de produtor legítimo, o que significa que está sempre em jogo o poder de impor uma definição da ciência. Esse processo de legitimação não tem instâncias, visto que é a própria definição dos critérios de julgamento que está em jogo e, ao mesmo tempo em que lutam, julgam. Assim, o reconhecimento da autoridade científica é um processo contínuo que se inicia pelo título escolar e se acumula até o reconhecimento da originalidade de seus estudos por seus pares concorrentes.

2.2. Um novo olhar para Delgado de Carvalho

São Paulo, 10 de fevereiro de 45.

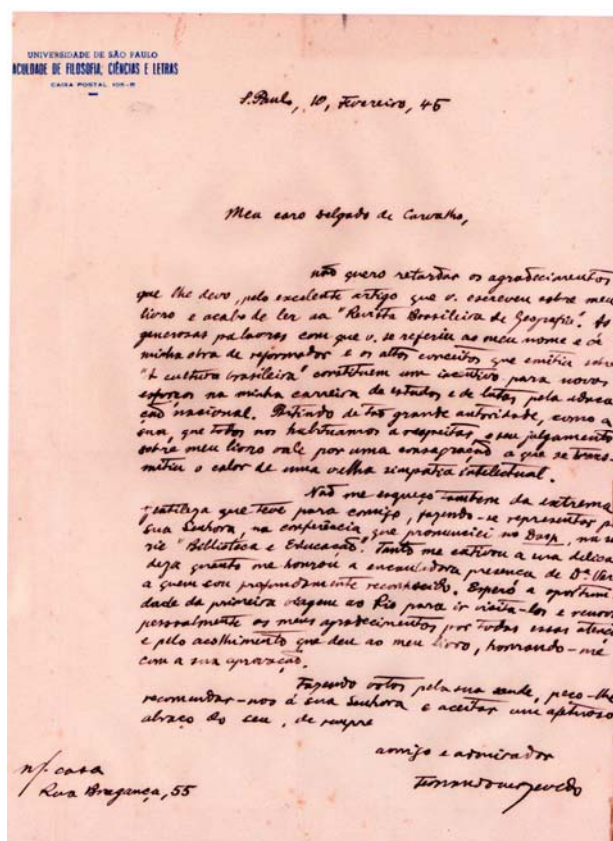
Meu caro Delgado de Carvalho,

Não quero retardar os agradecimentos que lhe devo, pelo excelente artigo que v. escreveu sobre meu livro e acabo de ler na Revista Brasileira de Geografia. As generosas palavras com o que se referiu ao meu nome e minha obra de reformulação e os altos conceitos que emitiu sobre A cultura brasileira constituem um incentivo para novos esforços na minha carreira de estudos e de lutas pela educação nacional. Partindo de tão grande autoridade, como a sua, que todos nos habituamos a respeitar, o seu julgamento sobre meu livro vale por consagração a que se transmitiu o calor de uma velha simpatia intelectual.

Fernando de Azevedo

As cartas são portadoras de múltiplos sentimentos. As mensagens demonstram não só a relação entre remetente e destinatário, mas a imagem que o primeiro possui do

segundo. Na perspectiva de Gomes (2000), as formas de tratamento, as menções a determinadas características não dão pistas dessa imagem. Sob esse aspecto, a carta de Fernando de Azevedo a Delgado de Carvalho contempla mais do que uma amizade construída à base de comunhão de idéias sobre a educação nacional, expõe a admiração pelo intelectual e o reconhecimento de sua autoridade como tal. Na realidade, a missiva é porta-voz de um novo olhar do campo científico para Delgado de Carvalho: a legitimação.



Carta de Fernando de Azevedo a Delgado de Carvalho.
Arquivo do Centro de Memória do IBGE.

Para compreender este processo legitimador, é preciso analisar as transformações ocorridas no interior do nosso campo científico. Segundo Bourdieu (1983), esse é o espaço onde todas as práticas estão voltadas para a aquisição do monopólio da autoridade científica. Tal reconhecimento é determinado pelos próprios pares que, por sua vez, demonstram-na por meio de sinais específicos: os de consagração.

A autoridade científica é uma espécie de capital que pode ser acumulado desde os bancos escolares. Assim, nesse processo, acumular capital é fazer um nome, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu

portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum (p.132). Esses sinais de consagração irão diferenciar o intelectual diante dos demais e também acrescentarão mais recursos ao seu capital construído.

Passados dez anos da aula inaugural da Universidade de São Paulo, o campo científico brasileiro modificara-se bastante. Graças às universidades, o processo de transformação das ciências sociais em disciplina autônoma tinha avançado consideravelmente. Outras instituições também se tornaram *locus* de pesquisa dessa área, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP-MEC) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com esses novos espaços, o campo determinara novas estratégias de reconhecimento da autoridade científica: novos agentes e novas estratégias de consagração criaram outra hierarquia.

Sob esta nova perspectiva, será analisado o processo de legitimação de Delgado de Carvalho. A partir dos sinais de consagração que o determinaram como um nome único no campo científico de seu tempo, será analisada sua trajetória intelectual nas décadas de 1930 e 1940. Serão considerados sinais de consagração: a cátedra, a admiração do seu trabalho por intelectuais brasileiros e estrangeiros, o sucesso editorial e a escolha para cargos administrativos no governo Vargas: o Conselho Nacional de Educação e a Comissão Nacional do Livro Didático.

2.3.Construindo um nome próprio

A grande preocupação dos idealizadores da UDF e da USP foi a constituição destas como espaço de produção da ciência. Eles desejavam, assim, romper a barreira que separava a pesquisa da universidade. Na década de 1920, os cursos estavam voltados para um conhecimento que seria utilizado pelos profissionais:

A escola tinha um regime de inbreeding, quer dizer, o engenheiro formava o engenheiro, e o engenheiro ia formar outro, e assim por diante, lecionando sempre as matérias básicas. Por isso nós achávamos, pior exemplo, que ciências como matemática, química, física, etc representavam algo que já estava completamente morto (SCHWARTZMAN, 1979, p.225).

Ao compor o quadro docente para essas universidades, seus idealizadores se preocuparam com um novo perfil de professor que substituísse o antigo catedrático erudito, com boa bagagem teórica, mas avesso ao trabalho de investigação de novos temas. A pesquisa era realizada fora da universidade em laboratórios que, por sua vez, formavam os cientistas. Assim, quem aspirasse a uma carreira científica deveria se aproximar de pesquisador renomado e com ele estabelecer um longo aprendizado.

No caso das ciências sociais, esse processo era ainda mais complexo. Com poucos intelectuais com formação acadêmica havia quase nenhuma aplicação prática das teorias desenvolvidas na Europa. Almeida (1989) destaca que a geração que lançou as bases da institucionalização das ciências sociais era formada por autodidatas brilhantes, mas que não possuíam experiência em pesquisa necessária para isso. Logo, a seleção do quadro de docentes para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP enfrentou grandes dificuldades.

A Reforma Francisco Campos, que então regulamentou o ensino superior, estabeleceu que o corpo docente dos institutos universitários deveria possuir catedráticos, auxiliares de ensino, docentes livres e eventualmente professores contratados. A cátedra deveria ser obtida por concurso, no qual eram considerados o mérito científico, a capacidade didática e os predicados morais do candidato. Havia ainda a exigência do diploma profissional ou declaração científica do Instituto onde o candidato já ministrava a mesma disciplina. Ficava claro que os futuros professores deveriam ser nomes reconhecidos pelo campo científico.

Uma vez que o campo científico brasileiro ainda se constituía, com pouca especialização e sem regras próprias para muitos ramos da ciência, a análise de Schwartzman (1979) mostra que os fundadores dessas universidades concordavam que aqui não havia professores suficientemente especializados capazes de assegurar o progresso científico. Diante da negativa dos poucos considerados aptos como Teodoro Ramos para cadeira de Análise Matemática, André Dreyfus para Biologia Geral e Fernando de Azevedo para Sociologia, chegou-se à conclusão de que os próprios intelectuais não se sentiam preparados para tal papel. Muitos pediam um ou dois anos de estudos avançados no exterior como condição para aceitar o convite.

Ao contratar professores estrangeiros, em sua maioria franceses, os organizadores da USP e da UDF incentivaram a transformação da nossa comunidade científica. Para Massi (1989), muitos de nossos intelectuais já seguiam esse padrão em seus estudos, pois já havia entre eles uma tendência à valorização dessa cultura, os

professores que vieram inaugurar a USP não destoaram da vida cultural local ao darem suas aulas em francês, por exemplo (p.416). A incorporação destes ao nosso meio universitário trouxe grandes progressos ao desenvolvimento do processo de institucionalização de ramos da ciência como campo de conhecimento autônomo.

O intercâmbio com esses mestres apresentou novos padrões de trabalho a nossa comunidade científica. Eles conciliavam suas aulas com pesquisas de campo. Todo mês realizavam seminários, onde expunham os seus progressos em um ambiente de ampla discussão. Outra prática era a publicação de artigos em revistas científicas estrangeiras, pois pouca publicação do tipo aqui existia. O intercâmbio proporcionou a ampliação do universo do intelectual brasileiro e a referência passou a ser a comunidade científica internacional. Para Schwartzman (1979), a partir desse núcleo, um novo modelo de professor universitário estava sendo criado: *o cientista moderno, treinado para identificar ou criar um problema, equacioná-lo e resolvê-lo* (p.223).

Nesse contexto, a escolha de Delgado de Carvalho para a cadeira de Geografia Humana da UDF juntamente com Fernando Raja Gabaglia, escolhido para ser o catedrático de Fisiogeografia, é um sinal de legitimação dos seus estudos diante do campo científico nacional desde o início do século XX. Com isso, os métodos de pesquisa de Vidal de La Blache e Jean Bruhnes eram incorporados aos nossos estudos sobre o território e a população.

Nesse reconhecimento da sua autoridade, o Estado teve papel fundamental. Para Bourdieu (1989), o Estado possui o poder da nomeação oficial que se constitui a partir da força do coletivo, do consenso e do senso comum. A nomeação oficial é reconhecida em todos os mercados e tem uma perspectiva universal. Nessa luta pela legitimação, o título profissional é decisivo. Esse é um capital institucionalizado pelo Estado e não apenas legítimo. A raridade desse título entre os profissionais é que irá determinar o reconhecimento. Delgado de Carvalho começara sua acumulação em vantagem: sua formação na Escola de Ciências Políticas de Paris lhe ofereceu subsídios para publicar as primeiras obras sobre nossa geografia. Poucos intelectuais possuíam a sua especialização em sociologia feita na universidade inglesa. Intelectual reconhecido internacionalmente, tinha nas revistas científicas, publicadas por organizações como a Sociedade Real de Geographia da Escócia e pela Royal Meteorological Society de Londres, uma via de divulgação de seu trabalho e intercâmbio cultural, considerado fundamental para institucionalização de qualquer ramo científico.

Autor de livros didáticos, desde a *Geographia do Brasil* (1913) escrevia manuais aos professores orientando a transformação didática da disciplina. Esse ponto gerou laços mais estreitos entre Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia. Em comum, a luta pela transformação dos programas de Geografia a partir das perspectivas de Vidal de La Blache e que isso só seria possível a partir da atualização dos professores.

Como nos lembra Bourdieu (1989), o Estado, como instituição oficial, produz classificações oficiais; estas, por sua vez, têm um valor de título. Tal título era concedido aos catedráticos do Colégio Pedro II, à medida que havia o reconhecimento pelo Estado como uma referência. Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia foram reconhecidos como voz autorizada diante da *intelligentsia* brasileira: a adoção da geografia moderna em seus programas deu grande impulso ao processo de reconhecimento.

A *Methodologia do ensino geographico: introdução aos estudos da geographia moderna* (1925) revela muitas das mudanças propostas aos professores da disciplina pelo seu autor. O contato com os campos já institucionalizados das ciências sociais na Europa deu outra perspectiva aos estudos de Delgado de Carvalho, de tal forma que ele se ressentia da falta desse espaço no Brasil. Nesse aspecto, ele usa o livro como veículo de divulgação de suas idéias e tenta conscientizar os professores da necessidade de uma associação na qual a disciplina fosse tratada cientificamente. Nas últimas páginas do livro, o projeto do autor é divulgado, em co-autoria com Raja Gabaglia, que muito pretendia colaborar com isso: a *Revista de Geographia Didactica*. Dirigida aos professores, ela tinha os seguintes objetivos enumerados pelos seus diretores:

1º. Estabelecer o contacto intellectual entre os mestres brasileiros de geographia, tanto no ensino official como no ensino particular, servindo de tribuna para a expressão de suas opiniões e de sua experiência pedagógica pessoal e de centro de informações para os seus inqueritos.

2º. Auxiliar o magisterio na organização de seus cursos de geographia, na preparação de seus pontos, de seus textos, por meio de sugestões, de estudos, de notas de character methodologico.

3º. Manter o corpo docente das escolas brasileiras a par de evolução das sciencias geographicas, das publicações nacionais e estrangeiras sobre o assunto e do movimento geral da geographia mundial.

4º. Systematizar o ensino de Chrographia do Brasil e interpretar seus elementos por meio de trabalhos originais, recorrendo aos melhores autores.

5º. Promover reuniões, conferências, cursos e mesmo simples encontros de professores para tratar de assumptos geographicos, adquirir material de ensino, obter dados e publicações, etc.

6°. Despertar o interesse geral nos estudos, de geographia, e chamar atenção do estrangeiro para obra geographica dos brasileiros (DELGADO DE CARVALHO, 1925, p.86).

Ainda que fossem objetivos muito ambiciosos para a revista, era o que esses intelectuais compreendiam como necessário para a organização do campo, proporcionando aos professores o espaço de troca, considerado por Delgado de Carvalho fundamental ao magistério. A revista científica se constitui em um espaço muito importante para a formação dos intelectuais. No século XIX, tal intercâmbio intelectual era feito por cartas e, por isso, tinha uma amplitude bem menor, em um prejuízo à ciência. Ainda segundo Sirinelli (1996): *Uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade* (p.249).

Combatendo o autodidatismo que reinava entre o professorado na década de 1920, é possível perceber a defesa do tratamento científico para a educação, em que o professor deveria não só se informar dos novos métodos como também produzir os próprios trabalhos, a partir da análise da prática escolar segundo os parâmetros dessa ciência, tornando os trabalhos originais. Antecipando o perfil do magistério trazido pelos professores franceses, Delgado de Carvalho e Raja Gabaglia defendiam que o professor deveria ser um pesquisador.

Essas idéias encontraram grande respaldo na UDF, idealizada por Anísio Teixeira, composta pelo Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Philosophia e Letras e o Instituto de Artes. O curso de geografia, atrelado ao de história, pertencia à Escola de Economia e Direito que, por sua vez, tinha os seguintes objetivos: desenvolver o estudo sobre a organização econômica e social, constituir-se como centro de documentação e problemas da vida nacional que interessam a formação do Estado, assim como a produção e circulação da riqueza e sua normal contribuição ao país.

Mendonça (2002) destaca a importância dessa escola de formação de professores de ensino secundário para Anísio Teixeira. Para ele, a formação do professor deveria ter grande base científica a serviço da metodologia. Para atingir tal objetivo, a seleção de docentes tinha como perspectiva que

os que iriam formar professores deveriam ser o mestre dos mestres, os mais competentes em seus respectivos campos de conhecimento, dada a

relevância do papel da educação, da escola e do professor no processo de reconstrução nacional – que pressupunha a construção de uma sociedade progressiva e democrática (p.97).

A seleção de professores da UDF, comandada por Anísio Teixeira, privilegiava os especialistas que articulassem o ensino à pesquisa. Concordando com a limitação de profissionais qualificados para esse objetivo no Brasil recorreu ao exterior, como já havia sido feito na USP, para atender tal propósito. Auxiliado por Afrânio Peixoto, que foi a Paris fazer o recrutamento, a seleção foi criteriosa. Mendonça destaca a mensagem de Peixoto a Teixeira, que retrata bem este espírito: *devemos ter o melhor ou nada tentar* (op cit, p.83).

Anísio não aderiu à cátedra vitalícia como prevista na Reforma do ensino superior. O regime por ele estabelecido era de contratos temporários, pois *os melhores professores seriam aqueles que, no desempenho da atividade docente, mostravam-se efetivamente os melhores* (MENDONÇA, 2002, p. 98). Assim, só eram contratados aqueles que tinham, além da renomada capacidade científica, comprovada capacidade didática, e a renovação do contrato estava condicionada a uma avaliação satisfatória naquele período. Assim, a renovação do contrato também era indício de competência científica.

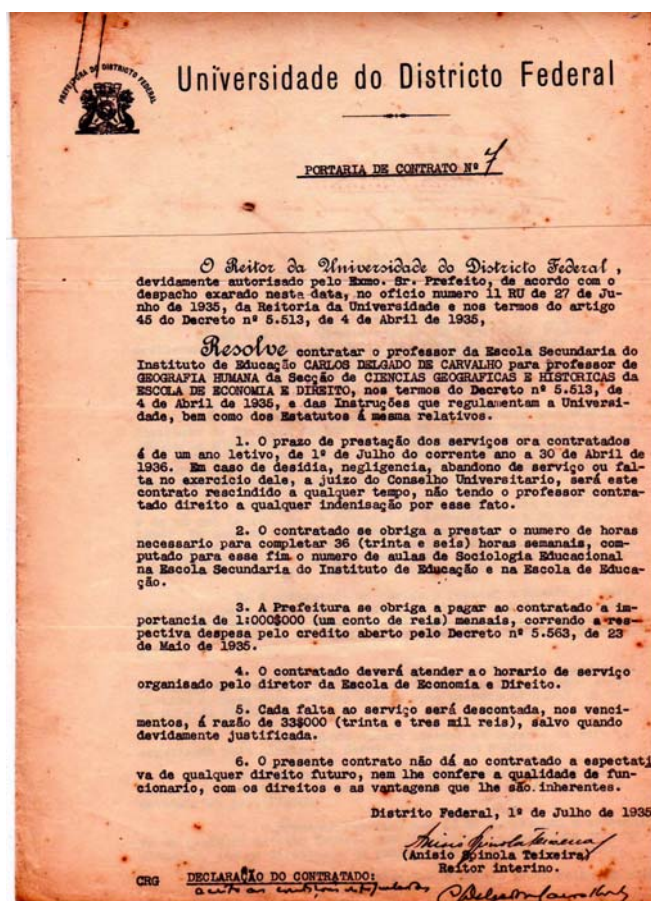
Ainda que a raridade do título de Delgado de Carvalho tenha influenciado a decisão de Anísio Teixeira, um outro aspecto preenchia os critérios da seleção: a dedicação aos estudos da metodologia do ensino geográfico.

O contrato de Delgado de Carvalho nos dá indícios de outros critérios adotados na UDF para compor o quadro docente. Pequeno, com apenas seis itens, três deles destinados a estabelecer o prazo de 1º. de julho de 1935 a 30 de abril de 1936, a carga horária, doze horas semanais, e a remuneração, o que evidencia o caráter provisório da contratação e o condicionamento do desempenho à sua manutenção.

Em seu art. 1º. estabeleceu que, em caso *de desídia, negligência, abandono de serviço ou falta no exercício dele, a juízo do conselho universitário, será este contrato rescindido a qualquer tempo, não tendo o professor contratado qualquer direito a qualquer indenização por este fato.*³ Ao prever a possibilidade de desídia e negligência do contratado, fica clara a intenção em manter apenas professores que mantivessem um nível de interesse pelo desenvolvimento da pesquisa em sua área, bem como a aplicação de seus resultados em sala de aula.

³ Este contrato e outros estão no arquivo pessoal de Delgado de Carvalho guardado pela família.

O último item do contrato previa que este *não dá ao contratado a expectativa de qualquer direito futuro, nem lhe confere a qualidade de funcionário, com os direitos e as vantagens que lhe são inerentes*. Diferente do sistema de cátedra, que confere direitos vitalícios a quem a possui, o regime de contratação é provisório.



O contrato de Delgado de Carvalho da UDF. Arquivo pessoal.

Ainda em 1936, não só o contrato de Delgado de Carvalho é renovado, como é assinado um segundo documento para sua contratação para cadeira de história moderna e contemporânea da universidade. Estes comprovam o reconhecimento da autoridade científica do intelectual nos moldes propostos por Anísio Teixeira.

Ao elaborar seu currículo⁴ em 1945, justifica assim sua competência para o cargo: professor de sociologia do Colégio Pedro II com 25 anos de magistério, diplomado pela Escola de Ciências Políticas de Paris (seção diplomática, exames em 6 cursos de História e redator de Política Exterior no *O Jornal*). Ainda que, como nos lembra Bourdieu (2005), o *currículum vitae* seja uma apresentação oficial de si,

⁴ O *currículum vitae* está entre os documentos de Delgado de Carvalho guardados pela família.

condicionada ao que o mercado exige e, portanto, repleto de censuras, esse documento serve para mostrar que o campo, nesse período, ainda está em vias de especialização, quando a formação de Delgado de Carvalho é suficiente para a sua legitimação.

O contrato de Delgado de Carvalho foi renovado por mais um ano. Quando foi proibida a acumulação de cargos, ele fez a opção por continuar no Colégio Pedro II como muitos outros professores. Tal decreto teve efeitos desastrosos para a UDF, assim relatados por Lourenço Filho, em 1937:

Em conseqüência do Decreto-lei no. 24, que proíbe, a partir de 1º. de janeiro próximo futuro, a acumulação de cargos públicos, inclusive os de magistério, a UDF defronta, neste momento, problema dos mais sérios em relação à continuidade de seus trabalhos de ensino.

Os diretores de todas as escolas optarão por outros cargos. Dos professores do Instituto, cerca de um terço fará o mesmo. Do magistério das demais Escolas, todo contratado, permanecerão muito poucos professores.

Em relação às diversas especialidades, será muito difícil encontrar professores verdadeiramente aptos em nosso país, e que aceitem o encargo do ensino como trabalho único. Acresce, para o caso de universidade, que a lei proíbe que um mesmo professor funcione em uma ou mais escolas⁵.

Delgado de Carvalho volta ao magistério universitário na Universidade do Brasil. Apesar de ser mais um registro de sua legitimação diante do campo intelectual, uma vez que nem todos os professores da UDF foram contratados pela universidade, a escolha revela outros laços com o poder.

Segundo Mendonça (2002), a reorganização do ensino superior foi uma das grandes preocupações de Gustavo Capanema ao assumir o Ministério de Educação e Saúde. O modelo proposto pela UDF não lhe agradava. Enquanto Anísio Teixeira priorizava a ciência e a democracia no projeto de reconstrução nacional, Capanema via, na liberdade, um excesso ameaçador à construção da nacionalidade. O Estado Novo lhe deu, assim, subsídios para que a universidade de iniciativa municipal fosse extinta, pois como iniciativa autônoma, ameaçava o controle da União, que desejava atacar o federalismo em um contexto autoritário.

A seleção de professores, feita por Alceu de Amoroso Lima, tinha como critério de seleção as tendências e orientações doutrinárias. Deveria selecionar quem não ameaçasse a organização do país. Mendonça destaca ainda que Capanema considerava a autonomia didática dos professores da UDF uma desordem e, por isso, deveriam impor limites à cátedra. Lançando mão de uma imensa máquina burocrática controladora,

⁵ Arquivo Capanema, rolo 39, fot.714.

definia que esta deveria ser *limitada a assuntos específicos da matéria do professor, sendo vedada propaganda política, bem como manifestações contra a ordem pública e os bons costumes ou contra a solidariedade das classes sociais e das nações entre si* (idem, 142).

Tais critérios foram alvo de muitas críticas na comunidade científica e por isso várias foram as recusas ao convite para integrar os quadros da Universidade do Brasil. Mário de Andrade, em sua resposta a Capanema ao convite para dirigir a Enciclopédia no Instituto do Livro, alegava:

É certo que o posto da Enciclopédia me interessa muito, e consegui acordar em mim um entusiasmo que os diferentes reveses dos últimos tempos tinham adormecido. Deixe também agora que lhe diga, com a maior lealdade, que não foi o menor destes reveses a destruição da UDF. Não pude me curvar às razões dadas por você para isso, lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia e Letras, de São Paulo. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas e das pesadas burocracias (MENDONÇA, 2002, p.116).

Delgado de Carvalho não declinou do convite para a cadeira de Geografia do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Para interpretar a decisão de Delgado de Carvalho em permanecer na universidade, ainda que com pouca liberdade para exercer a cátedra em um regime ditatorial, é importante considerar os estudos de Bomeny (2001) sobre a participação de intelectuais no Estado Novo. A autora nos alerta acerca dos riscos em se interpretar essa presença: *se a retomada dessa participação em momentos posteriores se beneficia em lidar com a informação e a reflexão a posteriori, envolve também um risco, traz muitas vezes, a marca de simplificações que o olhar distante faculta, já de posse dos dados e dos desdobramentos conhecidos no curso do tempo* (p.15).

A autora guia o olhar para outros pontos além do sistema ditatorial, como a construção do Estado do Bem-Estar, na qual o governo tinha grande preocupação com áreas importantes da vida social; educação, saúde, cultura, artes e arquitetura. Para os intelectuais, esse processo era mais importante que a democracia, uma vez que esta fracassara em proporcionar melhores condições de vida ao povo. Assim, a crença na intervenção do Estado e a fé nos progressos da ciência motivaram a participação de parte significativa da geração pós 30. Delgado de Carvalho, ao expor sobre as

tendências da educação no Brasil, em seminário no Texas, em 1940, demonstra claramente esse espírito:

Na presente constituição de 1937, o Estado Novo tem dado grande contribuição à meta da educação nacional. A cooperação federal foi ansiosamente aguardada. O ensino profissionalizante é especialmente tratado. É muito cedo para saber como as cláusulas da constituição irão alterar o velho sistema, mas a nossa esperança é que nada irá impedir o desenvolvimento dos propósitos sociais na educação. De qualquer modo, a nova tendência à centralização e a vocação do governo federal com amplos poderes se voltam para o campo da educação (DELGADO DE CARVALHO, 1940, p. 309)⁶.

Delgado Carvalho permaneceu na Universidade do Brasil até 1943, quando foi exonerado. Em 1945, retorna como catedrático de História Moderna e Contemporânea.

2.4. Reconhecimento e afeto dos pares

Delgado de Carvalho atribuía grande importância ao intercâmbio de idéias, o que considerava fundamental aos intelectuais, e via na correspondência um importante instrumento para realizá-la. Utilizada como fonte, traz-nos importantes informações para compreender um tempo que não vivemos. Segundo Mignot (2002), *cartas constituem-se em documentos que permitem compreender itinerários pessoais e profissionais de formação, seguir a trama de afinidades eletivas e penetrar em intimidades alheias* (p.115). Ao dirigir olhar para elas com uma ótica diferente de quem as arquivou, as cartas se põem a serviço da história.

Ainda usando os estudos de Mignot (2002), é importante considerar que, para *capturar as mensagens contidas nas cartas envolve examinar seus suportes, a periodicidade, os temas abordados, pois o ritual epistolar é um exercício que tem suas regras, seus códigos, suas condições de produção* (p.119). Com essa perspectiva, dirijo-me aos ofícios contidos no arquivo de Delgado de Carvalho, elaborados entre as décadas de 1930 e 1940.

Uma boa parte dos ofícios tem como objetivo convidar Delgado de Carvalho para bancas examinadoras de concursos de seleção de docentes. Previstos no decreto

⁶ Texto original em inglês. Minha tradução.

19851, tais concursos são importantes na história das universidades brasileiras. A geração pioneira de professores universitários na década de 1930 foi selecionada a partir do artigo 56 da legislação que autorizava indicar sem concurso o profissional que *já tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor*. Estes mesmos professores foram responsáveis pela realização dos primeiros concursos para docentes na USP e na Universidade do Brasil. Estes poderiam ser realizados em até quatro etapas, a critério da instituição: defesa de tese, prova escrita, prova prática ou experimental e prova didática. A comissão avaliadora deveria ser composta de cinco membros que deveriam possuir conhecimentos aprofundados da disciplina em concurso. Dos cinco, dois seriam indicados pela congregação e outros três escolhidos pelo conselho técnico-administrativo dentre professores de outros institutos de ensino superior ou profissional especializados de instituições técnicas ou científicas.

Datilografados em papel timbrado da universidade, esses ofícios portam mais que o convite para compor bancas avaliadoras. Eles transmitem o reconhecimento da comunidade intelectual à competência de Delgado de Carvalho para julgar quem dará continuidade ao processo de institucionalização das ciências sociais, uma vez que há solicitação para as áreas de geografia, história e sociologia. Ainda que isso reflita uma indefinição desses campos como conhecimento autônomo com regras específicas, ou seja, mostram a marca do diletantismo em nosso meio intelectual; os candidatos fazem parte de uma outra geração, já formada em nossas universidades, que irá acelerar a definição dessas ciências como conhecimento autônomo. De qualquer forma, a tendência é que se autorizasse o mesmo tipo de conhecimento, colaborando assim, para que se mantivesse a sua autoridade científica, ainda que nenhum intelectual tivesse tal controle.

Ainda que os ofícios tenham um modelo padrão de texto que nos aportam à impessoalidade, é possível que estes possuam elementos que revelem sentimentos de admiração e afeto. Segundo Gomes (2000), o estudo dessa forma de correspondência permite que o pesquisador se aproxime de aspectos subjetivos, integrantes e mesmo definidores de redes de sociabilidade, mas de difícil acesso quando se utiliza outro tipo de fonte. É o caso do ofício enviado em nome de Fernando de Azevedo.

*São Paulo, 12 de maio de 1938.
Sr. Professor C. Delgado de Carvalho*

Em nome do prof. Fernando de Azevedo, diretor do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo, tenho o prazer de convidar V. Excia., para fazer parte da Comissão examinadora do Concurso que se vai realizar neste Instituto, para provimento do cargo de livre docente da 3ª. Cadeira (Sociologia Educacional).

Agradecendo uma breve resposta ao presente convite, apresento a V. Excia, os protestos da minha mais alta consideração,

*Plínio Negrão
SECRETARIO*

Para Gomes (2000), a correspondência possui um teor intensamente emocional, que *envolve aproximações e afastamentos entre os missivistas, momentos mais estratégicos na construção de relacionamentos e também diversas espécies de integrantes da rede, conforme os graus de afetividade nela explicitados* (p.41). Ainda que o convite por si seja uma demonstração de admiração e reconhecimento da autoridade intelectual de Delgado de Carvalho, este é acompanhado de uma carta que demonstra outro grau de aproximação entre os intelectuais.

São Paulo, 13 de maio, 1938.

Meu caro Delgado de Carvalho

Eleito pela congregação do Instituto de Educação para fazer parte da Comissão Examinadora do concurso para livre docência da cadeira de Sociologia Educacional, não deixará v. de aceitar o convite que lhe foi feito e remesso para colaborar conosco nesses trabalhos. A Comissão, se o conceder reposta favorável, estará assim constituída: Fernando de Azevedo, R. O. Arruda Penteadado, do Instituto, P. Arbousse Bastide e Roger Bastide, Fac. De Fil. Ciências e Letras e v. do Rio. Inscreveu-se um só candidato para esse concurso que se realizará na 2ª. quinzena de julho, entre 28 e 30 de julho.

Muita satisfação nos dará se aos nossos desejos. A tese do candidato lhe será remetida logo que nos chegar a sua resposta. Adeus. Escreva-me logo.

*Afetuosamente
Fernando de Azevedo*

As formas de tratamento utilizadas por Fernando de Azevedo mostram proximidade e afeto, que rompem com a impessoalidade do ofício enviado anteriormente. Essa carta e outros ofícios nos mostram que a geração que implementou os cursos universitários de ciências sociais formava uma rede de sociabilidade no qual o afeto e a admiração estavam muito presentes. Para Sirinelli (1996), todo meio intelectual é organizado em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum, que, por sua vez, determina o desejo e o gosto pela convivência. Essas estruturas de sociabilidade não podem ser ignoradas pelo historiador à medida que influenciam nas

obras individuais. Nesse contexto, a afetividade adquire um significado específico: *atração e amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a briga e o rancor desempenham papel essencial numa dimensão onde o afetivo e o ideológico se interpenetram, definindo determinados comportamentos dos intelectuais* (p.250). No prefácio de *Sociologia educacional* (1933), Delgado de Carvalho demonstra esse tipo de relação: *Eis o plano do presente ensaio que, ao ser traçado inicialmente, recebeu aprovação de meus colegas e amigos, professores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho a quem muito agradeço as úteis sugestões que fizeram enquanto estava com as mãos à obra* (p.13).

Os vários ofícios da mesma natureza enviados por Carneiro Leão indicam mais um componente dessa rede. Em comum, além do compromisso com a reforma da educação nacional, no qual estiveram envolvidos em todos os níveis de ensino, do primário ao superior, esses intelectuais construíram laços em torno da sociologia como disciplina escolar. Sócios da ABE, Delgado de Carvalho, Carneiro Leão e Fernando de Azevedo acreditavam cada vez mais na idéia de que a formação dos professores deveria se transformar a partir da aplicação das teorias sociológicas. Dessa forma, escreveram manuais destinados ao curso Normal, orientando os futuros mestres em como realizar pesquisas sociais a partir de teorias trazidas da Europa. Alguns ofícios demonstram mais do que reconhecimento, admiração.

Ofício n.399 *Em 29/3/48*
Do Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia
Ao Prof. Carlos Delgado de Carvalho
Assunto: Agradecimento
Sr. Professor

Ultimados os trabalhos do concurso nesta Faculdade, para provimento do cargo de professor catedrático da cadeira de LÍNGUA E LITERATURA INGLÊSA, do qual foi candidata única a professora MELISSA STODART HULL, desejo agradecer a V. Excia., os reais e relevantes serviços prestados durante a realização das provas daquele concurso, do qual V. Excia. fez parte como membro destacado da comissão examinadora, pelos dotes de inteligência e alta cultura de que é possuidor.
Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia, os protestos de meu levado apreço e consideração.

Antonio Carneiro Leão
Diretor

Esse ofício, assim como outros, demonstra o papel de juiz que Delgado de Carvalho assume diante do campo científico, ao participar de bancas examinadoras para

seleção da segunda geração de professores catedráticos da Universidade do Brasil. No campo científico, os critérios de julgamento e princípios de hierarquização também fazem parte do processo de legitimação. Sendo assim, *não há juiz que não seja ao mesmo tempo, juiz e parte interessada* (Bourdieu, 1983, p.130). Em uma luta desigual, a autoridade científica determina a distribuição de capital por meio da concessão de títulos que irão compor a hierarquia do campo. Como dominante, utilizará estratégias de conservação, *visando a assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam* (p.137).

Delgado de Carvalho compôs a banca examinadora de Josué de Castro para a cátedra de geografia humana na Universidade do Brasil, antes ocupada por ele. Representante da geografia moderna propagada na UDF e agora institucionalizada em nosso meio acadêmico, sua obra guarda muito das idéias de Delgado de Carvalho. O Brasil passa a ser estudado com novas temáticas, a partir de trabalhos de campo que possibilitaram a construção de um novo pensamento sobre nossos problemas, com a *Geografia da Fome*. Nessa obra, Josué de Castro preocupou-se não apenas com as formas e a funcionalidade das regiões, mas também com as contradições sociais ali presentes. Tal linha de pensamento ficou conhecida como Geografia da Denúncia. Ainda que esta ainda mantivesse o caráter descritivo e empirista, como analisa Moraes (1987), tinha na escolha do seu objeto de estudo uma crítica à linha tradicional da geografia:

Sendo a sociedade injusta, sua mera descrição já adquiria um componente de oposição à ordem instituída. Tal perspectiva aparece com clareza, por exemplo, em obras como a Geografia da Fome de Josué de Castro, ou a Geografia do Subdesenvolvimento de Y. Lacoste. Estes livros não iam além da proposta regional, porém apresentavam realidades tão contraditórias, que sua simples descrição adquiria uma força considerável de denúncia, fazendo da Geografia um instrumento de ação política. Estes estudos tiveram um papel significativo, pois abriram novos horizontes para os geógrafos, ao apontarem uma perspectiva de engajamento social, de atuação crítica (p.118-9).

O arquivo pessoal de Delgado de Carvalho possui muitos ofícios que nos ajudam a compreender o papel desempenhado por ele à frente do Conselho Nacional de Geografia (CNG). Ainda no início da década de 1930, intelectuais dedicados à geografia se ressentiam da presença de um órgão que pudesse coordenar suas pesquisas e estabelecesse contato com instituições internacionais, em especial a União Geográfica Internacional. Tal perspectiva foi reforçada pelos professores da missão universitária

francesa, em especial Pierre Monbeig e Pierre Defontaines. Com a instituição do Estado Novo em 1937, o país é tomado por um amplo projeto de nacionalização cultural. Nesse projeto governamental, a pesquisa geográfica é encarada como forma de promover um melhor conhecimento do território nacional, considerando a importância dos conhecimentos geográficos na formação cultural dos povos, cabendo a divulgação no país dos conhecimentos geográficos, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde. Assim, ainda neste ano, são criados o CNG e Conselho Nacional de Estatística (CNE), este último visando a atender ao problema da uniformização da estatística no país. Em 1938, os dois conselhos passaram a compor o IBGE.

Como descreve Pereira (1994), o CNG era composto de duas divisões técnicas, a de geografia e a de cartografia, encarregadas de trabalhos de campo, no qual se instituiu o espaço de produção científica, e a Divisão Cultural, da qual Delgado de Carvalho foi diretor, que tinha como objetivo publicar mapas destinados ao ensino, atualizar a literatura geográfica, organizar concursos de monografias com o objetivo de divulgar um conhecimento geográfico uniforme. Para atingir esse objetivo de divulgação, foram criados a *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico*. José Carlos Macedo Soares, presidente do IBGE, assim justifica no primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia* a sua criação:

Há a considerar ainda a necessidade da divulgação rápida dos conhecimentos geográficos; daí a relevante missão da revista na ciência geográfica moderna, - como poucas outras ciências, extensa e nova, - oferecendo a cada instante pequenas minúcias, observações inéditas, a merecer difusão nos meios interessados. (Revista Brasileira de Geografia, maio, 1940, p.10).

Esta se tornou a primeira publicação oficial da pesquisa geográfica a partir dos novos métodos científicos defendidos por Delgado de Carvalho, outra preocupação ainda anunciada no seu primeiro número:

A geografia é um dos ramos dos conhecimentos humanos que maior evolução experimentou, evolução sobretudo na sua metodologia. Em seu início, ela apenas dava nomes; e depois, em ciclos sucessivos, passou a medir e a descrever; hoje, graças às conquistas culturais ainda não centenárias, a geografia se preocupa com a explicação dos fenômenos físicos, biológicos e humanos que se estendem pela superfície da Terra. A nomenclatura, a medição, a descrição e a explicação, eis os elos da cadeia geográfica. (Revista Brasileira de Geografia, maio, 1940, p.12).

Ao analisar a função das revistas científicas, Bourdieu (1983) as caracteriza como uma instância de consagração, assim como os prêmios oferecidos pelas academias. Isso ocorre por haver uma seleção entre os artigos publicados a partir dos critérios dominantes do campo. Desta maneira,

consagram produções conformes aos princípios da ciência oficial oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências, e exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, seja rejeitando-as expressamente ou desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que elas propõem (p.138).

A revista, como uma forma de difundir largamente o conhecimento, ao contribuir para enfatizar um determinado domínio da ciência, ao consagrar o autor de seus artigos, é capaz de construir um circuito de sociabilidade intelectual importante a partir da qual tornava possível o intercâmbio internacional de idéias, propiciando a circulação e determinando mudanças nas obras científicas. A freqüência com o que os artigos de Delgado de Carvalho são publicados nelas é assim atestada:

Distrito Federal, 2 de março de 1945.

Ilustre Prof. Carlos Delgado de Carvalho:

Constitui para mim motivo de excepcional regozijo enviar ao distinto Amigo os anexos dez (10) exemplares do n 13 do Boletim Geográfico, que para felicidade nossa, se impregna da sua marcante personalidade, seja na publicação de um trabalho original seu, seja na transcrição dum estudo de sua autoria tão acatada, seja finalmente na apresentação da sua bibliografia.

Nunca é demais homenagear-se, na pessoa do ilustre Amigo, o grande pioneiro da moderna metodologia Geográfica no nosso amado País!

Aceite as reiteradas expressões do meu grande aprêço e profunda admiração.

*Christovam Leite de Castro
Secretário- Geral*

Rompendo com a formalidade da redação de um ofício, Leite de Castro enfatiza não só o domínio da perspectiva teórica de Delgado de Carvalho, mas sentimentos de amizade e admiração, a palavra *amigo* sempre em maiúscula. A consagração que a revista já expõe é ressaltada por aquele que, como ele, compartilhava o ideal de constituir o CNG como espaço de divulgação da ciência geográfica.

2.5. Sociabilidade com professores estrangeiros

A criação dos primeiros cursos universitários e do CNG na década de 1930 representaram uma nova fase para geografia no Brasil: a chamada cultura geográfica moderna. Nesse contexto, foi clara a influência de especialistas estrangeiros, em sua maioria franceses, que implementaram ao campo novos métodos de pesquisa:

aperfeiçoando a técnica de observação sobre o terreno, estimulando pesquisas iniciais, divulgando os processos modernos do ensino geográfico, estabelecendo e sistematizando as normas de elaboração e de redação de um trabalho geográfico, posteriormente, ao esclarecimento de pormenores técnicos relacionados com o trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional, debatendo em seminários ou em tertúlias, temas e questões da maior importância geográfica (PEREIRA, 1994, p.440).

Participaram desse movimento Pierre Deffontaines (1934), Pierre Monbeig (1935-1936), Emmanuel De Martonne (1937), Roger Dion (1947), Maurice de Lamou (1947), Pierre Gorou (1948), Louis Papy (1950) em São Paulo. No Rio de Janeiro, trabalharam Pierre Deffontaines (1935-1938), Philippe Arbos (1938), Andre Gilbert (1939) e Pierre Monbeig (1933).

Os estudos de Massi (1989) analisam a chamada missão universitária francesa no Brasil como uma via de mão dupla. Sob essa perspectiva, as universidades brasileiras eram uma alternativa aos problemas enfrentados por esses professores em seu país de origem. A década de 1930 foi marcada pela ruptura nas ciências sociais francesas até então caracterizadas pela orientação durkheimiana. Sendo assim, a sociologia influenciava todas as ciências sociais à medida que era um método a partir do qual todos os fenômenos adquirem inteligibilidade. Tal corrente se encontrava ligada à etnologia de Marcel Mauss por muito colaborar com esse ramo das ciências. Conhecidos como sociólogos de gabinete, tanto Durkheim como Mauss pouco se dedicam às pesquisas, pela própria falta de tradição da disciplina como pela falta de recursos para tal atividade.

A nova geração francesa que se forma nos cursos de Filosofia e Letras defendia uma forma diferente de se fazer a sociologia. Tal grupo se colocou contra o *establishment* universitário, divulgando diferentes formas de expressão: *para os jovens intelectuais da época (des jeunes gens em colere), tratava-se da falência do mundo capitalista e do pensamento burguês (MASSI, 1989, p.430).* Sair da França foi a

solução encontrada por muitos desses intelectuais. O Brasil representava uma perspectiva de carreira universitária lá inexistente:

Desejava abandonar a França porque atravessávamos violências e intrigas: a ascensão do fascismo, mortes em passeatas e uma atmosfera política carregada. Queria prosseguir minha carreira iniciada em 1928, num país que estivesse vivendo um processo mais dinâmico em sua maior virgindade histórica. O Brasil era para mim, então, as terras dos possíveis em relação ao mundo fechado que a França representava (MASSI, 1989, p.433).

O Brasil era um campo de pesquisa desconhecido e inexplorado para esses pesquisadores, que tinham a oportunidade de aprofundar determinados temas sob novos métodos, como outros intelectuais já exploravam a Índia e a África. Os estudos no Brasil representavam a possibilidade de construção de um novo paradigma.

Na geografia em especial, esses intelectuais franceses encontraram nos estudos de Delgado de Carvalho uma identificação com seus temas e métodos aqui já praticados desde a década de 1910, ainda que não houvesse um institucionalizado dessa ciência. Em sua *Geographia do Brasil* (1913) já utilizara as teorias de Vidal de La Blache e Jean Bruhnes, também orientadores dos professores franceses.

Entre os vários intelectuais estrangeiros e brasileiros, foram construídas diferentes formas de relacionamento. Em especial, dois professores se aproximaram de Delgado de Carvalho: Pierre Monbeig e Pierre Defontainnes. Os três construíram uma rede de sociabilidade pautada na admiração, respeito e reconhecimento mútuo. Compartilhando do mesmo espaço universitário - a UDF -, tinham o mesmo objeto de estudo: a geografia humana brasileira.

Para Sirinelli (1996), o afetivo e o ideológico se interpenetram, criando traços específicos no comportamento de determinados intelectuais. Delgado de Carvalho (1941) mostrou extrema admiração pelo jovem geógrafo Pierre Monbeig, que aqui realizara prolongadas pesquisas de campo no território paulista publicadas nos *Ensaio de geografia humana brasileira* (1940), assim por ele comentada: *Uma orientação acertada que Pierre Monbeig está dando aos estudos no Brasil* (p.476).

Os elogios de Delgado de Carvalho a Pierre Deffontaines demonstram o reconhecimento aos estudos sobre o Brasil de forma mais enfática. Para ele, a contribuição desse geógrafo foi tão grande que a esta assim se referia: *O grande construtor, no momento presente, e o amigo do Brasil, Pierre Deffontaines!* (op.cit, p.476). E continua no mesmo tom, exaltando a coleção de geografia humana

dirigida pelo intelectual: *Esta coleção geográfica é de grande importância porque sob uma forma acessível, sem tomos volumosos nem erudição indigesta.* As características citadas da obra demonstram uma grande afinidade intelectual, pois em sua *Methodologia do ensino geográfico: introdução aos estudos da geographia moderna* (1925), estas foram apresentadas como pertencentes ao bom compêndio.

Ainda que demonstrasse grande admiração por esses professores, Delgado de Carvalho (1935) expressava que não os seguia teoricamente, apenas praticava intercâmbio. Sendo assim, deixa clara sua opção teórica em valorizar alguns conceitos do alemão Ratzel, amplamente criticados pela escola francesa de La Blache e Bruhnes. Confessa assim não ser fiel a qualquer escola exclusivamente:

As citações de mim mesmo que acima fiz, não me collocam, evidentemente, em escola alguma, mas me permitem tomar discretamente posição entre as duas correntes principaes que actualmente occupam o campo dos estudos da geographia humana. Sem serem antigas, estas palavras não são de hontem e deixam acreditar que não se tem modificado muito profundamente os meus pontos de vista sobre a matéria, apesar de ser um tanto impreciso o termo adaptação activa.

Para simplificar a questão, digamos que existem duas grandes correntes da geographia humana: a corrente germânica, chamada determinista pelos seus adversários, e a corrente franceza, chrismada por si própria de possibilista. Não quer isso dizer que a divisão por nacionalidades seja tão marcada, há deterministas na França, na Escola de Science Sociale, por exemplo, onde verdadeiros predestinistas mesmo. Os americanos do norte são, em geral, ratzelianos, assim como alguns brasileiros que se ocupam da geographia humana (p.11-2).

As cartas também são importante fonte para compreender esta rede de sociabilidade. Segundo Venâncio (2002), a correspondência pessoal nos oferece elementos que caracterizam o circuito de sociabilidade em que os missivistas se inserem: *É por meio dela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar ideais e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações conjuntas* (p.223). Escritas à mão, em papéis timbrados da universidade, fazendo referência tanto à instituição com a qual possuem vínculo como à distância que os separam, as cartas transportam mais que troca intelectual, sentimentos:

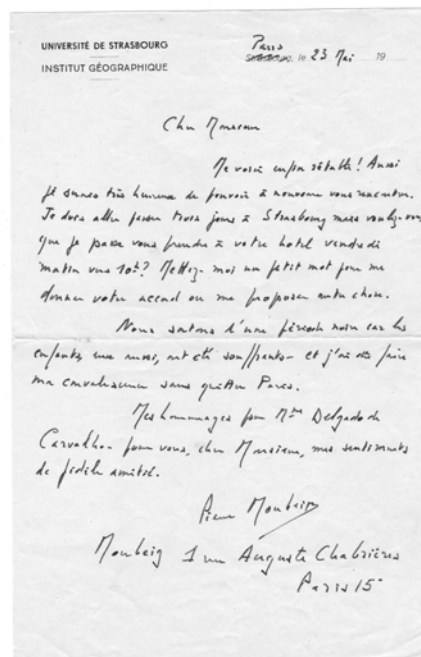
Prezado Senhor,

Estou absolutamente triste de não ter podido receber você, depois da nossa rápida visita ao Instituto de Geografia, e temo mesmo não poder participar da reunião amigável entre geógrafos brasileiros e franceses.

Na verdade, a falta de sorte me persegue incredivelmente: angina, depois, depois recaída e agora reumatismo e albumina! Eu me sinto terrivelmente fraco no cérebro, assim como também sem força nas pernas. O resto de minha família, mulher e crianças não estão também melhores do que eu. Assim, o médico insistirá para que partamos uma semana para o campo, fugindo dos bacilos de nosso alojamento parisiense.

*Pierre Monbeig
(13-05-1949)⁷*

Além de mostrar claramente o intercâmbio entre franceses e brasileiros, a carta é portadora da tristeza, da agonia o que expõe a intimidade de dois amigos distantes. Monbeig relata o sofrimento que o prejudica, dá detalhes de seu estado de saúde, mostrando confiança em seu destinatário. O pesquisador que expõe suas teorias nos livros de forma fria se humaniza. Não é apenas o grande geógrafo elogiado por Delgado de Carvalho, mas o homem que sofre, fica triste e alegre.



Carta de Pierre Monbeig a Delgado de Carvalho.
Arquivo pessoal.

⁷ Carta original foi escrita em francês. Tradução feita por Renata Bastos.

As cartas de Pierre Deffontaines também demonstram laços de amizade com Delgado de Carvalho. Ao escrever em resposta a uma dúvida sobre a possessão portuguesa de Chaul, suscitada na elaboração de um mapa, o remetente aproveita para reforçar sua amizade:

Nós deixamos 6ª. feira próxima a Bahia que nos encanta, mas só faremos uma escala no Rio sem parada.

Eu lamento muito, pois gostaria de revê-lo, mas você nos deve uma visita a Europa.

O senhor sabe que será bem recebido em Barcelona. Com os meus sentimentos mais sinceros de amizade e com os votos a sua família.

*Pierre Deffontaines*⁸

Em comum nessa rede de sociabilidade são os elogios à beleza natural do país que os acolheu, pois como esses intelectuais, Delgado de Carvalho não nasceu no Brasil. O encantamento com o país talvez seja mais um elo que os une e, por outro lado, justifique a longa permanência entre nós.

No campo da sociologia, por sua vez, foi grande a afinidade de Delgado de Carvalho com a escola americana. Nos anos 30 do século XX, a viagem aos Estados Unidos enriquecera os seus conhecimentos adquiridos na França. Para ele, o exemplo americano deveria ser seguido pelo Brasil na década de 1930:

Assim como foram as necessidades de reconstrução econômico-social que, nos EUA, em seguida à Guerra de Secessão, levaram os estudiosos de problemas sociais a sistematizar a literatura sociológica e despertaram, neste ramo científico, uma assombrosa produção intelectual, do mesmo modo, a situação atual do nosso país exige que de todos os que pensam, uma especial atenção para os problemas sociais do momento (DELGADO DE CARVALHO, 1934, p.10).

O intercâmbio entre americanos e brasileiros, por sua vez, deu-se de maneira diversa dos franceses. Segundo Massi (op.cit.), o que se destaca no processo americano de institucionalização das ciências sociais é o seu caráter empírico. A independência das universidades na direção das pesquisas e na gestão das verbas proporcionou o desenvolvimento da chamada sociologia aplicada, pouco conhecida no mundo. Tal aspecto encantara Delgado de Carvalho, que escreve um livro com esse título. Ao final da Primeira Guerra, a sociologia, como ciência já institucionalizada, tem grande estrutura. A Universidade de Chicago possuía cursos de pós-graduação, seminários,

⁸ Carta original foi escrita em francês e não possui data. Tradução feita por Renata Bastos.

orientação de pesquisas; havia também financiamento privado para projetos considerados de utilidade pública como o estudo sobre os negros e a delinquência juvenil.

Os norte-americanos viam o Brasil como um campo inexplorado de investigação de vários temas, como os indígenas e o sincretismo religioso. Os programas de pesquisa foram empreendidos a partir de acordos entre organismos nacionais e agências internacionais.

A Columbia University estabeleceu convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), dirigido por Anísio Teixeira. O americano Charles Wagley esteve à frente de um projeto de criação de um Centro de Altos Estudos Educacionais, embrião do que se transformaria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em 1955. A correspondência que trata sobre a organização dessa instituição é rica fonte para se compreender a visão que os americanos possuíam do nosso campo intelectual e o intercâmbio com ele estabelecido.

Charles Wagley, pesquisador americano da Columbia University, veio ao Brasil pela primeira vez em 1939, por meio de um acordo informal com o Museu Nacional do Rio de Janeiro que, interessado no desenvolvimento dos estudos etnográficos, incentiva a vinda de pesquisadores. Após quinze meses com os Tapirapé, continua visitando-os frequentemente nos anos de 1940 e 1950. O resultado desses estudos está publicado em vários livros sobre o Brasil. Casado com uma prima de Delgado de Carvalho, tem admiração por seu trabalho intelectual, chegando a citar sua *História Diplomática do Brasil* em suas obras.

Nos anos 1950, Anísio Teixeira, à frente do INEP, estabeleceu uma rede de colaboração com a UNESCO, tendo como intermediário Charles Wagley. Nesse projeto, foi idealizado o Centro de Altos Estudos Educacionais, que tinha, entre seus objetivos, a elaboração de planos para reconstrução educacional do país a partir da pesquisa antro-po-social das regiões. Com o desenrolar das negociações, o Centro de Altos Estudos Educacionais se concretizou na implementação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Criado oficialmente em 1955, tinha entre seus colaboradores Delgado de Carvalho e educadores e cientistas sociais brasileiros e estrangeiros; Charles Wagley, Carl Whithers, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Mário de Brito, Florestan Fernandes, entre outros.

Ainda durante a gestão de Anísio Teixeira, o INEP organizou a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com a incumbência de

avaliar as condições das universidades brasileiras e traçar planos para atualização. O diagnóstico preliminar do nosso sistema universitário é assim exposto em relatório.

Assim, é que, em muitas de nossas escolas superiores e mesmo universidades, há faltas evidentes de seções de estudos e, em quase todas elas, os cursos de pós-graduados, hoje os mais característicos da universidade, mal começam a existir, sendo vivíssimas as faltas de oportunidades para o preparo de um grande número de especialistas. (Relatório de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Julho de 1952)

Entre as soluções sugeridas, está a criação de missões universitárias, com base nas experiências dos anos 30:

Por outro lado, a experiência das universidades de São Paulo e do Rio, com a vinda de professores estrangeiros em suas seções de ciências físicas e naturais e ciências sociais, deu os melhores resultados, com a criação de um corpo de jovens cientistas nacionais.

Pareceu, assim, à Comissão, que constituiria um programa perfeitamente seguro para ser, de logo, desenvolvido, e da vinda de missões universitárias para os principais centros regionais de cultura do país e a remessa de um certo número de graduados bolsistas para o estrangeiro, a fim de atender às necessidades verificadas no país.

As missões universitárias se destinariam às Universidades do Recife e da Bahia, para atender ao Norte e Nordeste do país, à Universidade de Minas Gerais, à de São Paulo, à do Rio Grande do Sul e às do Rio. (Relatório da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- INEP- Julho de 1952)⁹

Delgado de Carvalho é indicado pelo próprio Wagley para gerenciar os contatos com a universidade americana. Em uma clara demonstração do reconhecimento à sua autoridade, assim o apresenta a Pendleton Harring, presidente do Centro de Pesquisas de Ciências Sociais em Nova Iorque:

Caro amigo,

esta serve para apresentar o professor Carlos Delgado de Carvalho da Universidade do Brasil que está nos Estados Unidos como delegado para União Geográfica Internacional. Ele também receberá a medalha da Sociedade Americana de Geografia.

(Charles Wagley, 18-07-1952)

⁹Tal relatório como outros relativos ao INEP se encontra no arquivo pessoal de Delgado de Carvalho guardado pela sua família.

A relação estabelecida com professores estrangeiros permitiu a Delgado de Carvalho intermediar tais negociações, o que demonstra sua consagração como autoridade científica a partir do capital construído desde a sua chegada ao Brasil.

2.6. Livros e consagração

Ao longo da década de 1930, muitas editoras concentraram seus investimentos na publicação de livros didáticos. Tal medida veio atender à demanda pelas reformas de ensino, iniciadas ainda no decênio anterior. A lei Rocha Vaz, instituída em 1925, reformulou o ensino secundário ao implementar novas disciplinas, como a geografia do Brasil e a sociologia, determinar mudanças no programa e estabelecer o regime seriado, criando maior procura pelas obras didáticas. Tal processo se intensificou com a Reforma Francisco Campos, em 1931, que não só institucionalizou a seriação, mas também enfatizou as ciências na elaboração de programas. Em 1940, segundo Halewell (1985), o número de matrículas na escola secundária havia duplicado para 170 mil.

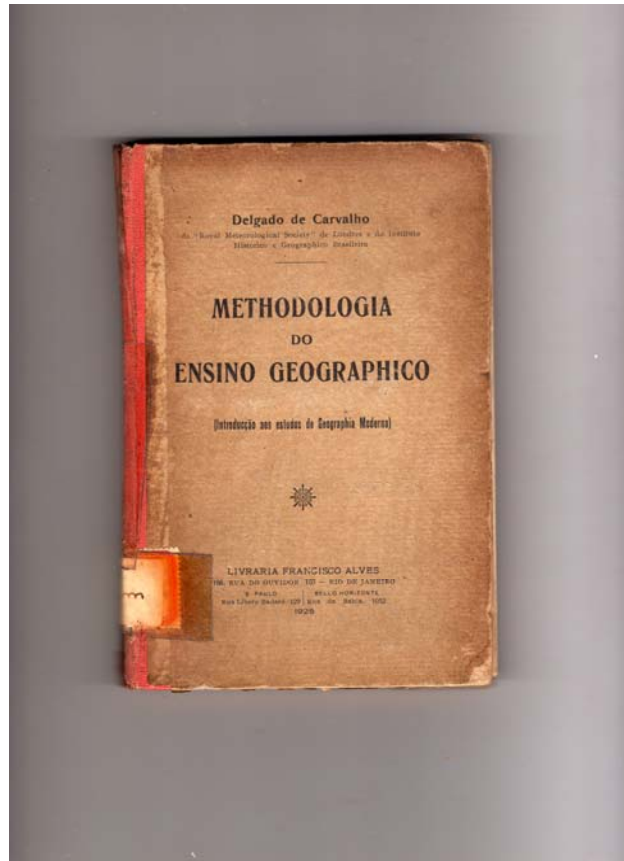
A expansão desse setor do mercado editorial foi definida por Pontes (1989) como o “boom” do livro didático. Esse movimento representou muitos lucros para as editoras que investiam na substituição de obras importadas. Nesse processo, *consolidou-se o livro escolar brasileiro que substitui a clássica bibliografia estrangeira de tipo de coleções de F.T.D. e F.I.C. da série Royal Readers* (p.389). Havia uma tendência dos intelectuais, preocupados com a consolidação do Estado Nacional, em nacionalizar conteúdos, principalmente em disciplinas como Geografia, História e Sociologia, a fim de divulgar um conhecimento sobre o país até então desconhecido pela maioria dos brasileiros.

Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, responsáveis por reformas educacionais no Distrito Federal, em 1928 e 1932, respectivamente, defendiam a transformação do livro didático a partir de pesquisas que instituíram e legitimaram novos campos do conhecimento. Para Azevedo (1958), a nova literatura escolar ainda em formação não era capaz de despertar estímulo de aprendizagem algum. Os livros tratavam os conteúdos de forma artificial, sistemática, fria e distante do real. Em desacordo com os interesses infantis, essas obras levavam o professor a seguir uma metodologia inadequada. Dessa forma, deveria haver a transformação pela forma, pela cor, pelo

relevo, de maneira a despertar o sentimento e a reflexão. Para Anísio Teixeira, os livros deveriam ser adequados à pesquisa como forma de transformar a cultura livresca da escola em situações reais de vida. Havia muito em comum no conceito de educação que defendiam para nosso país. Uma dessas afinidades de pensamento é a reformulação de livros didáticos.

Delgado de Carvalho, em *Methodologia do ensino geográfico: introdução aos estudos da geographia moderna* (1925), utiliza um capítulo para convencer os professores dos atributos que deveria ter um bom livro de geografia. Para o autor, essa reformulação era muito importante para concretização de novos programas e métodos. Faz críticas aos livros existentes no mercado, *entre nós, a única diferença que existe entre um manual de geographia primaria e um manual de geographia secundaria é quase sempre marcada pelo numero de paginas e não por algum grau de dificuldade ou conhecimentos mais scientificos* (p.113). A partir daí, prescreve as características do bom livro, chamando atenção para constante atualização de seus dados em comunhão com os progressos da ciência:

O compêndio moderno deve ser claro, conciso, suggestivo e fornecer sufficientemente material de estudo para despertar no estudante o desejo de procurar mais ainda. O compêndio deve ser exacto, ao par dos progressos scientificos da geographia, das descobertas, das innovações e mudanças. Por isso mesmo, deve ser um livro de recente edição; não há nada que envelheça mais rapidamente do que um livro de geographia, é quase como um annuario (p.116).



Capa de *Methodologia do ensino geographico* (1925)

Tal preocupação é demonstrada em sua *Geographia do Brasil* (1913), em que, a cada edição, os anexos com dados estatísticos são renovados e o autor ainda sugere novas fontes de consulta que possam estar mais atualizadas.

Como analisa Pontes (1989), publicar no Brasil até o início dos anos 20 do século passado era uma tarefa difícil. Os livros, em geral, importados eram, em sua maioria, impressos na França e em Portugal. A primeira edição da *Geographia do Brasil* (1913) foi impressa por uma editora francesa. Nesse aspecto, a política de substituição de importações, acelerada com a crise mundial de 1929, influenciou diretamente a indústria de livros nacionais.

Ao analisar o papel dos editores, Chartier (2002) destaca que este foi se transformando ao longo dos séculos. Na modernidade, esse ofício consistia em escolher o texto, o seu formato, o meio como iria se difundir por meio da publicidade. O editor passa a dividir com o autor o processo de produção do livro uma vez que

os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou visão, participam

profundamente da construção dos seus significados. O mesmo texto, fixado em letras, não é o mesmo, caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação (p.61-2).

A partir disso, o editor passa a ser reconhecido como intelectual que faz o livro, tamanha sua influência na produção, inserindo marcas que acabam caracterizando seu trabalho. No Brasil, o papel do editor é personalizado, o que facilita a percepção do processo de caracterização. Segundo dados analisados por Pontes (1989), as editoras pertenciam, na maioria das vezes, a uma pessoa, como no caso da Cia Editora Nacional, José Olympio e Martins. O editor é encarado como um herói cultural à medida que se propunha *a erradicar a miséria espiritual do país através da produção desse novo elemento nativo; o livro nacional, editado no país e escrito por autores brasileiros (p.366).*

Ser escolhido pelo editor representa para o autor um sinal de consagração diante de todo campo intelectual. Para Bourdieu (1996), *o auctor é aquele que produz e cuja produção é autorizada pelo auctoritas. Auctoritas tem o poder sobre o livro, pois acaba definindo o que merece ser lido (p.232).* Desta forma, não é possível compreender o processo de legitimação de um autor sem analisar a trajetória dos editores que escolheram sua obra como leitura autorizada.

Os primeiros livros de Delgado de Carvalho editados no Brasil datam da década de 1920. São eles: *Geographia do Brasil (1923; 1927; 1929)*, *Methodologia do ensino geographico: uma introdução ao ensino da geographia moderna (1925)*, *Chorographia do Distrito Federal (1926)* e *Introdução a geographia política (1929)*, todos editados pela Francisco Alves. A Francisco Alves investia principalmente em livros didáticos e não atraía a chamada elite intelectual da época, concentrada na Garnier. Apaixonado pela causa educacional, seu criador muitas vezes publicava os próprios livros didáticos, em geral, adaptações de manuais estrangeiros. Ainda como nos lembra Bragança (2004), *Francisco Alves se tornou o primeiro editor brasileiro a incorporar a seus negócios, com sede no Rio de Janeiro, livrarias – editoras da França e Portugal, invertendo o percurso dos seus contemporâneos, como os Garnier (p.11).*

Primeira editora a ter como base compêndios, fez disso uma tradição mesmo após a morte de seu criador em 1917, quando foi vendida a um grupo de velhos empregados. Estimulava tanto jovens escritores, como Delgado de Carvalho, como autores consagrados. Os contratos de edição, analisados por Bragança (2004), diferenciavam-se dos de outros editores pelo respeito ao autor e pela remuneração

condizente ao valor do trabalho. Em sua materialidade, os livros de Delgado de Carvalho, editados pela Francisco Alves já após a morte de seu criador, apresentavam algumas características em comum. Abaixo do nome do autor sempre havia referências às instituições de ensino ou pesquisa ao qual estava vinculado. Era uma forma de apresentar ao leitor a obra como leitura autorizada. Sempre os prefácios eram elaborados pelo próprio autor sem nenhuma nota do editor. Tais características imprimiam a marca da editora Francisco Alves, diferenciando de outras que também aplicavam estratégias para veicular suas obras como leitura autorizada. A Editora Jacintho, por exemplo, responsável pela obra de outro autor de compêndios de geografia, Mário da Veiga Cabral, sempre tinha a palavra do editor apresentando o autor ao público, justificando os motivos de sua escolha.

Ao leitor,

Bem previ o êxito d'esse trabalho quando o dei a publicidade em novembro de 1925.

Em menos de quatro anos esgotaram-se seis edições num total de 90 milheiros.

Apresentando ao publico esta nova edição do Curso de Geographia Geral do Dr. Mario da Veiga Cabral, estou ciente de que alcançara ella o mesmo êxito dos outros trabalhos que d'elle já editei, entre os quaes uma Chorographia do Brasil, já na 15^a. edição, num total de 210 milheiros. RJ, Fevereiro de 1929.

O editor .

A fala do editor contém um dado interessante, que é o número de edições da obra concorrente de Delgado de Carvalho. Ao analisar esses dados, conclui-se que, naquele período, ele não era um sucesso editorial, visto que apenas a *Geographia do Brasil* (1913;1923;1927;1929) chegou à quarta edição. Isso nos aponta que, na década de 1920 o autor não era uma unanimidade diante do campo intelectual. Tal processo começa se modificar com o decreto 16782 A, de 13 de janeiro de 1925. Também conhecido com reforma Rocha Vaz que, como já foi visto, tinha entre outros objetivos reformar o ensino secundário e superior. Em relação ao primeiro, amplia o tempo para seis anos em regime seriado e estabelece um caráter único para todo território nacional. Dessa forma, os estabelecimentos que quisessem ser reconhecidos oficialmente deveriam seguir o padrão pedagógico e administrativo do Colégio Pedro II. Logo, o programa de geografia, no qual era clara a perspectiva de Delgado de Carvalho, é oficializado, o que transformou o paradigma da geografia escolar e legitimou o

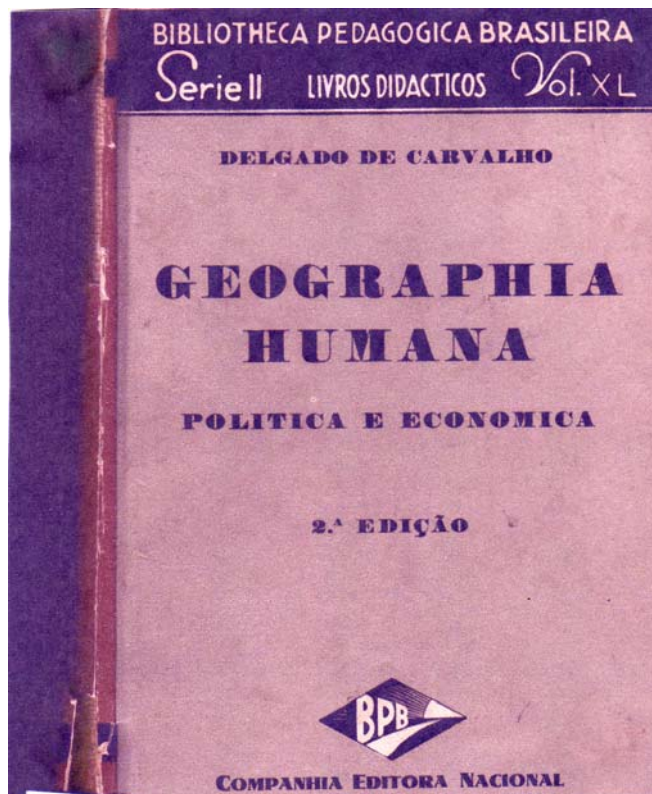
intelectual diante do campo. Após 1935, a *Geographia do Brasil* chega à sua sétima edição.

A adoção do regime seriado e a introdução da disciplina de sociologia criaram uma demanda por livros didáticos. Foi o caso de *Sociologia* (1931): *A falta de um compêndio de sociologia em nosso meio me levou a reunir as notas de aula dadas aos alumnos do sexto anno do Colégio Pedro II. São notas e summarios, por isso, não têm pretensão à forma litteraria* (p.2).

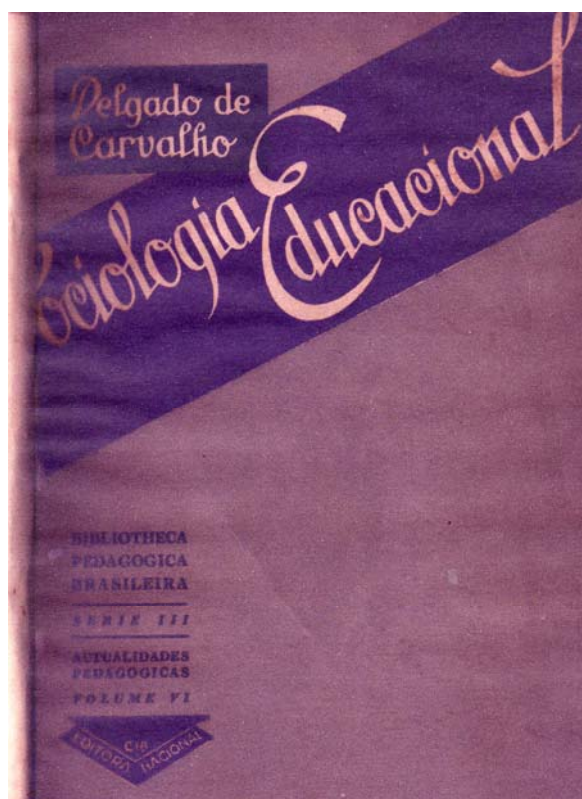
Delgado de Carvalho tem a maioria dos seus livros publicados após 1930. Nesse período, a maioria das obras de Delgado de Carvalho foram editadas pela Cia Editora Nacional, fundada em 1925, por Octalles Marcondes. Segundo Hallewel (1985), este era um homem de negócios e visava, acima de tudo, ao lucro. Concentrava assim, seus esforços nos gêneros mais rentáveis: ficção e didático. Ainda segundo Miceli (2001), para garantir a sustentação comercial, os editores se colocaram à frente do gênero que atraísse o maior número de leitores, independente do juízo da autoridade intelectual. Foi o caso dos livros de ficção e dos livros de conselhos ao lar.

Outro fator que determinou o surto editorial foi o reconhecimento no campo intelectual de novas teorias educacionais desenvolvidas na década de 1920. Como analisa Miceli (2001), as editoras publicam diversas correntes de educadores profissionais que lutam para impor suas idéias diante do novo cenário educacional.

Deste contexto fazem parte as coleções que na década de 1930, segundo Pontes (1989), passam a ser marca registrada de cada editora que visam a divulgar a cultura nacional. O autor escolhido para tal tarefa tem a marca da consagração diante do campo intelectual. A série *Actualidades Pedagógicas*, da coleção Brasiliana, é a primeira de várias coleções que editoras lançaram sobre o assunto. Editada por Octalles Marcondes Ferreira e organizada por Fernando de Azevedo, tem como objetivo divulgar a renovação pedagógica. Entre os trinta volumes publicados, todos os autores têm ligação com o movimento da Escola Nova. A lista, encabeçada por Fernando de Azevedo, conta com Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Afrânio Peixoto e ainda apenas quatro teóricos estrangeiros, Claparede, Dewey, Henri Pieron, Henry Walllon. Delgado de Carvalho tem três títulos publicados: *Sociologia Educacional* (1933), *Sociologia Aplicada* (1935) e *Geographia Humana Política e Econômica* (1935).



Capa de *Geographia Humana Política e Econômica* (1935)



Capa de *Sociologia Educacional* (1933)

Estas adotaram uma perspectiva inédita no país ao encomendar aos autores os livros para a coleção. Estes vieram a suprir uma necessidade identificada por nossos intelectuais: a falta de informações publicadas e a raridade destas, pois muitas já estavam esgotadas. A coleção reunia clássicos e novos trabalhos sobre o Brasil. Ao figurar entre os autores escolhidos, evidencia a legitimidade de Delgado de Carvalho como divulgador dos novos métodos escolanovistas.

Dentro desse contexto, Delgado de Carvalho também foi escolhido por outras editoras para divulgar oficialmente seus métodos. *Sociologia e educação* (1934) fez parte da coleção Biblioteca de Cultura Científica, da Editora Guanabara, dirigida por Afrânio Peixoto. Ainda no prefácio, o autor anuncia: *Este livro, escripto a pedido do meu eminente collega e muito querido amigo, Afrânio Peixoto, é um apelo à sinceridade em favor da educação. É um estudo de alguns aspectos do problema entre nós* (p.4). A fala revela não só o livro como encomenda, prática adotada pelos editores que seguem o padrão inaugurado pela Brasileira, como também um circuito de amizade entre o diretor da coleção e o autor, pautado na admiração intelectual.

Outra coleção da qual Delgado fez parte foi a Biblioteca Nacional, editada pela Melhoramentos e dirigida por Lourenço Filho. *Geografia Elementar* (1940) também segue os mesmos padrões das demais coleções ao ser encomendado com o objetivo primordial de divulgar novos métodos legitimados dessa disciplina:

Quando os editores, que ora publicam a Geografia Elementar me incumbiram de escrevê-la, não me conheciam senão pela Geografia do Brasil, o que nela apreciaram, provavelmente, foi o método; método que devo confessar, fez com que a obra fosse mais bem recebida pelos estudiosos da Geografia do que pelos próprios estudantes. De fato, o livro era tão demasiado diferente do programa. Hoje, entretanto, as profundas modificações deste deram ao método uma maior aceitação (p.4).

Além dessas publicações, o nome de Delgado de Carvalho passa a ser referência para apresentação de outros autores como Aroldo de Azevedo, por ocasião do lançamento do livro *Geografia para a primeira série secundária* (1936):

Novos rumos ao ensino da geographia

Dentre as matérias que acentuaram uma sensível evolução, nestes últimos annos, em nosso ensino secundário, se destaca, sem duvida geographia. À sua nova concepção vae ganhando terreno dia a dia, entre nós, com o parecimento de compêndios modernos, com perspectivas avançadas e

superiores. Sciencia attrahente, a geographia constituiu, entretanto, durante muito tempo, um motivo de tédio para os alumnos.

Nunca podemos esquecer o nome de Delgado de Carvalho, como o primeiro de um movimento que reformou as bases didacticas de geographia, entre nós.

O seu compendio de Chorographia do Brasil, apparecido há uns quinze annos, foi o inicio de uma verdadeira revolução no ensino desta matéria.

É verdade que ainda há muito professor rotineiro e conservador que ri das innovações e acha sempre que os bons methodos foram aquelles que aprenderam os nossos paes.

Não há nesse numero o sr. Aroldo de Azevedo, professor do Collegio Universitário da Universidade de São Paulo, que se empenha com todo entusiasmo da sua mocidade em prol da elevação do nosso nível de ensino.

Seus compêndios de geographia, um dos quaes já tivemos occasião de registrar aqui há poucos dias, procuram tornar a matéria o mais interessante possível, racionalizando-a e dando-lhe um cunho prático e humano.

Esses livros seguem as pegadas de Delgado de Carvalho e são dignos de uma época em que Van Loon torna a geographia uma fonte de maravilhas e de encantos.

(A Gazeta, São Paulo, 13 de Fevereiro de 1936)

No Estado Novo, a preocupação em controlar toda e qualquer forma de expressão cultural aumenta. Nesse contexto, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático pelo decreto 1006 de 30 de dezembro de 1938, com o objetivo de estabelecer condições de produção, importação e utilização dos livros didáticos, regulamentando nesse campo o trabalho de autores, editores e professores.

Em sua análise, Halewell(1985) chama a atenção para a grande preocupação em controlar o conteúdo divulgado por esses manuais. Tal postura diante do livro didático se faz presente na exposição de motivos elaborada por Gustavo Capanema, para justificar a criação da CNLD:

De fato, quaisquer que sejam os objetivos, os métodos e os processos da escola, o livro ainda hoje é o seu instrumento de maior alcance, pois que lhe prolonga a boa ou má influência, acompanhando o aluno até o lar e exerce função inspiradora e reguladora de todo o trabalho docente, pesando decisivamente na ordem e seriação das lições, a que dá disciplina e medida.¹⁰

Entre outros motivos que justificam a criação dessa comissão, estão a falta de critérios nacionais para adoção de livros, a má qualidade destes, as constantes reclamações que chegam ao ministério, que eram menores diante daquela questão que se destacava: o poder do livro de veicular idéias. No período em que é grande a censura

¹⁰ Arquivo Capanema, rolo 39, fot.763.

dos meios de comunicação, em que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) trabalha ativamente, não é estranho esse novo olhar sobre o manual escolar. Capanema aborda claramente esse ponto: *As constantes consultas e repetidas reclamações, que a este Ministério têm sido endereçadas, demonstram que o assunto urge por uma solução, necessária também por se ter verificado que a propaganda subversiva tem chegado a insinuar-se nos próprios textos preparados para uso nas escolas.*¹¹

O ministro, contudo, não encara tal medida como controle. Em seu primeiro artigo, o decreto anuncia a ampla liberdade de produção e importação de livros no território nacional. Autonomia justificada com base nos novos conceitos definidos na Constituição de 1937. Sendo assim, o poder de criação do indivíduo deve ser exercido com limites: o bem público. Sob esse critério, o art. 3º determina que, a partir de 1940, os livros didáticos que não tivessem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos da lei, não podiam ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de toda república. Tal autorização constitui parte da materialidade dos livros didáticos da década de 1940, na capa ou na contracapa em que ela é anunciada.

Os artigos tentam abordar todas as instâncias percorridas pelo livro, do autor, passando pelo editor, até chegar ao professor. Percebendo o importante papel que o livro tinha na divulgação dos conteúdos, foi prevista uma série de restrições ao seu trabalho; ficava proibido o ditado de pontos de outros, propaganda de livros não autorizados e inclusive adoção de livros da autoria do professor da classe. Tal pressuposto é revogado no ano seguinte, devido a muitos membros da própria comissão serem autores de livros, como Delgado de Carvalho. Ficou estabelecido que estes podem ser publicados mediante autorização da comissão.

A regulamentação atingiu diretamente as editoras. Em 1941, um documento enviado à própria Comissão Nacional do Livro Didático expõe a dificuldade das editoras com a demora na análise dos livros, o que impede que estes sejam impressos a tempo do início do ano escolar, ou que sejam impressos mesmo sem o resultado da análise, acarretando grande prejuízo em caso de reprovação. A comissão, em resposta, não discorda da impossibilidade de realizar tal trabalho em tempo hábil diante dos muitos critérios a serem julgados, a gramática, o conteúdo, a veiculação ideológica e até

¹¹ Arquivo Capanema, rolo 39, fot. 764.

o preço sugerido pelo editor. Revela ainda que, apenas naquele ano, 1937 livros ainda aguardavam parecer.

A comissão foi constituída primeiramente por sete membros designados pelo presidente da República, entre *peessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral*. Os membros da Comissão são assim legitimados pelo governo, tornando-se agentes do controle cultural por ele proposto. Entre seus membros, está Carlos Delgado de Carvalho. Ainda que designado por Vargas, fica clara a influência nessa escolha:

*TENHO PRAZER COMUNICAR-LHE SUA DESIGNAÇÃO VG POR
DECRETO DO SNR PRESIDENTE DA REPUBLICA VG PARA EXERCER
NO CORRENTE ANO VG FUNÇÕES MEMBRO DA COMISSÃO
NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PT PEÇO LHE COMPARECER
DIVISÃO PESSOAL DESTE MINISTÉRIO A FIM DE TOMAR POSSE PT
SAUDAÇÕES ATENCIOSAS GUSTAVO CAPANEMA MINISTRO
EDUCAÇÃO E SAUDE*

Gomes (2000) analisa a lógica dos convites para cargos que compõem o ministério de Capanema. Assim, é analisada não só a idéia de cooptação, mas de aproximação do governo aos intelectuais que fossem capazes não só de conduzir as políticas públicas, e mesmo garantir sua legitimidade diante do meio. Outra dimensão percebida é a troca efetiva entre intelectuais e poder.

Na lista elaborada para escolha dos membros dessa comissão ficam claros os critérios que o legitimam como autoridade em tal função. Todos já são reconhecidos pelo campo intelectual. Quando, dois anos mais tarde, a comissão é ampliada por seções que correspondem às disciplinas do programa do ensino secundário, os membros continuam sendo selecionados a partir do mesmo critério. Na lista, escrita em letra cursiva, os nomes dos membros são associados às instituições educacionais a que pertencem, estando restrita ao Colégio Pedro II, Instituto de Educação, Colégio Militar, Faculdade de Engenharia, representado a cátedra, um título que os autoriza como autoridade intelectual diante do governo.

2.7. Um intelectual e o poder

A participação de intelectuais no governo não é novidade. Sempre é questionado porque tais intelectuais utilizaram suas obras para defender determinada ideologia

política, mas poderia esse intelectual se manter à margem desse contexto? Em especial, o governo Vargas suscita muita discussão a esse respeito, tanto pela quantidade de intelectuais que responderam ao seu chamado, como pelos motivos que os levaram a participar do regime ditatorial do Estado Novo.

Como lembra Miceli (2001), o período que vai de 1930 a 1945 é marcado pela construção do aparelho burocrático a serviço do processo de centralização política. Esse trabalho de construção institucional determinou a abertura de ministérios – Educação e Saúde Pública (1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930), Aeronáutica (1940) – de uma série de organismos vinculados em linha direta à Presidência da República e de uma rede de autarquias, conselhos e departamentos e comissões especiais (p.149). O Estado tende a assumir todas as iniciativas não só políticas econômicas, mas culturais, distribuindo papéis à intelectualidade.

Delgado de Carvalho participou de duas instâncias reguladoras criadas por esse governo: a Comissão Nacional do Livro Didático, como já analisado, e o Conselho Nacional de Educação. Ao contrário de governos anteriores, no qual a indicação política e a tradição familiar eram os critérios de recrutamento, nesse governo o título escolar é capital necessário para a seleção. Os decretos que regulamentam esses conselhos deixam isso claro à medida que estabelecem como critério o reconhecimento da capacidade científica.

Vargas, interessado em manter seu estado de compromisso com a intelectualidade, necessitava de pessoas com competência que conduzissem a sua negociação entre os vários grupos que entre si disputavam o controle de importantes instâncias da sociedade. Na área educacional, isso se torna claro no contexto reformador da década de 1930, em que católicos e técnicos disputam a condução desse processo.

O Estado autoritário utiliza como estratégia o recrutamento desses especialistas, a fim de forjar uma participação, afastando qualquer ameaça que estes poderiam representar à sua hegemonia, caso se caracterizasse como força de oposição. Esses Conselhos e Comissões, criados principalmente no Estado Novo, têm caráter consultivo, e, dessa forma, cumprem duplo papel, uma vez que se comprometem com o governo, colaborando intelectualmente, e se desmobilizam como opositores ao regime.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) é um exemplo dessa estratégia. Abrigava quatro grupos de interesses: os ramos tradicionais de ensino superior, militares de altas patentes, porta-vozes das novas especialidades educacionais da qual

Delgado de Carvalho, juntamente com Isaías Alves, são os representantes e a intelectualidade católica.

Havia assim uma grande disputa interna no CNE em torno da autonomia dos estados em criar legislação específica para questões educacionais, defendidas pelos estados mais fortes, e o incentivo pela intervenção do Estado, salvo de pressões regionais, posição a qual os técnicos aderiram. Ainda que fosse uma arena de debates em que diferentes interesses estavam em jogo, em comum havia a oposição desses intelectuais à função meramente consultiva do Conselho, que frustrava o ideal de reformador, mesmo com os diferentes enfoques que esses participantes possuíam.

Compreender assim a participação não só de Delgado de Carvalho, mas de outros intelectuais como Villa Lobos, Mário de Andrade, Lourenço Filho e Anísio Teixeira que muito produziram para o Estado autoritário que os absorveu e nele desempenharam papel fundamental, não é tarefa simples.

Algumas reflexões feitas pela historiografia apontam caminhos para compreensão desse processo. Martins destaca que esta *intelligentsia* tinha como objetivo conduzir a nação à modernidade. Por isso, contestou os valores dominantes, buscou suas raízes, enalteceu o ser brasileiro e desesperou-se ao não conseguir conduzir o país à modernidade. Como outros intelectuais que não conseguiram organizar a sociedade civil, Delgado de Carvalho acaba por apoiar o Estado, que assumiu para si essa tarefa.

A constituição brasileira ainda não está sendo executada totalmente, por estarmos ainda num período preparatório de organização. Vários novos conselhos já estão em funcionamento, principalmente os conselhos técnicos para administração pública, também institutos técnicos para café, açúcar, cacau e outros interesses econômicos nacionais. O estágio preparatório irá terminar com um plebiscito para adoção ou rejeição da Constituição. Mas antes da eleição para Parlamento Nacional, o conselho econômico deve ser organizado (DELGADO DE CARVALHO, 1940, p.309-310).

Muitos autores identificam os anos 20 como um momento de crítica dos intelectuais ao regime republicano, incapaz de superar os interesses privados, em especial da oligarquia em prol de interesses mais gerais. Gomes (1998) destaca que nesse período ocorre a reivindicação por um maior intervencionismo do Estado, a fim de que as questões nacionais fossem colocadas à frente das particulares. O fracasso da experiência liberal republicana só seria superado *por outros arranjos institucionais capazes de construir um verdadeiro espaço público no Brasil* (p.511). Tal perspectiva foi adotada por Delgado de Carvalho (1940): *Felizmente, o Brasil tem sido abençoado*

com bons presidentes, homens honestos e bem intencionados, que trabalham duro para salvar o país da doença de uma constituição inadequada (p.299).

Por sua vez, Pecaut (1990) lembra que os intelectuais assumiram a tarefa de organizar a sociedade, ou seja, estabelecer uma direção científica e técnica do desenvolvimento, regular o equilíbrio das relações sociais, enquadrar corporativamente a população e organizar o poder em função do interesse geral. Em todas essas funções, os intelectuais, junto a Vargas, tomam para si a voz do povo, desprezando a participação direta deste. Para Vargas, essa é a verdadeira democracia, *a que atende aos interesses do povo e consulta suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtoras (p.72)*. O Estado, dessa forma, acolhe os intelectuais, não conhecendo outra forma de expressão pública que não fosse a opinião deles.

Se nesta constituição cabem nossos propósitos ou não, é cedo para dizer, mas nunca as leis brasileiras foram elaboradas com base nos problemas sociais e econômicos, nunca as armadilhas políticas do nosso passado foram tão seriamente enfrentadas, essa reclama por ajustar a realidade brasileira (DELGADO DE CARVALHO, 1940, p.310).

Os intelectuais combatem o chamado artificialismo político, que em nada colaborava com o desenvolvimento do país. Em seu lugar, impôs-se a nova democracia, Não mais política, e sim, social e nacional. A nova democracia não abria mão da representação assim definida por Delgado de Carvalho:

O fato é que no Estado autoritário, propõe, introduz num primeiro momento a indispensável força popular na estrutura do Estado. Embora esta não tenha nada de fascista ou nazista, é uma tentativa de construir um ente político por linhas corporativistas. Não há mais espaço deixado para políticos profissionais, as pessoas estão diretamente ou indiretamente representadas em todos os conselhos. Desde 1930 não mais que 2500 sindicatos foram oficialmente reconhecidos. Por outro lado, o regime de 1937 tem parado o espírito de reforma que ameaçava a unidade nacional (DELGADO DE CARVALHO, 1940, 311).

Os novos mecanismos de representação, que irão garantir os arranjos institucionais, legitimando o poder de Vargas, perpassam, como analisa Gomes (op.cit), pelos sindicatos tanto de empregados como de empregadores, formando a base de consulta. Dessa forma, ao substituir a dicotomia público/privado pela proposta corporativa, o governo conseguiu conquistar amplo apoio da população, incluindo os intelectuais, o que imprimiu profundas marcas na vida política do país.

A defesa de Delgado de Carvalho e de outros intelectuais desses ideais devem e só podem ser compreendidas nesse contexto. Não há o caráter de julgamento, pois não cabe esse papel à História. Esses atores, empolgados pelo desejo de inserir o Brasil na modernidade, diante do contexto mundial, no qual a paz estava ameaçada, e tantos outros fatores que pertencem a um mundo que não vivemos, viam, dessa forma, o melhor caminho para o país.

Capítulo 3

Novos caminhos da ciência e a luta por antigos ideais

3.1 As ciências sociais e a educação

Ao assumir a presidência do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 4 de julho de 1952, Anísio Teixeira traça a seguinte meta para sua administração:

Esforça-nos-emos por aplicar métodos objetivos e, quando possível, experimentais, mas tudo conduziremos com o sentimento profundo do caráter provisório do conhecimento, mesmo quando ou, talvez, sobretudo, quando científico. A ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas, mas itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constante reconstrução, a que não faltará, contudo, a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes como na consciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. Será por este modo que o Instituto pensa se deixar conduzir pelo método e espírito científico (TEIXEIRA, 1952, s/p).

Ao aceitar o convite para o cargo, o educador vislumbrava realizar o antigo ideal de unir a ciência à prática educacional. A análise de Mendonça (1997) destaca que tal projeto previa a aplicação do conhecimento científico em três níveis da atividade educativa: na organização e gestão dos serviços escolares, na formação dos professores e, por fim, no interior mesmo da escola, onde era preciso introduzir o que Anísio chamava de espírito científico, percebido quase como sinônimo de espírito experimentalista, de investigação, de pesquisa.

Com essas idéias, que povoavam o pensamento do mestre já nos anos de 1920 e 1930, tomou as primeiras medidas à frente do Instituto, que foram a implantação dos programas CILEME (Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar) e CALDEME (Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino). O primeiro tinha por objetivo o levantamento de dados do nosso sistema educacional, a fim de identificar suas deficiências e analisá-las junto à ciência, buscando soluções. Dirigido por Otávio Martins, fixava convênio com universidades a fim de recrutar técnicos, uma vez que o quadro permanente do INEP era considerado por Anísio insuficiente para sua realização. Tais estudos deveriam ser abrangentes: a administração escolar, o regime de financiamento, a legislação, as questões de métodos didáticos, formação de professores e o regime de promoções.

Por sua vez, a CALDEME consistia em um projeto de assistência técnica ao professorado, por meio de manuais elaborados por pessoas de reconhecida autoridade

científica. Estes deveriam fornecer embasamento teórico suficiente, pois, para Anísio Teixeira, faltavam aos mestres fontes nas quais pudessem recorrer em suas respectivas matérias. Ainda que atuassem em diferentes instâncias, os dois programas tinham em comum a intenção de integrar a educação às ciências sociais. Assim, como destaca Mendonça (1997), para Fernando de Azevedo, inaugurava-se um novo tempo na política educacional, no qual planejamento amparado pela pesquisa científica substituiria soluções apenas práticas, como a construção de escolas.

Para as ciências sociais, tal processo também incutiria uma mudança, pois representava uma nova etapa no seu processo de institucionalização. Segundo Correa (1987), tal integração rompia com a tradição de se elaborar apenas grandes sínteses, sendo uma grande oportunidade de realização de um trabalho empírico, que acabou gerando bons resultados práticos, teóricos e políticos. O campo das ciências sociais já muito se modificara com a influência de professores estrangeiros que, a partir da década de 1930, ministraram cursos nas recém criadas Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Distrito Federal (UDF), delimitando novas linhas de pensamento, que alargaram a perspectiva das investigações científicas.

A década de 1950 acabou marcada em nosso campo científico pelo intenso desejo em romper com o pouco espaço dedicado à pesquisa na área de ciências sociais. Nesse sentido, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CPBE), criado em 1955, por decreto federal (ainda que o projeto de formação tenha se iniciado no início da década de 1950, como foi abordado no capítulo anterior), representou uma grande iniciativa. Apoiado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento da educação, ciência e cultura), que tinha um programa de incentivo ao desenvolvimento das ciências sociais como forma de promover uma maior integração internacional, o CBPE provocou grandes transformações no INEP, órgão a que estava vinculado, ao criar condições para uma análise científica da documentação pedagógica levantada pelos programas CALDEME e CILEME, tendo assim se especializado em promover estudos da realidade brasileira em seus múltiplos aspectos.

O projeto de integrar educadores e cientistas sociais, contudo, não foi simples. Ao recordar o processo de criação do CBPE, Florestan Fernandes, um dos seus colaboradores, classificou-o como um dos mais ousados da década de 1950. A análise da composição de seus quadros, feita por Henriques (1997), dá dimensão dessa dificuldade. A autora destaca a disputa de duas tradições intelectuais: os cientistas sociais e os educadores. Os primeiros, mais ligados à Escola Livre de Sociologia e

Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que tinha entre seus representantes o próprio Florestan Fernandes, defendiam uma perspectiva global para as pesquisas desenvolvidas no Centro, na qual a educação deveria ser investigada em seus aspectos político, psicológico e antropológico. Já os educadores se dividiam em dois grupos: um ligado a Fernando de Azevedo e outro a Anísio Teixeira. Azevedo, diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, defendia uma ligação mais direta entre as pesquisas realizadas e as ações do governo como forma de combater as acomodações políticas que reinaram até então. Anísio Teixeira defendia a forma como os estudos já eram conduzidos no CBPE como a maneira de integrar a educação à ciência. A partir da colaboração de cientistas estrangeiros vinculados a UNESCO como Charles Wagley, da Universidade de Columbia, e Jacques Lambert, cientista político francês, elaborou mapas, estatísticas, patrocinou pesquisas e publicou manuais de orientação aos professores.

Carlos Delgado de Carvalho participou ativamente tanto da CALDEME como do projeto e das negociações para a criação do CBPE. Ligado a Anísio Teixeira, com quem compartilhava o ideal de transformar a prática dos professores a partir de uma perspectiva científica desde a década de 1920, foi por ele convidado a elaborar os manuais de história geral da CALDEME.

Ao analisar a trajetória de um intelectual, Bourdieu (1983) considera importante estudar as diferentes estratégias científicas por ele utilizadas perante o campo, pois, para ele, nada é mais artificial do que descrever apenas as propriedades genéricas das diferentes fases de sua carreira. Existem muitas possibilidades de carreiras que variam conforme o intelectual tenha adquirido, mantido ou perdido sua autoridade diante do campo. Esse é um lugar de constantes disputas entre dominantes, os detentores da maior parcela do capital específico da autoridade científica, e dominados, que possuem um capital menor. Nessa luta, os dominantes e os pretendentes recorrem a diferentes estratégias; enquanto os primeiros lançam mão das *estratégias de conservação*, com o objetivo de perpetuar a ordem científica estabelecida, os segundos utilizam as *estratégias de sucessão*, nas quais podem conquistar de forma mais segura o capital dentro dos limites autorizados da ciência oficial, ou das *estratégias de subversão*, quando, de forma mais arriscada, tentam redefinir os princípios de legitimação.

Na década de 1950, Delgado de Carvalho já era uma autoridade científica reconhecida pelo campo. Ainda assim, seus investimentos continuaram. Para Bourdieu (1983), essa constância permitiria caracterizar um intelectual como de nível elevado, o

que se aplica a Delgado de Carvalho. Nesse aspecto, serão analisados como novos empreendimentos à organização do Congresso para professores de história e geografia da UNESCO e a elaboração dos manuais de ensino.

A sua escolha para elaborar os manuais da CALDEME é mais um sinal da consagração de sua carreira. Na visão de Bourdieu (1983), os livros didáticos são importante instrumento para manutenção da ordem científica, pois fazem parte do sistema escolar considerado *o único capaz de assegurar à ciência oficial, a permanência e a consagração, inculcando sistematicamente habitus científicos ao conjunto de destinatários legítimos da ação pedagógica, em particular a todos os novatos do campo da produção propriamente dito*. Sendo assim, os manuais de ensino elaborados por Delgado de Carvalho nas décadas de 1950 e 1960, a saber: *História Geral: antiguidade compêndio de informações para uso dos docentes* (1956), *História Geral: Idade média* (1959), *Introdução metodológica aos Estudos Sociais* (1957), *História diplomática do Brasil* (1958), *História Geral: Idade contemporânea* (1966), *História das relações internacionais* (1969), *OSPB* (1961; 1963; 1969), *História Geral -3 volumes* (1969), serão analisados sob a perspectiva das *estratégias de conservação* do intelectual diante das mudanças do campo científico naquele período.

3.2 O congresso da UNESCO

A UNESCO foi responsável, na década de 1950, por uma série de seminários sobre métodos de ensino de ciências sociais. O órgão via nesses encontros intelectuais um caminho para o desenvolvimento social e econômico das nações sul-americanas. Para isso, deveria ser incentivado não só o lado acadêmico das ciências sociais, como o lado prático: *não se tratava apenas de desenvolver as ciências sociais pelas ciências sociais – mas como meio de resolver problemas concretos e prementes com que se defrontaram* (*Boletim do CBPE*, agosto de 1956, p.175).

Reconhecido internacionalmente pelos seus estudos sobre os métodos de ensino de geografia, Delgado de Carvalho foi incumbido pela UNES história e geografia. Este tinha como objetivo debater como tais disciplinas poderiam ser utilizadas para melhor compreensão do contexto internacional. Tal medida com preocupação pacifista era uma das estratégias do órgão criado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para administrar possíveis conflitos entre as nações.

O Congresso de Montreal teve como base os estudos de Emile Marmy, professor da Escola Normal de Friburgo, que defendia a importância de se respeitar, no ensino da geografia e da história, as quatro fases de desenvolvimento psicológico por ele estabelecidas: segunda infância (dos 7 aos 8 anos), terceira infância (dos 8 aos 10 anos), pré-pubertária (dos 10 aos 15 anos) e pubertária (dos 15 aos 18 anos). Como resultado das discussões lá empreendidas, foi produzido um guia da UNESCO, com orientações para professores em como proceder em cada uma das fases.

Delgado de Carvalho viu muitas de suas idéias sobre metodologia de geografia, divulgadas desde os anos 1920, aplicadas nesse Congresso: primeiramente o uso de um manual dirigido aos mestres como a sua *Methodologia do ensino geographico (Introdução aos estudos de Geographia Moderna)*, de 1925. Depois, as próprias atividades sugeridas na obra também estavam presentes no manual da UNESCO (1950). Entre estas, uma apropriação diferente do espaço e dos objetos escolares. Ao abordar o ensino da geografia para crianças de 9 a 12 anos, o guia sugere:

Nesta fase, as ilustrações, as descrições, os objetos falam muito à imaginação da criança e despertam o seu interesse pelos gêneros de vida de vida em países distantes; as viagens a seduzem especialmente e muitos detalhes e termos que seriam decorados sem proveito, passam a ter uma significação geográfica útil a reter (p.100).

Vinte e cinco anos antes, Delgado de Carvalho, com o objetivo de concretizar um conhecimento até então transmitido de forma abstrata, já sugeria o uso de objetos simples, conhecidos dos professores, mas com outra função. Tais atividades são destinadas ao ensino primário que, dentro de sua perspectiva, tinha uma importante função na formação dos futuros cidadãos responsáveis pela construção da nossa nacionalidade, desde que pudessem compreender as razões desta. O papel da professora primária é assim destacado:

Para este fim deve ser armado o professor de todos os processos modernos de explanação e demonstração desde o graphico, o diagramma, o cartogramma, o esboço, o corte, a estatística, até á symbolização concreta, artificial, no taboleiro de areia e no pateo, etc. Elle deve saber como se prende a atenção dos meninos, como se fala a sua imaginação, em linguagem geographica. A história e a geographia são disciplinas de nacionalização por excellencia e exigem do mestre, ao lado das qualidades de pedagogo, as de apostolo (DELGADO DE CARVALHO, 1925, p.41-2).

Em seus estudos sobre arquitetura escolar, Escolano (1998) analisa o uso do espaço escolar como uma construção cultural, na qual nada é uma escolha aleatória. A materialidade deste reflete uma série de estímulos, conteúdos e valores que compõem um currículo oculto. Para ele, a arquitetura é parte do programa de ensino, ainda que de forma silenciosa. Toda vez que o espaço é utilizado de forma didática, constrói-se uma íntima relação entre este e o projeto educativo. Ao estudar o uso do recurso arquitetônico em um método, aproximamo-nos deste em relação ao passado, embora muitas vezes, este seja um dos poucos recursos que nos resta para compreender o seu significado.

As noções de geografia, consideradas fundamentais para Delgado de Carvalho, como localizar, observar, medir e representar, deveriam ser trabalhadas com simples objetos da sala de aula. A caneta, por exemplo, serviria como instrumento para medir a largura de uma porta ou a distância da criança em relação ao muro. Tal prática deveria ser diária:

Medem-se então livros, carteiras, distâncias, larguras de portas, quartos, altura de meninos, etc. Os romanos mediam por passos completos de 1m47, os gregos por meio de passos de 0m74... Os passos de criança são menores. Quantos passos do púlpito à porta? Gregos ou romanos? O valor educativo e pratico das medições repetidas e freqüentes não pode ser exaggerado. É um excellente preparo geographico o das avaliações, quando a medição não é fácil, de alturas, distancias, tamanhos relativos, e o professor deve multiplica-las (DELGADO DE CARVALHO, 1925, p.55-6).

Outro artefato que deveria ser utilizado da sala de aula era a mesa em substituição ao quadro-negro. Delgado de Carvalho salienta que, para entender a proporção utilizada nos mapas, era necessário aplicar o exercício de reprodução de plantas. Ao utilizar o papel quadriculado sob a mesa ao invés do quadro-negro, a criança compreenderia com muito mais facilidade. Depois é sugerido que se faça a planta das carteiras da sala de aula, da própria sala e, por fim, do prédio escolar.

O pátio da escola também foi considerado recurso didático. Este era visto como rico lugar de aprendizagem que, na falta de outros recursos, era capaz de criar imagens que pudessem auxiliar a criança. Assim ele apresenta como sugestão de atividade:

O pateo da escola, num dia de chuva, vale a pena ser observado: reúnem-se ahi, em miniatura, todas as feições características da crosta terrestre. O mestre que chame atenção das creanças em primeiro logar sobre a água que corre, procurando sempre os pontos mais baixos; é líquida, isto é, não tem fôrma, própria, amolda-se ao recipiente occasional, quando não há

pontos mais baixos, ella não corre; fórma poças. Quando corre é sempre na mesma direcção, evitando os obstáculos que estão mais altos. Assim se formam os córregos, os arroios, que se unem para formar os rios, etc, etc (DELGADO DE CARVALHO, 1925, 60-1).

Reconhecido por suas preocupações com o ensino de geografia, Delgado de Carvalho aceitou o convite para participar da organização do Congresso de Montreal. Esse foi mais um investimento do intelectual no capital científico conquistado desde os anos de 1910, com a publicação da *Geographia do Brasil* (1913), ao sugerir uma forma diferente de se estudar o país, sob os pressupostos da antropogeografia até então pouco divulgada no país, quando concentrou seus maiores esforços nos estudos sobre a metodologia da disciplina que ajudou a transformar. Ao estudar as carreiras de intelectuais, Bourdieu (1983) aponta esse constante investimento, ainda que já se tenha obtido a consagração diante do campo, como característica de um intelectual de nível mais elevado; logo, estas são *as únicas a conferir até o fim os lucros simbólicos necessários à reativação contínua da propensão a investir, retardando assim, continuamente o desinvestimento* (p.136). Sendo assim, é possível compreender a consagração de Delgado de Carvalho diante do campo por mais essa década.

Sete anos após a realização do congresso, foi publicada a *Introdução metodológica aos Estudos Sociais* (1957), cujo tom prescritivo expunha não só os debates ocorridos no encontro, como também as idéias já divulgadas em sua *Methodologia do ensino geographico (Introdução aos estudos de Geographia moderna)* (1925), o que é anunciado no preâmbulo:

Mais uma vez, venho tentar a apresentação de métodos didáticos para os Estudos Sociais. Solicito novamente a atenção de meus colegas que ainda não desanimei de convencer. Reconheço que muitas de minhas idéias são tidas como irrealizáveis, ou pelo menos, prematuras em nosso meio. Não desisto, entretanto, pois algumas são aprovadas por autoridades pedagógicas de primeira grandeza (1957, s/p).



Ao final do congresso os participantes reunidos. Delgado de Carvalho está na primeira fila, oitavo da esquerda para a direita. Foto publicada na *Revue Canadienne de Géographie* (p.11,1951).

Mais do que os investimentos nesse campo científico, Delgado de Carvalho colocou suas teorias como um projeto de vida. Aos 63 anos, ainda lutava para torná-lo parte do cotidiano das salas de aula.

3.3. Os bastidores da edição dos manuais de história

3.3.1 Negociações contratuais

Para a UNESCO, órgão internacional que já interagira em nosso meio educacional desde o início da década de 1950 e que deu fundamental apoio para a organização da CBPE, os manuais escolares eram importantes instrumentos de divulgação de valores. Objetivando a maior integração entre os países, o órgão achava importante uma reflexão sobre os conteúdos dessas obras, talvez portadoras de

preconceitos e noções erradas que prejudicariam tal entendimento: *Num mundo como o atual, cujas nações são cada vez mais interdependentes sob todos os pontos de vista, os estereótipos que incitam a incompreensão entre elas constituem uma permanente ameaça à paz (Boletim do CBPE, dezembro de 1956, p.80).*

Ainda que Anísio Teixeira combatesse a cultura livresca da escola, distante da realidade, que pouco conseguia acrescentar à trajetória do aluno, não deixava de reconhecer o livro como recurso fundamental em qualquer sistema educacional. Para se transformar os métodos, não se deveria e nem se poderia abrir mão de livros, apenas utilizá-los de outra forma. Assim como outros educadores de sua geração, ele acreditava no livro didático como propagador de conhecimentos, capaz de levar à distância informações importantes para a formação e prática pedagógica. Ao anunciar, no discurso de posse, seu programa de mudanças à frente do INEP, assim declara:

Este trabalho, pois, não será nenhum trabalho remoto e distante, mas parte integrante e preliminar do programa de reconstrução de nossas escolas e revisão de seus métodos. Não será por leis, mas por estudos, que daremos início à reforma do ensino, que todos anseiam, mas temem, com fundado receio de que se transforme em mais uma experiência frustrada de alteração de nomes ou de posição de elementos no complexo da situação educacional. Se conseguirmos, porém, os estudos objetivos que aqui sugerimos, e sôbre eles fundarmos diagnósticos válidos e aceitos, não será difícil a elaboração dos métodos de tratamento e indicação dos prognósticos. Os métodos de tratamento surgirão nos guias e manuais de ensino para os professores e diretores de escolas, os quais constituirão livros experimentais de sugestões e recomendações, para a condução do trabalho escolar. Em complemento, deveremos chegar até o livro didático, compreendendo o livro de texto e o livro de fontes, buscando integrar nestes instrumentos de trabalho o espírito e as conclusões dos inquéritos precedidos (Boletim do CBPE, março de 1956, p.16).

Na exposição de motivos da CALDEME, Anísio Teixeira argumenta que, diante da falta de recursos para promover cursos de aperfeiçoamento necessários, principalmente no interior, a solução seria *fazer chegar as suas mãos guias ou manuais escritos especialmente para a sua orientação (Boletim do CBPE, março de 1956, p.21).* Sem dúvida, o custo de elaboração desses manuais era infinitamente menor e, distribuídos por todo Brasil, estariam cumprido a tarefa, ainda que não de maneira considerada ideal, de reciclar professores. Para atingir tal objetivo, o diretor do INEP estabeleceu como critério para seleção dos autores, intelectuais que fossem capazes de atrelar o conhecimento à criação de novas técnicas de ensino

A dificuldade inicial maior foi encontrar pessoas que aliassem a reconhecida competência a dois outros indispensáveis qualificativos: uma convicção segura dos males provindos entre nós do ensino verbalista e um entusiasmo tal pelas vantagens de uma mudança radical nesse ensino que as levassem a se dedicarem a penosa tarefa de elaboração dos manuais, com sacrifício parcial embora, de outras atividades profissionais (Boletim do CBPE, março de 1956, p.31).

Entre os sete autores selecionados de acordo com estes critérios estava Carlos Delgado de Carvalho¹², convidado para elaboração do manual de história geral. Assim Anísio Teixeira justifica sua escolha: *catedrático de história moderna e contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia, autor de vários estudos sobre a renovação do ensino secundário das ciências sociais (êste nome dispensa informações adicionais, tão conhecidos são os seus trabalhos sobre geografia, história e sociologia)* (Boletim do CBPE, março de 1956, p.31).

Ainda que tal escolha mostrasse o reconhecimento de Delgado de Carvalho como autoridade científica, demonstrava uma outra rede que unia esses intelectuais: a admiração mútua e o afeto. Companheiros da ABE (Associação Brasileira de Educação), Gustavo Lessa, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo se uniam novamente na realização de mais esse projeto. Juntos, durante anos, compartilharam a expectativa de que a educação poderia transformar a nação, o que Brandão (1992) caracteriza como um idioma geral, que essa primeira geração de educadores profissionais possuía, e que tinha como base a trilogia ciência, progresso e civilização:

Ao defender o tratamento dos problemas de educação cientificamente, define o lugar da cidade letrada acima das contingências espaço temporais e políticas, esta situação é conferida à ciência à condição de garantir a igualdade de oportunidades na seleção daqueles que formarão a hierarquia das capacidades, própria à civilização técnica (p.100).

3.3.2 Embates acadêmicos

O contrato de elaboração desses manuais estipulava o prazo de um ano para entrega dos originais. A primeira parte do processo, contudo, deveria ser a apresentação do anteprojeto, como expõe a carta de Gustavo Lessa, coordenador da campanha, a Delgado de Carvalho:

¹² Os demais selecionados foram: Paulo Sawaya, Karl Arens, Oswaldo Frota Pessoa, Mario de Sousa Lima, Raymond Van der Haegen, Américo Jacobina Lacombe.

Esta é uma confirmação oficial do pedido que vos fiz verbalmente para elaboração com INEP no preparo do projeto de manuais destinado a professores secundários. Estou para isto autorizado pelo respectivo diretor, Dr Anísio Teixeira.

Essa colaboração se traduzirá inicialmente pela apresentação de um anteprojeto do manual para História geral, com a especificação da matéria a ser tratada em cada capítulo e sub-capítulo, e com a indicação do número de páginas prováveis, destinado a cada sub-divisão. Seria conveniente também assinalar se, em vosso entender, há necessidade de colaboradores para feitura do manual (23 de março de 1953).

Ao estudar os manuais produzidos no projeto da CALDEME, Munakata (2004) teve acesso aos arquivos do INEP, em Brasília, onde pôde analisar pareceres, cartas, memorandos e tantos outros documentos que compõem esses bastidores. No caso de Delgado de Carvalho, foram encontradas cartas endereçadas a intelectuais da USP, em particular, Eurípedes Simões de Paula, Eduardo d'Oliveira França e Alice P. Canabrava, encarregando-os de emitir pareceres sobre o seu projeto:

Nestas cartas, todas contêm um texto padronizado, explicita-se que os manuais a serem produzidos teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão que sua memória. Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial (p.520).

Utilizando Gustavo Lessa como intermediário, é feita grande troca de correspondências entre os intelectuais encarregados de elaborar os manuais e seus avaliadores. Nestas, já ficam claras as várias concepções de ciência. Mais do que críticas a Delgado de Carvalho, essas cartas relatam o esforço de um grupo de historiadores em se legitimar diante do campo científico já constituído. Para Bourdieu (1983), o eterno monopólio do capital científico não existe, sendo este objeto de constante disputa. O campo define a cada agente as estratégias a partir da posição que eles ocupam em sua estrutura. Assim, os novatos que desejam derrubar a ordem estabelecida optam pelas *estratégias de subversão*, tendo contra si toda lógica do sistema, fazendo, então, investimentos a longo prazo.

Os avaliadores do manual de história geral de Delgado de Carvalho representavam os novos historiadores do Brasil. Formados nos primeiros cursos universitários de ciências sociais, tinham uma perspectiva diferente da geração anterior,

ainda autodidata e, por isso, defendiam uma nova linha de atuação pedagógica. Os mestres franceses como Fernand Braudel, Émile G. Leonard, Lucien Febvre, Émile Coonaert, Jean Maugué, Pierre Monbeig, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Pierre Deffontaines, entre tantos outros, proporcionaram-lhes uma formação que rompia com os estudos históricos e geográficos até então realizados, pois delimitavam novos métodos e objetos. O depoimento de Amélia Americana Domingues de Castro, aluna do curso de história da USP desse período, ajuda a dimensionar essa ruptura:

Quando entrei na Faculdade, levei um choque com os professores franceses(...) Eles ministravam cursos monográficos, eram extremamente exigentes com o planejamento das aulas, portavam sempre fichas e se preocupavam em nos ensinar o método do trabalho do historiador. Eles não nos ensinavam, por exemplo, a elaborar um fichamento bibliográfico. Isto, nos ensinavam pelo feed-back que traziam da análise dos trabalhos e das provas. Todavia, em classe, analisavam documentos, fazendo uma leitura cuidadosa e interpretativa (...) Em História do Brasil era uma outra história, bem diferente da veiculada nos cursos de História Ibérica ou de História da Europa Ocidental. O professor, nas aulas, era dissertativo, apresentava uma riqueza de detalhes, de pormenores, de datas e de aspectos pitorescos. Vivia contando anedotas sobre os personagens estudados. Quanto a História da Civilização Americana foi uma terceira vertente. Era ministrada por um jornalista e professor. Era uma aula muito discutida, dialogada e a literatura era mais leve, porque ele admitia artigos de jornal, polêmicas que estava se desenrolando; não se recusava trabalhar o conflito (In: NADAI, 1993,p.154).

A história, como Delgado de Carvalho encontrou ao chegar no início do século ao Brasil, tinha como base a simples memorização dos fatos, como sinônimo de conhecimento. Para saber, era preciso decorar datas e nomes transmitidos pelo professor e pelos livros, com pouca reflexão do que estes significavam. Na década de 1920, com o fortalecimento do movimento escolanovista, há uma preocupação maior com o método de interpretação, considerada por ele uma das mais importantes funções, devendo a memorização ser superada. O aluno deveria ter como base um quadro sistematizado dos acontecimentos e deveria ter o livro como consulta, não precisando recorrer à memória apenas. A leitura e a interpretação dos fatos eram importantes objetivos a serem alcançados. O estudo de história geral deveria estar a serviço do conhecimento não só da nação, mas da civilização como um todo:

É, pois a coletividade nacional que mais se recomenda; entretanto, não devem ser evitadas referências freqüentes a outras coletividades, isto é, a outras nações, principalmente quando vizinhas ou que interessam

particularmente à História Nacional pelos serviços que prestaram à civilização (Grécia, Roma) ou pelos laços culturais e étnicos Portugal que criaram um patrimônio comum (DELGADO DE CARVALHO, 1957, p.102).

Os historiadores da década de 1950, como destaca Nadai (1993), direcionavam a finalidade do ensino de história para o aprofundamento dos fundamentos científicos, assim como para a formação do espírito crítico dos alunos. Os alunos de Braudel, a partir do contato com a perspectiva da Escola dos Annales, defendiam a superação da história-narração para história-problema. Elegendo novos objetos de estudo, os personagens isolados deveriam ser abandonados para considerar aspectos coletivos. Para tal, deveriam ser consideradas também as dimensões econômica e social, bem como a mentalidade em seu tempo.

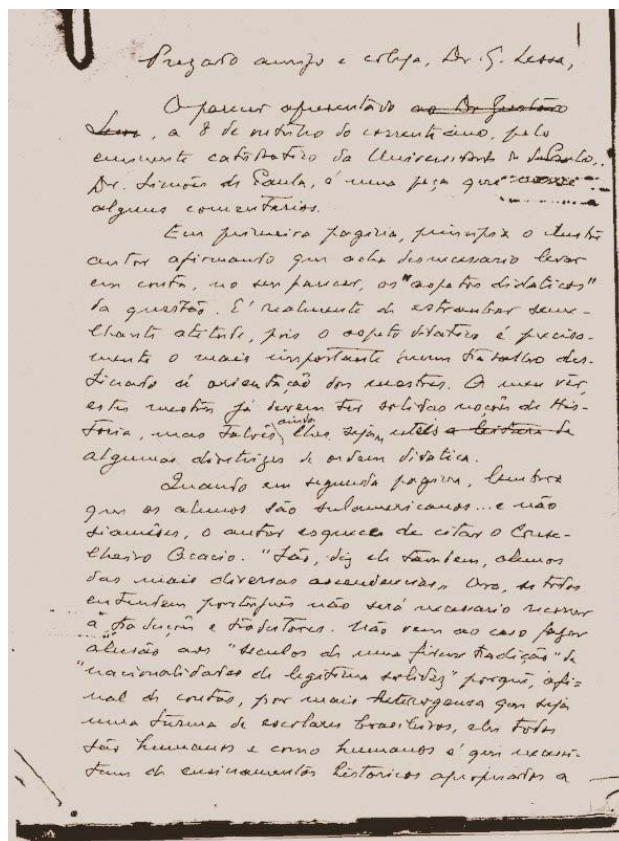
Os bastidores de elaboração dos manuais da CALDEME são cercados de conflitos, como demonstram a correspondência entre Delgado de Carvalho, Gustavo Lessa e Eurípedes Simões de Paula. Mais do que isso, o rascunho do ofício de Delgado de Carvalho a Simões de Paula, guardado pela família junto a outros documentos pessoais, dá a dimensão do enfrentamento ocorrido entre o educador e o historiador da USP. Ao trabalhar com esse tipo de documentação, é importante considerar as perspectivas de Gomes (2004), que chama atenção ao fato de a correspondência, ao contrário de outros textos, terem um destinatário específico com quem se estabelece relações:

ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim dar-se-a-ver, é mostrar-se ao destinatário, que está sendo visto pelo remetente, o que permite um tête-a tête, uma forma de presença (física inclusive) muito especial (p.19).

A versão inicial da carta de Delgado de Carvalho tinha como objetivo comunicar a sua desistência da proposta de escrever o manual de história geral: *Nestas condições permita que seja aceita a minha desistência da execução do trabalho que eu planejei, pois não quero comprometer os amigos que se tenham empenhado em ter a minha colaboração.* A redação do rascunho, pontuada pela emoção e pela indignação, aponta como maior justificativa para tomada dessa decisão o fato de os professores paulistas não considerarem o método a questão principal dos manuais:

O parecer apresentado, a 8 de outubro do corrente ano pelo eminente catedrático da Universidade de S. Paulo Dr. Simões de Paula, é uma peça que merece alguns comentários.

Em primeira pagina, principia o illustre autor que acha desnecessário levar em conta, no seu parecer, os aspectos didáticos da questão. É realmente de estranhar semelhante atitude, pois o aspecto didático é precisamente o mais importante num trabalho destinado à orientação dos mestres.



A primeira folha do rascunho do documento dirigido a Gustavo Lessa. Arquivo pessoal

Delgado de Carvalho sempre se refere a Simões de Paula em um tom pejorativo, como eminente catedrático ou illustre autor, em um suposto reconhecimento de autoridade que as críticas desmentem. Na realidade, o intelectual deixa clara sua posição em não aceitar as críticas de alguém que, a seu ver, demonstra desconhecimento das questões pedagógicas tidas como fundamentais:

As ligeiras considerações que fez o catedrático de História Antiga e Medieval da Universidade de S. Paulo constituem uma preleção acaciana sobre o que deve ser o ensino de História e uma série de críticas que traduzem o mais completo desconhecimento da didática moderna.

A resposta oficial tem um tom bem mais contemplativo. Tudo leva a crer que, no intervalo das duas redações, Delgado de Carvalho tenha sido convencido por Gustavo Lessa, a quem se refere nos dois escritos como amigo e colega, a continuar a elaboração dos manuais em nome de um ideal maior:

Li com atenção e interesse o parecer do eminente catedrático da Universidade de São Paulo, Dr. Simões de Paula, datado de 8 do corrente e que teve o amigo a gentileza de me comunicar. Tive a satisfação de ver que as idéias expressas na primeira parte do Parecer coincidem com as que implicitamente se acham contidas na justificativa prévia que apresentei ao amigo, mas que não chegaram ao conhecimento do autor do parecer (27 de outubro de 1953).

A justificativa a que se refere Delgado de Carvalho é o plano didático elaborado para os manuais, em que expõe uma extensa lista fundamentada em uma versão tradicionalista da história, a partir da exposição de fatos e na sua comprovação por documentos selecionados pelo autor. Ainda na orientação metodológica aos professores, transparece o olhar do determinismo histórico.

PLANO DIDÁTICO

- 1. A Obra compreenderá 16 Unidades, divididas em 2 ou 3 partes cada uma. O volume será de cerca de seiscentas pgs, em tipos variados. Segundo a categoria de informações apresentadas.*
- 2. O compêndio propriamente dito é constituído pela narrativa de cada Unidade, segundo o programa anexo. Será escolhido para esta parte central de cada Unidade, o tipo maior. Em seguida, virão as Notas, em tipo menor, que são os complementos e as explicações fornecidas aos professores.*
- 3. Em cada Unidade, a narrativa é precedida de uma preparação da aula, que abrange:
 - a) Os objetivos visados no conhecimento dos fatos históricos a focalizar.*
 - b) O quadro geográfico dos acontecimentos e sua interpretação econômica e social.*
 - c) A perspectiva histórica: relações de causalidade. Motivação, processos e métodos de despertar interesse. Palavras-chaves a discutir.**
- 4. Em cada Unidade, a narrativa e suas notas serão seguidas de uma documentação ou contato com a realidade histórica:
 - a) Mapas, Datas e Cronologia – Ilustrações.*
 - b) Resumos biográficos de personalidades da época.*
 - c) Leituras complementares, escolhidas em autores fidedignos.*
 - d) Textos históricos a explicar.*
 - e) Bibliografia sumária para professor e aluno.**
- 5. Processos de Verificação da Aprendizagem.
Exercícios – Testes – Tópicos de Dissertações.*

Carlos Delgado de Carvalho

Para Munakata (2004), a questão que pontua o conflito entre os que se dedicam à história a partir da década de 1950 é a priorização dos aspectos didáticos ou à discussão acadêmica. Alguns intelectuais chegam a basear seu discurso na seleção dos termos mais adequados para definir determinado contexto histórico, sem considerar o aspecto pedagógico.

As críticas elaboradas por Eurípedes Simões iniciaram pela visão apenas política da história. Para os adeptos da chamada história nova, isso era considerado um grave erro, à medida que não dimensionava corretamente a realidade do passado. A história deveria trabalhar com uma cultura geral a fim de aproximar o estudante da realidade histórica, que deveria ser abordada pelo manual a partir de noções de história da arte, da filosofia e da literatura de forma integrada. Munakata (2004) destaca a expressão usada pelo historiador, *paisagem histórica*, como demonstração de afinidade de suas idéias com a Escola dos Annales.

A resposta, inicialmente elaborada por Delgado de Carvalho, é enfática. Não reconhece a crítica sobre a ausência da *paisagem histórica* como uma inovação, e identifica essa dimensão em seu plano didático, mas com outro nome: quadro geográfico. Assim considera tudo apenas uma questão de nomenclatura, que pouco acrescenta a sua obra; o importante era como fazê-lo didaticamente:

*Na terceira página, neste deserto de idéias práticas que constitui o parecer, encontramos um oásis consolador: “Procurar trazer o campo da História para mais perto possível dos “estudantes” é um conselho; “Localizar no tempo e no espaço” é o segundo aviso; “Proporcionar também um fundo de cultura geral” é o terceiro conselho... Muito bem: aí está com suas três partes integrantes, gema, clara e casca, o ovo de Colombo!
Outra idéia recomendável: Evitar, com falha grave, a apresentação da matéria com predominância absoluta de seu aspecto político “A advertência não é nova, é mesmo um tanto bolorenta; já ouvi dizer no século passado!”*

Na redação final a emoção dá lugar à razão:

Estou perfeitamente de acôrdo em “procurar trazer o campo da História para mais perto possível dos estudantes” de “localizar no tempo e no espaço” os ensinamentos ministrados, e a “proporcionar também um fundo de cultura geral” aos educandos. Longe de mim, por fim, a idéia de uma “apresentação da matéria com predominância absoluta de seu aspecto político”.
Se me fosse permitida aqui uma referência pessoal, eu me limitaria a lastimar de não ter enviado ao meu prezado colega de São Paulo um exemplar de minha “Didática das Ciências Sociais”, publicada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais e traduzida para espanhol pela

Editorial Capeluz de Buenos Aires, assim como de não ter mandado exemplares de minhas “Sumulas de “História” editadas pela Companhia Editora Nacional de São Paulo. Meus métodos de ensino teriam assim chegado ao conhecimento de meu jovem colega... digo “jovem porque sou professor de História desde 1903!

Ainda que mais racional, a resposta não afasta do enfrentamento de Delgado de Carvalho a tentativa de subversão à sua autoridade do campo. Para isso, o intelectual expõe seu capital cultural, citando suas publicações nacionais e internacionais e classifica seu interlocutor como novato diante de um campo que já o consagrou.

Outra crítica ao plano didático é a relação estabelecida de causa e efeito. Para o crítico, essa não era a função da história; ao utilizar esse recurso estaria afastando o mundo histórico e a ação do homem sobre o meio de uma dimensão maior. O que, a princípio, Delgado responde: *catedrático eminente rejeita as mais modestas tentativas de explicação, pois como diz Leibnitz nada acontece que não tenha uma causa ou pelo menos uma razão determinante.* Na versão oficial, a discordância é mantida: *admito que nem sempre estamos em condições de dar todas as explicações, mas algumas relações de causalidade me parecem úteis. Por exemplo, o estudo do Antigo Regime que precedeu a Revolução Francesa explica muitas feições desta Revolução...*

Ainda nessa fase, foi submetido à crítica o plano de unidades que apresentava a divisão dos conteúdos.

PLANO DE UNIDADES

- I) *Os quatro vales da antiguidade: Nilo, Mesopotâmia, Ganges e Hoang-ho.*
- II) *A antiguidade clássica no Mediterrâneo: A Grécia e Roma.*
- III) *O Progresso da Idade Antiga às Ciências, Letras e Artes.*
- IV) *A transição medieva I- As invasões – Os Árabes- A conversão dos Bárbaros.*
- V) *A Idade Feudal e seu declínio - O Sacerdócio e o Império- As Cruzadas- O Estado Anglo-Francês.*
- VI) *Contribuição da Idade Média ao Progresso das Ciências, Letras e Artes.*
- VII) *O Renascimento, as Invenções e os Descobrimientos; o Novo Mundo.*
- VIII) *A Reforma, a Reação Católica e as lutas religiosas.*
- IX) *O Absolutismo no Ocidente; As rivalidades Dinásticas e as Rivalidades Coloniais.*
- X) *As Revoluções Inglesas e o Parlamentarismo. O despotismo Esclarecido.*
- XI) *A Revolução Francesa e o Império Napoleônico- A independência das Américas.*
- XII) *A Idade Moderna e o Progresso no Mundo.*
- XIII) *A Reação Monárquica, o Liberalismo e a Revolução Industrial.*

- XIV) *Democracia e Nacionalismo- A preponderância Alemã – A Questão do Oriente.*
- XV) *Expansão e Colonialismo – Partilha da África – Formação das Alianças.*
- XVI) *As Grandes Guerras do Século XX e a trégua de vinte anos.*
- XVII) *As Américas – Os Estados Unidos, o Brasil e as Nações Latinas.*
- XVIII) *O Extremo- Oriente – O Pacífico – Japão, China e Índia. – O Oriente Médio.*
- XIX) *O Mundo Contemporâneo – As nações Unidas e a Evolução de Após-Guerra.*
- XX) *A Evolução das Ciências, Letras e Artes no Mundo Contemporâneo.*

Nesse aspecto, a maior crítica em relação à seleção dos conteúdos feita pelo autor é quanto à europeização da história, ou seja, a Europa ser o centro dos acontecimentos, o que Delgado inicialmente vê com indignação:

*Na página 6, assistimos a uma chuva torrencial no molhado – Trata-se da deseuropeização da História. “Não pensamos ser fácil”, diz Racker – muito ao contrário, julgo eu ser facilimo e muitíssimo necessário, com já tentei fazer em pequenos tijolos verdes ...
É principalmente na História Contemporânea que está o quê da questão. Por isso mesmo, no Plano, o eminente catedrático verá que, das 7 unidades, 3 são relativas à Europa, 1 é mundial e 3 são relativas à Europa e ao Oriente. A quota europeia fica reduzida assim a 50%.*

Para depois responder em tom de concordância: *O Parecer recomenda acertadamente, a “deseuropeização” da História Contemporânea.* Para Guimarães (1993), esse era um aspecto reivindicado pelos historiadores na década de 1950, mas que não foi superado. O eurocentrismo estava presente não só nos programas escolares que, na Resolução de 19 de dezembro de 1962, divide o currículo em história antiga, média, moderna e contemporânea, como nas pesquisas históricas.

3.3.3 História geral: uma coleção entre possibilidades e limites editoriais

O manual foi dividido em quatro volumes, entregues em períodos diferentes. O primeiro a ser entregue foi a *História Geral: Antiguidade* editada pelo INEP na série Guias de ensino em 1956. Entregue com atraso, justificado da seguinte forma pelo autor, quando questionado pelo diretor da CALDEME:

A obra realizada não é das que só uma pessoa possa se incumbir de elaborar com prazo marcado, sem poder contar com auxiliares para pesquisa, resumo, notas, datilografia, traduções e organização de mapas. Pelo menos uma funcionária competente nos assuntos tratados deverá ser requisitada para semelhante trabalho (22-12-1955).

O argumento utilizado por Delgado de Carvalho expõe as dificuldades na elaboração do manual, como a pressão sofrida para que concluísse o trabalho. No mesmo documento em que responde a uma solicitação de alteração do contrato com prazo de seis meses para entregar os demais volumes, é posto outro problema, os atrasos no pagamento: *Quanto à remuneração, não vejo objeção a que seja fixada de acôrdo como proposto terceiro adendo. Apenas não desejaria que figurassem prorrogações, mas apenas, três quotas correspondendo às três obras encomendadas (22-12-1955).* O não-cumprimento dos prazos acarretaria o desconto cr\$ 10 000,00 por mês de atraso, do total da remuneração de Cr\$150 000,00 previstos inicialmente.

Em *História geral: antiguidade* (1956), o primeiro da série didática encomendada pelo INEP, editado pelo CBPE com apoio do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), o autor deixa claro logo em seu preâmbulo que não teve a intenção trabalhar como um conhecimento inédito, e sim, reunir informações já conhecidas dos professores, mas organizadas em um plano de trabalho, que seria uma sugestão de roteiro a ser seguido em sala de aula. A seguir, descreve-o passo a passo, não sem antes abrir um parêntese para lembrar com satisfação que tal divisão foi elaborada por Anísio Teixeira. O detalhamento com que é feita a descrição pressupõe a intenção prescritiva do autor: primeiro estabelece os objetivos da unidade e ainda sugere que esta seja desenvolvida em sala de aula durante pelo menos três semanas de aula. Tal etapa é seguida do processo histórico, que são conceitos considerados pelo autor como básicos, e que o professor deve dominar. Depois há várias formas de exposição do conteúdo, dividida pelos aspectos político, econômico e social, sob forma de linha do tempo, nos quais os fatos são organizados de forma cronológica e, por fim, as leituras complementares, nas quais são sugeridos *textos escolhidos em bons autores que podem ser lidos e comentados com os alunos* (p.13).

Ao final do preâmbulo, Delgado de Carvalho expõe os motivos pelo qual elaborou o livro de consulta apenas para os mestres:

O livro-compêndio a ser adotado para o uso do aluno, hoje em dia, deve ser claro, bem informado, bem escrito, bem apresentado, mas precisa também

ser conciso, digamos curto, isto é, pouco volumoso, para ser barato, mas antes de tudo, para ser acessível e representar uma disciplina que pode, sem grande esforço e trabalho, ser ministrada durante o ano letivo. O mal do ensino de História é, muitas vezes, o fato de ser incompleto e falho. O “compêndio pequeno” deve, pois, ser visado no ensino secundário. Ora, o mestre não se pode satisfazer, para suas aulas, de um compêndio pequeno. A necessidade de completá-lo se impõe a ele. É precisamente o objetivo deste trabalho auxiliá-lo nisso, poupando seu tempo (DELGADO DE CARVALHO, 1956, p.15).

Os argumentos do autor são na verdade uma crítica ao mercado editorial, que para ele levaria mais em conta o lado comercial do que a qualidade do conteúdo dos livros. Os estudos de Halewell (1985) sobre o livro no Brasil apontam que as editoras justificavam essa opção por meio do alto custo do livro didático e o sistema de livre escolha do professor, obrigando-os a manter grandes estoques que, muitas vezes, ficavam encalhados.

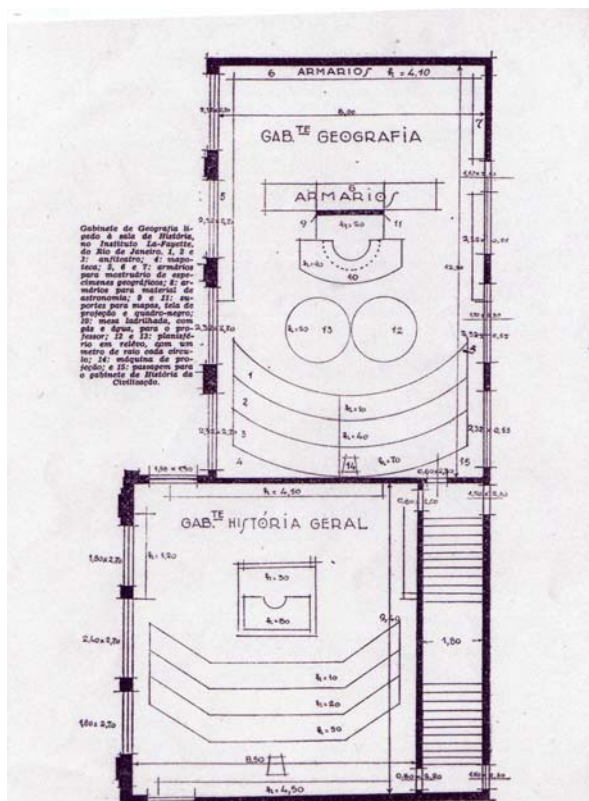
A despeito dessa questão, Delgado de Carvalho (1956) sugere o uso de um antigo artefato escolar, o quadro-negro. Nele deveriam ser colocadas as informações consideradas importantes que faltavam nos livros. O quadro era considerado uma referência ao professor e ao aluno. As diferentes formas de usá-lo atribuíam diferentes ritmos à aula:

O Plano de Seqüência da Matéria pode ser traçado no quadro-negro, no princípio da aula, para dar aos discentes uma vista do conjunto do que lhes vai ser ensinado. Poderão assim, seguir, passo a passo, o desenvolvimento do tópico. Poderá também ser levado ao quadro-negro à medida que os assuntos forem tratados: serão curtas interrupções para marcar as diferentes partes que comporta o assunto. Poderá, por fim, ser dado apenas nos últimos minutos de aula, em forma de fixação (p.14).

Ainda na década anterior, ao elaborar projetos dos gabinetes de história e geografia adotados no Colégio Pedro II e em várias instituições de ensino secundário, Delgado de Carvalho já expunha a importância que o quadro-negro deveria ter na sala de aula. Inspirada nos campos de aviação, como relata Zarur (1941), a disposição das mesas em semicírculos como em um anfiteatro rompia com as tradicionais fileiras. O quadro poderia ser visualizado de qualquer ponto da sala.

Três anos depois, em 1959, foi lançado o segundo livro da série, *História Geral: Idade Média*, dividido em dois volumes. O livro apresenta a mesma disposição de conteúdos em relação ao anterior. A didática a ser seguida deveria ser a mesma. As duas

obras ainda guardam semelhanças em relação à orientação historiográfica adotada pelo autor. Nesse aspecto, há uma tendência tradicionalista baseada na importância do aspecto político, amparado em biografias dos considerados principais atores políticos.



Projeto de Delgado de Carvalho para os gabinetes de história e geografia. (ZARUR, 1941, p.520).

Os documentos com os quais cada capítulo se ampara nas duas unidades são utilizados para, segundo o autor, estabelecer relações de causa e consequência entre os fatos históricos. Tal aspecto foi criticado por Eurípedes Simões em seu parecer, sob o argumento de não ser essa a função do ensino da história. O objetivo deveria ser analisar o mundo histórico, agindo permanentemente sobre nós como uma força viva do homem em sociedade.

O terceiro volume da série é *História Geral: Idade Contemporânea*, publicado em 1966. A ordem cronológica de apresentação é quebrada, pois, como autor revela na segunda edição, considera esse o período histórico com que mais se preocupa, por achar que precisava de mais elucidação. Ainda no preâmbulo, anuncia que procurou superar a europeização, em uma aceitação à crítica feita por Simões de Paula, e relata o esforço que fez nesse sentido:

Também foi abandonado aqui o ponto de vista europeu de expansão dos povos colonizadores, a fim de restituir a cada um dos países que se tornaram independentes a sua história própria e a sua evolução política, econômica e social (até 1940). Marcamos assim que a conquista e ocupação por forças européias foi apenas um episódio da história do século XIX que o nosso século está vendo terminar (s/p).

O espaço dedicado à história pré-colonial é bem menor do que o destinado à colonização européia. Isso é compreensível, e não pode ser considerada uma falsa promessa feita no preâmbulo. Deve-se considerar a dificuldade em se fazer esse tipo de pesquisa no Brasil, como relata Maria Yedda Linhares, que sucedeu Delgado de Carvalho na cadeira de história moderna e contemporânea na Universidade do Brasil:

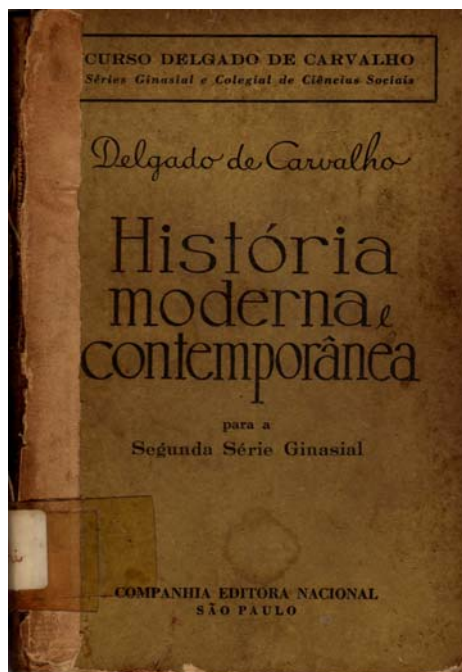
Delgado de Carvalho me ensinou uma série de coisas, a começar pela interpretação de textos. A cabeça dele era muito francesa, muito cartesiana, muito organizada. Ele seguia sempre um plano perfeito, colocava o tema, desenvolvia e concluía. Acho também que foi ele quem me levou à história das relações internacionais. Embora nunca me tenha dito isso, acho que ele tinha clareza de que dificilmente se poderia fazer uma história moderna e contemporânea européia aqui no Brasil. O melhor que se poderia fazer seria uma boa história das relações internacionais.

Ao final do livro, há um bloco de ilustrações e mapas. Ambos são recursos pedagógicos defendidos por Delgado de Carvalho desde a década de 1920, quando publicou a *Methodologia do ensino geographico (Introdução aos estudos de Geographia Moderna)* (1925). Ao expor a importância das gravuras e fotos nesse livro e em outros textos sobre a didática da geografia, Delgado de Carvalho vê esse recurso como forma de aproximar o aluno de uma realidade com a qual não tinha possibilidade de ter contato, ainda que essa aproximação fosse necessária ao seu aprendizado. Em suas obras de história, há também a intenção em recriar o contexto passado, ainda que seja pela valorização do aspecto político presente em sua obra. As ilustrações em preto e branco utilizadas em *História geral: idade contemporânea* (1966) são, em sua maioria, de governantes europeus. Das 91 reproduções, apenas 10 não são retratos de líderes políticos, o que é atribuído por Bittencourt (2003) ao predomínio da história política, em que se dava grande importância às biografias. Por sua vez, essa seleção de gravuras acabava criando uma representação do contexto histórico, construindo uma imagem do desconhecido, que nem sempre correspondia à realidade. Ainda segundo a autora, essa foi uma tendência seguida pelos livros didáticos até a década de 1960.

Nesse aspecto, um ponto importante que deve ser considerado é a dificuldade para se conseguir essas ilustrações para obras de história, o que não ocorria com a geografia do Brasil, quando se tinha acesso facilmente a um acervo de fotos. Bittencourt (2003) destaca que as questões técnicas e financeiras interferiam na seleção das imagens; estas não poderiam encarecer demasiadamente a obra, ainda que fossem didaticamente necessárias. Compradas de casas editoriais francesas, muitas vezes se recorria à mesma gravura para ilustrar obras de diferentes autores como forma de diminuir gastos, ou então se recorria a desenhistas que reproduziam quadros ou gravuras de livros estrangeiros: *a questão da ilustração dos livros está relacionada, assim, aos aspectos mercadológicos e técnicos que demonstram os limites do autor do texto quando observamos o livro também como objeto fabricado* (p.77).

Os mapas, também considerados por Delgado de Carvalho importante recurso didático, estão presentes na *História Geral: idade contemporânea* (1966). Elaborados pelo próprio autor, coloridos, bem definidos, seguem o padrão considerado por ele ideal. Tal recurso procura concretizar as informações do texto, aparecendo ao longo deste mais de uma vez, sempre que possível. Sobre diferentes tempos históricos, em geral mostram as divisões políticas dos países europeus, da África e da Ásia. Os mapas parciais ocupam a página inteira, e têm a preocupação em auxiliar o leitor a localizar o que está sendo estudado, por meio da comparação com mapas atualizados, a fim de que o entendimento não tenha apenas a imaginação como base. Para isso, a cor é importante, destacando regiões do tema estudado, assim como as legendas presentes em todos os mapas.

As capas desses manuais de história geral se diferenciam de todas as outras obras de Delgado de Carvalho. Até a década de 1940, estas eram monocromáticas, usando tons escuros, tinham apenas o título centralizado e o nome autor e da editora.



Capa de *História Moderna e Contemporânea* (1946)

Ilustrada com a cena de uma batalha histórica nas cores verde e preta e com o título e o nome de Delgado de Carvalho em letras brancas, a capa de *História Geral: idade contemporânea* (1966) segue uma tendência inovadora empreendida pela Civilização Brasileira, na década de 1960. Sob esse aspecto, os estudos de Halewell (1985), destacam que essa editora empreendeu uma transformação que se estendeu a toda indústria editorial do país. As capas passaram a utilizar cores com desenhos que ocupavam toda sua extensão, com o registro do artista no verso da página de rosto, ocupando espaços antes deixados em branco.



A capa inovadora de *História Geral :Idade Contemporânea* (1966)

No caso dos livros didáticos de história, tal transformação é vista sobre outro aspecto, uma vez que o uso da imagem é um recurso pedagógico usado para transmitir determinado conteúdo, à medida que esta é capaz de concretizar as abstrações do tempo. Ainda como analisa Bittencourt (2003), essa também é uma forma de disseminar uma determinada visão do passado que não é ingênua, tem a intenção de perpetuar valores, privilegiando o olhar de determinada classe.



Mais inovações: a capa de *História Geral: Civilização contemporânea* (1970)

A segunda edição dos manuais, editada pela Distribuidora Record, apresenta outros recursos gráficos. Em fundo branco, apresenta o título em letras coloridas, dando com isso menor destaque ao nome de Delgado de Carvalho. A ilustração, a reprodução do mural Guernica, de Pablo Picasso, tem na contracapa os créditos ao autor e maiores detalhes sobre a obra, o tamanho, onde está exposta e o que retrata. A imagem, sem dúvida, mostra a importância que o autor dá a Segunda Guerra Mundial em sua análise do século XX.

Outra inovação são as orelhas, utilizadas pelo editor para apresentar a obra: *A narrativa dos acontecimentos, um tanto resumida, serve apenas para reconstituir o cenário político em que se dão, pois são exatamente as feições sócio-econômicas que acompanham êsses acontecimentos que o autor julga de maior interesse atual na interpretação histórica.* Tal justificativa também é utilizada para justificar a troca do título que passa ser *História geral: civilização contemporânea* (1970), o que demonstra a incorporação por Delgado de Carvalho das novas perspectivas do campo da história.

3.4 Os manuais para nível superior

A partir do final da década de 1950, Delgado de Carvalho fez um investimento inédito em sua carreira: escrever os manuais para nível superior. Tanto a *História diplomática do Brasil* (1959) como a *História das relações internacionais* (1971) se destinam aos estudantes universitários. Nesse aspecto, ele defendia de forma bem clara o papel que a universidade deveria desempenhar em relação ao campo educacional: formar professores. Estes, contudo, não deveriam ser especialistas, a sua formação deveria abranger uma cultura geral, de modo que o tornasse capaz de analisar o presente. Nessa perspectiva, ele traça a diferença entre o historiador e o professor: enquanto o primeiro é um especialista, a quem cabe as pesquisas e as descobertas, o segundo tem a missão de usar os trabalhos científicos para tornar o mundo inteligível ao aluno, analisar o seu papel social, despertá-lo para a sociedade em que vive. O professor, assim, não é um simples vulgarizador do trabalho que é feito na universidade, seu papel é mais complexo do que o do cientista:

é orientador, o guia, o conselheiro, o auxiliar, o colaborador, de pessoas que se acham em fase decisiva de sua vida social. Deve, pois, o mestre ter uma sólida cultura geral, vistas largas, perspectivas sociais e, além de tudo, se manter continuamente a par da evolução social, política, econômica do mundo em que vive (Delgado de Carvalho, 1957, p.129).

A especialização era vista como prejudicial ao professor:

se é um historiador, corre a sua turma o perigo de vê-lo sacrificar partes do programa ao assunto de sua predileção. Um meteorologista, um bom geógrafo, terá, talvez, em suas aulas, uma tendência exagerada ao explicar os fenômenos de Geografia Física e os fatos de Geografia Humana por meio de dados climatológicos, principalmente. Semelhante disposição dos especialistas explica a frequência dos professores que, por meio de suas teorias e inovações, “fazem escola” e levam seus discípulos a interpretações que, por vezes, desvirtuam os ensinamentos da realidade (op.cit, p.13).

Para superar esses problemas de formação, sugere que os departamentos de história, geografia, filosofia e ciências sociais deveriam ser integrados a um mesmo curso, enquanto a prática em sala de aula deveria ser estendida por mais tempo e não estar restrita ao último ano.

Tal perspectiva no curso de Delgado de Carvalho na Universidade do Brasil foi reconhecida por Maria Yedda Linhares (1992), que antes de ser sua substituta na cátedra de história moderna e contemporânea, foi sua auxiliar e livre-docente:

A concepção dele era muito de cursos gerais, simples, introdutórios, sem qualquer pretensão a fazer qualquer tipo de pesquisa ou qualquer tipo de crítica bibliográfica, historiográfica. O que ele fazia era interpretação de texto, e isso já foi uma grande contribuição. Delgado de Carvalho foi uma figura extraordinária em sua época. Agora não se pode dizer que ele fosse scholar americano. Era um grande professor francês, preocupado em dar uma visão global sobre tudo (p.221).

Como aborda em *História documental* (1976), seu curso de história propunha trabalhar com documentos como constituições e leis, instruções ministeriais, notas diplomáticas e relatórios, tratados e convenções, correspondências particulares, memórias, livros, periódicos e outras publicações de época. Ao elaborar uma seleção destes aos seus estudantes de história contemporânea, alegava que poderiam estabelecer o contato direto com as realidades históricas, necessário para despertar o senso crítico dos estudiosos da matéria. O que considerava principal, no entanto, era o método de trabalho junto a essas fontes. O primeiro cuidado recomendado era uma leitura atenta do

texto. Depois era necessário reconstituir o sincronismo dos acontecimentos, ou seja, considerar o contexto em que este se encontra, isto é, o país e os homens. Neste último item deveria ser feito um exame detalhado das personalidades: *é conveniente apresentar uma biografia muito suscinta dos principais atores de um drama*. Ainda é seguida da principal fase de uma análise, a leitura frase por frase, procurando estabelecer as conexões históricas, apresentar as relações de causalidade e por fim, enriquecendo o trecho com seus comentários, mas sem digressões. Como última recomendação, é posto que nunca se deve sair do assunto.

O tipo de proposta do curso pode ser compreendido pela dificuldade nesse período em se fazer história moderna européia do Brasil, como atesta a própria Maria Yedda Linhares, ao relatar sobre a elaboração de sua tese de livre-docência para a cadeira de história moderna na Universidade do Brasil:

Trabalhei aqui neste apartamento, cercada de documentos, e fiz uma tese extremamente ensaística. Apoiada em documentação, formalmente dentro do figurino, mas, na minha opinião, precária. Não era possível uma pessoa do Rio de Janeiro fazer uma tese de cátedra sobre um aspecto da política francesa do início do século, por mais relevante que fosse esse aspecto (op.cit., p.230).

Pela limitação em recorrer a arquivos, documentação, Delgado de Carvalho achava possível escrever apenas sobre a relação diplomática entre países. Em sua *História Diplomática do Brasil* (1959), centrou seus estudos no período republicano, tempo em que viveu e pôde acompanhar pelos jornais os fatos abordados na obra. Em seu arquivo pessoal, foi possível encontrar muitos recortes de notícias que colecionava durante anos, e possivelmente os tenha utilizado como fonte.

A História diplomática do Brasil (1959) é uma coletânea de textos trabalhados com alunos do Instituto Rio Branco, curso de formação e aperfeiçoamento de diplomatas, em que também foram professores Hélio Viana e José Honório Rodrigues que, por sua vez, também são autores de livros sobre história diplomática brasileira. Hélio Viana publicou no ano anterior livro homônimo ao de Delgado de Carvalho. No prefácio, o autor expôs sua motivação para elaborar a obra já em avançada idade:

As páginas que seguem foram escritas, em sua maior parte, por ocasião de um curso de História Diplomática do Brasil, do qual, em 1955, fui incumbido pelas autoridades do Instituto Rio Branco. Até então eu me havia especialmente dedicado à Geografia do Brasil, mas o desejo de continuar a conviver com a excelente turma de rapazes nos quais eu havia lecionado

História Diplomática Mundial me levou a aceitar uma tarefa nova para mim. Se a “vida começa aos quarenta”, pensei eu, “um simples trabalho pode começar aos setenta” (DELGADO DE CARVALHO, 1959, s/p).

Ainda que publicada apenas um ano após a homônima de Hélio Viana, a obra de Delgado de Carvalho não se confunde com a outra. *A História Diplomática do Brasil* (1959) possui características que a tornaram única em seu tempo. O que principalmente a diferencia da anterior é o fato de que ao período colonial são dedicadas apenas 19 páginas; as demais 409 têm como objeto de estudo o Brasil após a independência, principalmente o império, aos quais são dedicados 9 dos 21 capítulos do livro. Essa é uma preocupação do autor em suas últimas obras, o estudo de um período mais contemporâneo, considerado de extrema importância para o homem moderno, mas com pouco espaço em nossos programas de ensino, o que, para ele, era uma falha inexplicável.

Já a obra de Hélio Viana, ainda que anuncie a intenção de abordar a história diplomática do período colonial à Segunda Guerra Mundial, dá uma ênfase maior à colônia e ao império do que ao período republicano. Contemporâneos na Universidade do Brasil, onde Viana respondia pela cátedra de história do Brasil, e no Instituto Rio Branco, tinham olhares diferentes para os estudos históricos. Considerado tradicionalista, Hélio Viana insistia em amparar o seu curso apenas no período colonial, sendo o marco de história diplomática o Tratado de Tordesilhas.

A *História Diplomática do Brasil* (1959) é baseada nos preceitos da historiografia tradicional, com ênfase na descrição de fatos históricos de aspecto político, o que pode ser percebido nas ilustrações todas de personagens considerados ilustres. Tendo a obra uma preocupação didática, foi elaborada para os estudantes do Instituto Rio Branco, e contém outras características da metodologia defendida pelo autor, aplicada não só nesse curso, mas também na Universidade do Brasil. Delgado de Carvalho segue a tendência de atribuir grande importância à interpretação de textos históricos. Ao final de cada capítulo, havia a excerpta, com textos de autores por ele reconhecido como autoridades no assunto: Hélio Viana, Teixeira Soares, Renato de Mendonça, Macedo Soares, Pedro Calmon, Araújo Jorge. Na escolha dos autores pode se perceber um diálogo com seus pares. Nesse aspecto, apresenta uma inovação ao escolher o texto de Caio Prado Júnior como representante da nova geração de historiadores.



Delgado de Carvalho em tempo de sua *História diplomática do Brasil*.
Foto publicada na *Revista do Gás* (1975,p.15)

A mesma perspectiva é defendida na *História das Relações Internacionais* (1971), onde, na introdução, Delgado de Carvalho estabelece um diálogo com a nova geração de historiadores que defende uma história temática. Inicia, assim, com uma crítica à diversidade de temas propostos por uma especialização cada vez maior das pesquisas e de sua incorporação aos programas: *Hoje em dia, a História é uma disciplina cujos pontos dos programas são emanações do espírito de seus autores* (p.5), para depois apresentar as vantagens em se continuar trabalhando com seu tradicional método:

Com a História documental principalmente, abrem-se novas perspectivas: os acontecimentos passam a ter significação e necessitam de exame de suas causas, origens e conseqüências. Para a eficiência dêste trabalho são indispensáveis referências à História fatural, que localiza os fatos no espaço e no tempo. A este propósito, convém lembrar que uma boa base geográfica é de decisivo auxílio para a compreensão da maior parte dos episódios relatados. É inadmissível que, numa aula de História, o estudante não tenha sob suas vistas um Atlas ou mapas relativos aos assuntos em estudo (p.5- 6).

O autor ainda faz referência à sua avançada idade, 87 anos; embora continuasse a fazer investimentos em sua carreira, já faz um apelo à nova geração de historiadores:

Venho, pois, mais uma vez solicitar a atenção de meus jovens colegas para a necessidade de manter as novas gerações a par do que se passa no mundo

em que vivemos mais do que nunca integrados, a fim de torná-los leitores prevenidos de jornais, revistas, livros e outras publicações que constituem a leitura do homem moderno. O Brasil é um país grande que se está tornando um grande país e necessita de elites jovens para compreendê-lo, para servi-lo e para amá-lo (p.7).

3.4 Uma nova disciplina: Organização Política e Social do Brasil

A disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB) foi criada pela lei n. 4024, de 29 de dezembro de 1961, que fixava as diretrizes e bases para a educação nacional. Ficava estabelecido que esta faria parte das disciplinas complementares da grade curricular do ciclo ginásial, juntamente com a Língua estrangeira, Língua clássica e Desenho. Assim, na 3^a. e 4^a. séries desse segmento os colégios deveriam optar por duas dessas disciplinas para incluir em suas grades.

Ao expor os motivos que levaram à criação dessa disciplina, Newton Sucupira, representante do Conselho Federal de Educação, destacou a falta de formação cívica em nossas escolas, que levaria, em alguns anos, à diminuição da integração nacional. Os objetivos foram assim definidos:

Tem, portanto, esta disciplina como finalidade contribuir para a formação cívica do jovem brasileiro promovendo sua inscrição na vida política e social do País mediante um conhecimento adequado de nossas instituições de nossa estrutura governamental dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático.(Boletim do CBPE, janeiro- abril de 1962, p.119).

A proposta da disciplina reflete o período democrático vivido pelo Brasil após período do Estado Novo, quando a Lei de Diretrizes foi aprovada, após treze anos de debates. A perspectiva de utilizar a educação para conscientizar o homem diante do Estado Moderno e democrático é apresentada por Sucupira (1962) como inovadora, à medida que país *tinha uma longa tradição política patriarcal e oligárquica, e na qual predominava ainda uma concepção privatista do poder.* A disciplina deveria se diferenciar de qualquer outra do currículo como a sociologia, por exemplo, pois não se tratava de uma análise da realidade brasileira, mas de uma educação política para a democracia, por isso a necessidade do estudo da organização social e política da nação, que acabou por ser o nome da matéria.

O primeiro manual elaborado especificamente para essa disciplina foi de autoria de Delgado de Carvalho. No prefácio de *OSPB* (1963), ele inicia lembrando que, enquanto estudante de Direito em Lausanne, existia uma disciplina com o mesmo nome, mas de conteúdo totalmente diferente, pois estudava o passado e não o presente, como se propunha. É clara a motivação do autor em elaborar um manual sobre o momento em que se vivia. Uma idéia várias vezes defendida por ele era de que a história não fosse apenas um instrumento de análise do passado, mas de tempos mais próximos. Essa era uma forma de se abordar a história que deveria mudar; muitos historiadores ainda achavam que o período de trinta ou quarenta anos atrás era muito recente para uma adequada apreciação. Em sua *História Moderna e Contemporânea*, publicada em 1946, Delgado de Carvalho procura romper com essa prática, incluindo fatos históricos que ocorreram ainda naquela década como o nazismo, fascismo e a segunda guerra mundial.

Ao estudar a história das disciplinas escolares, Julia (2002) aponta três armadilhas nas quais o historiador poderia cair ao elaborar um estudo sobre o assunto. Uma delas é tentar, por genealogias, recuperar o momento em que uma disciplina surgiu. Assim, uma vez recuperado um texto ou um livro não significa que tenha sido encontrado o marco inicial daquela matéria e dali possa ser possível traçar uma linha de desenvolvimento. A disciplina se define não só pelos conteúdos como também por suas finalidades, o que a torna única. A proposta do momento da elaboração do manual de Delgado de Carvalho não será a mesma de um momento posterior, quando ocorrerão mudanças no programa, mas o nome será o mesmo, como adiante será abordado.

Sendo o primeiro manual da disciplina, ainda editado pelo INEP, *OSPB* (1963) representava uma interpretação do autor dos conteúdos a serem trabalhados. Consistia em uma reunião dos conhecimentos de sociologia, geografia humana, estatística, história, política e economia. Deveria ter uma abordagem geral das ciências sociais, que era considerado muito satisfatório:

As distinções feitas nestas chamadas ciências sociais são puramente artificiais. Têm por objetivo vencer, no ensino a sua complexidade, mas ao mesmo tempo, esta simplificação didática lhes compromete o alcance e até a significação. Necessitamos da reconstituição da realidade social e, para isso, é evidente que é pelo conhecimento dos ambientes nacionais que deve ser iniciado o movimento de integração do indivíduo (p.16).

OSPB (1963) teve mais de 10 edições que apresentam o mesmo conteúdo, dividido em sete capítulos: a população e a imigração, a família e a comunidade, a

economia nacional, o trabalho e o direito social, o Estado e a nação, a vida cultural, e Brasil no mundo atual. Esse sucesso editorial pode ser atribuído tanto por Delgado de Carvalho já ser um autor consagrado, como também pelo fato de o livro apresentar um programa para a disciplina que ainda não existia oficialmente:

O trabalho que aqui apresento a meus patrícios e colegas do Magistério é uma primeira tentativa de corresponder à disciplina criada pelo Conselho Federal de Educação para a execução das recentes Diretrizes e Bases, destinadas a remodelar os nossos sistemas educacionais. Não existindo ainda programas, pois estes serão provavelmente elaborados pelos próprios Docentes, apresentei ao professor Anísio Teixeira um plano que me parece interpretar os objetivos do Conselho (p.16).

Nesse processo, outro fator é preponderante: a importância atribuída ao ensino do civismo pelo governo instaurado a partir do golpe militar de 1964. Os estudos de Fonseca (1993) identificam transformações nas disciplinas de OSPB e Educação Moral e Cívica, que passam a ser encaradas como uma questão de segurança nacional. O Decreto-lei de dezembro de 1969 as transforma em disciplinas obrigatórias em todos os sistemas e graus de ensino do país. Ainda foi criada a Comissão de Moral e Civismo, responsável não só pelas diretrizes do ensino da Educação Moral e Cívica nas escolas, mas em outras esferas, como jornal, rádio, televisão, clubes e sindicatos.

O Decreto 68.065, de 14 de janeiro de 1971 estabeleceu, entre outras, as seguintes finalidades para a Educação Moral e Cívica:

*A preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
o culto da obediência à Lei, da finalidade ao trabalho e da integração na comunidade.*

O ensino de história passa a ter esses mesmos princípios norteadores, como ainda destaca Fonseca (op.cit.). Os professores dessa disciplina deveriam estar envolvidos com esses novos preceitos da disciplina. Ao mesmo tempo, para cumprir a obrigatoriedade das aulas de OSPB, as cargas horárias de história e geografia são

diminuídas. Por sua vez, também eram obrigatórias as atividades cívicas nas escolas como o culto aos símbolos e aos heróis nacionais.

Os estudos sobre disciplinas escolares de Julia (2002) apontam outra possível armadilha da qual os historiadores podem ser vítimas, que é supor que o nome de uma disciplina remeta sempre ao mesmo conteúdo. Ao contrário, a tendência é que, com as constantes mudanças que as disciplinas inevitavelmente sofrem, estas se tornem práticas educativas totalmente diferentes, ainda que sob a mesma denominação.

Embora tivesse conservado o mesmo nome, a disciplina de OSPB, do momento de sua criação, em 1962, ao final da década, sofreu transformações que descaracterizaram a proposta inicial. O livro de Delgado de Carvalho, feito com uma proposta de estudo da realidade nacional para que o estudante se conscientizasse da importância da integração do país, não se adequava às novas perspectivas da disciplina. O fato de o livro continuar sendo adotado pelas escolas pode ter várias interpretações, entre elas a resistência dos professores.

Neste aspecto, Chervel (1988) nos chama atenção para o perigo em se considerar apenas os textos normativos para avaliar a realidade; ainda que a lei criasse uma série de imposições, nem todas se tornaram realidade nas salas de aula, o que só pode ser percebido ao levarmos em consideração outros fatores em nossa análise. Na década de 1970, como aborda Fonseca (1993), embora tudo que fosse ligado ao nome de OSPB fosse muito criticado por estar atrelado ao regime militar, e Delgado de Carvalho não foi poupado destas críticas, os professores criaram formas de resistir às imposições do governo. A mais comum, citada por Fonseca, era utilizar o horário das aulas do ensino cívico para o ensino da história e da geografia. Nesse aspecto, *OSPB* (1963) poderia ser um instrumento, pois, com o título homônimo, a disciplina oficial apresentava um conteúdo que poderia ser utilizado como fonte para estudo dos problemas que atingiam o país naquele momento.

Passado o regime militar, houve uma grande tendência da academia em analisar os livros didáticos a partir da matriz de *Mentiras que parecem verdades*, de Umberto Eco e *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*, de Marc Ferro. Como aponta Munakata (2003), todos os livros didáticos utilizados nas escolas no período ditatorial foram de muitas críticas quanto à manipulação dos seus conteúdos pelo regime. Essa movimentação fez parte do processo de luta dos professores para reverter as mudanças impostas às disciplinas de história e geografia, reivindicando assim, a extinção dos Estudos Sociais, que passaram a condensar as duas matérias e a de

OSPB. Munakata (op.cit.), no entanto, aponta que muitas vezes essas análises críticas funcionaram como um tribunal de caça às bruxas, que em tudo viam a manipulação autoritária.

OSPB (1963) não ficou de fora desse processo. As críticas feitas ao livro de Delgado de Carvalho não consideram a proposta do livro feita em outro contexto, tampouco o caráter de informação de seus conteúdos. Muitas vezes se associa o nome do autor ao regime militar, em um tom de desmerecimento à sua obra, sem levar em conta o contexto em que foi produzida.

Educador e cientista: além das memórias em disputa

A 4 de outubro de 1980, morre, aos 96 anos, *Bread*, como carinhosamente Delgado de Carvalho era chamado por seus netos ao final da vida. Deixou sua última obra, a *Geohistória das civilizações comparadas*, inacabada. Em seus últimos anos, por problemas de saúde, não tinha mais independência para fazer o que mais gostava, produzir seus textos, cercado de livros no apartamento da Avenida Atlântica.

Hoje convivemos com sua memória. Esta é viva, sempre alimentada por lembranças daqueles que o conheceram de alguma forma. Sendo assim, ela assume variadas formas naqueles que a constroem. Enquanto para os geógrafos ele é o *Pai da Geografia Moderna*, responsável pela inovação dos métodos de ensino da disciplina, para os netos, é o avô carinhoso, que contava histórias em longas conversas ao entardecer.

A memória, além de plural, não é uma operação espontânea. Ela também se constrói a partir do que deixamos. Nesse sentido, é como um pacto que fazemos com a realidade; ao guardar nossos papéis, nossas fotos, ao contar nossas histórias, fazemos uma espécie de acordo: arquivamos, omitimos, rasuramos, sublinhamos determinadas passagens, de forma que manipulamos nossa própria existência. Nesse exercício, buscamos a coerência entre os fatos, de maneira a preenchermos as possíveis lacunas, dando a sensação de que tudo foi explicado.

Ainda em vida, cuidamos da imagem que será deixada para posteridade; ao fazer tal operação, Delgado de Carvalho pôs em destaque o seu papel como educador. Em sua extensa obra publicada, na qual assinou todos os prefácios, com exceção da *Geographia do Brasil* (1913), que teve como prefaciador Oliveira Lima, sempre se dirigiu aos professores: um apelo, um conselho, uma sugestão, uma informação. Construiu para si a imagem do intelectual dedicado à educação. Outros fatores também o ajudaram nessa tarefa: fez parte do movimento da Escola Nova no Brasil. Juntamente com Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, e outros intelectuais, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Esse grupo, que se achava responsável em renovar a educação com base na ciência e, assim, trazer o progresso para o país, construiu para si um personagem coletivo: os pioneiros da educação, cujos nomes para sempre foram associados. Esse processo não é por acaso, e sim, fruto de uma operação. Em seu estudo, Brandão (1992) o analisa sob a ótica do esforço de Fernando de Azevedo em criar esse personagem coletivo. Para a autora, há uma tentativa de Azevedo

de apagar a pluralidade do movimento, preocupação percebida ao longo de sua vida com a intenção de construir a memória de líder dos Pioneiros. Ao abordar esse processo, Carvalho (2003) chama atenção justamente para as estratégias narrativas desse mesmo signatário, que utiliza *A cultura brasileira* para criar uma representação do movimento como a única tentativa de implantar um novo tempo civilizatório, valorizando seu papel e, ao mesmo tempo, tentando apagar da história brasileira movimentos anteriores com o mesmo sentido.

À história, como operação intelectual de análise e crítica, cabe questionar a memória, ainda que essa não seja tarefa das mais fáceis. Superar o encantamento que esta muitas vezes desperta é um desafio, até porque faz parte da história. Assim, ao concluir a construção dessa trajetória, passei a questionar o esforço de Delgado de Carvalho para construir sua imagem apenas como educador. Teria sido este o único papel que desempenhou? Seria o mais importante? Para compreender outros sentidos de sua trajetória, achei fundamental considerar os estados sucessivos do campo no qual ele empreendeu suas disputas em busca do reconhecimento como intelectual, assim como as estratégias por ele utilizadas, a sociabilidade construída, as críticas, enfim, tudo que caracteriza o seu caminho trilhado dentro do campo.

Delgado de Carvalho, ainda enquanto estudante na França, foi professor de história e assim sempre se considerou. Em congressos, em sua correspondência pessoal, nos cartões de apresentação, a referência era sempre ao professor. Ao chegar ao Brasil em 1906, encontrou um campo intelectual ainda formado por diletantes, pouco estruturado. Ao ter contato com as obras dedicadas ao ensino da geografia, achou aquele conhecimento descritivo e ultrapassado, sendo comum suas críticas à memorização, comparando o livro de geografia a uma lista telefônica

Ao criticar a geografia ministrada em nossas escolas, Delgado de Carvalho se dirigia a toda uma produção; muitas vezes, o próprio autor desses estudos era o professor da disciplina e autor de livros didáticos. A primeira obra em português, a *Geographia do Brasil* (1913), pode ser considerada *estratégia de subversão*. Desejava com ela romper os parâmetros de nossos estudos geográficos. Ao escolher Oliveira Lima para prefaciar a obra, desejava o aval de uma voz já reconhecida e autorizada pelo campo intelectual para tornar mais fácil sua trajetória. Tal atitude é muito comum entre novatos. Ao aceitar o convite, Oliveira Lima também demonstrou sua admiração pelo jovem autor que conhecera na Europa. A sua versão definitiva demorou mais de uma década para ficar pronta. Isso porque foi feita a partir de pesquisas de campo, quando

analisava o clima, o relevo, a hidrografia, o homem de cada região, nosso meio e a influência do homem sobre este. Assim considerando, a obra traz propostas originais de análise de nossas regiões a partir das teorias de Vidal de La Blache. A edição de 1927 apresenta um capítulo para cada região, com análise amparada em mapas e estatísticas, que definem a sua especificidade.

A *Methodologia do ensino geographico (Introducção aos estudos de Geographia Moderna)* (1925), um dos primeiros manuais dirigidos aos professores do ensino secundário dessa disciplina, mostra a grande contribuição para a organização da geografia como campo de conhecimento autônomo. Delgado de Carvalho, assim como outros intelectuais de seu círculo social viam nesse processo a chave do desenvolvimento dessa ciência entre nós. Na educação, esse era o caminho para superar o autodidatismo no magistério, identificado como a grande causa do fracasso escolar. Intelectual reconhecido internacionalmente, tinha nas revistas científicas publicadas por organizações como a *Sociedade Real de Geographia* da Escócia e pela *Royal Meterological Society* de Londres uma via de divulgação de seu trabalho e intercâmbio cultural. No entanto, ressentia-se desse espaço no Brasil. Assim, ele dedica o espaço das conclusões para alertar aos professores da necessidade de uma associação na qual a disciplina fosse tratada cientificamente e de quanto a publicação de uma revista contribuiria para isso.

Responsável pela organização do primeiro curso da disciplina no Colégio Pedro II, referência nacional do ensino secundário, elaborou programas e um livro-texto para suas aulas, e aceitou o convite formulado por Fernando de Azevedo para a cadeira de sociologia educacional no Instituto de Educação, no final da década de 1920. Apesar de anunciar que suas obras eram *apenas a vulgarização de um certo número de trabalhos sobre a matéria* (DELGADO DE CARVALHO, 1933, s/p), o convite representou bem mais que a simples transposição do conhecimento trazido da Europa para o curso Normal. Incutiu em seus cursos para normalistas e professores a idéia que tal ciência poderia e deveria ser aplicada na questão educacional. Para ele, era necessário que a ciência social deixasse o campo teórico e partisse para o estágio experimental. A didática aplicada em uma de suas aulas incluía a elaboração de inquéritos e monografias. Procura, assim, formar professores mais conscientes de seu papel na sociedade moderna:

O Delgado de Carvalho tinha dificuldade com a língua portuguesa. Compreende? Porque ele se formou numa época...ele não se formou no Rio de Janeiro, nem em lugar nenhum brasileiro. Parece que ele aprendeu mais o português depois de formado, a língua falada...Compreende? Agora foi um exemplo, digamos, em muitos sentidos. Ele... começou a fazer as turmas entenderem a parte social da educação. Não era simplesmente um ensino prático. Ele tinha como recursos auxiliares apostilas, pesquisa, livros. Quer dizer, nós traduzíamos para o português. Ele trazia os livros em francês... (Entrevista de Iva Bolow, 2 de fevereiro de 1995. In: VIDAL, 2001, p.239).

Ainda que o olhar do atual campo para o passado não considere essas obras, desenvolvidas nas décadas de 1910 a 1930, um trabalho científico por sua abordagem multidisciplinar, mais voltada a conhecer nosso país do que em definir regras específicas para o campo acadêmico, é possível perceber que estas avançam conscientemente nesse sentido, mostrando outros parâmetros para os estudos, baseados na análise, superando a simples descrição. Assim, as obras não são apenas manuais escolares como anuncia o autor, são trabalhos com bases científicas, com perspectivas teóricas do tempo em que foram elaborados.

Os manuais ainda fazem parte de uma nova era na história das disciplinas escolares no Brasil, pois rompem com a tradição de que o bom livro deveria apenas acumular o máximo possível de informações. Neles há uma clara preocupação em conjugar as necessidades do aluno com o conteúdo e o método, criando um conhecimento específico, que não se confundia com a simplificação do saber, desenvolvido pela autoridade científica.

A criação dos primeiros cursos universitários de ciências sociais no Brasil lhe trouxe a consagração. Muitas foram as referências à sua obra nas aulas de Pierre Monbeig, Pierre Defontaines, Roger Dion, que o reconheciam como grande intelectual brasileiro. Ao recordar o seu curso de História Contemporânea na Universidade do Brasil, Maria Yedda Linhares (1992) nos dá novamente a dimensão de sua contribuição para o desenvolvimento das ciências sociais no país:

Sílvia de Albuquerque Lima, que dava história da América de maneira muito pouco satisfatória, Eremildo Viana de história antiga e medieval, e Delgado de Carvalho, de história moderna e contemporânea. Delgado de Carvalho era uma pessoa superior sob todos os pontos de vista, como inteligência, como caráter, como tudo. Estava muito acima da mediocridade reinante (p.219).

A sua longa e produtiva vida permitiu o convívio com várias etapas da organização do nosso campo intelectual que, por sua vez, lançou-lhe diferentes olhares.

Com a nova geração de cientistas sociais, cada vez mais especializados, com o desenvolvimento das pesquisas que determinaram novas questões, a obra de Delgado de Carvalho foi alvo de críticas. Esse período foi marcado pelas estratégias de conservação. Precisava preservar a importância da didática nos temas dos trabalhos científicos de história. A nova geração elegera novos objetos de estudo, que não a considerava em primeiro plano. As críticas foram uma tentativa de mudar as regras do campo que Delgado de Carvalho tanto lutara para impor. Para as décadas de 1950 e 1960, reservou novos investimentos. A *História Diplomática do Brasil* (1959), investimento daquele período, que nos tempos atuais ainda é considerada grande contribuição, merecedora de uma segunda edição, 30 anos após a primeira:

A circunstância casual de ter sido também professor de história diplomática brasileira no Instituto Rio Branco me torna particularmente sensível às dificuldades de uma tarefa como essa e, conseqüentemente, às qualidades indiscutíveis deste livro pioneiro.

Devo-lhe muito como ajuda na preparação de minhas aulas e como guia seguro que os alunos nele sempre encontraram para compreenderem que o passado da diplomacia brasileira é a condição das possibilidades do presente e do futuro (RICUPERO, 1989, p. XIII).

Diante das críticas dos anos 1950, Delgado de Carvalho reagiu muito mais ao fato de esses novos historiadores não considerarem a metodologia um conhecimento a ser trabalhado do que qualquer questão historiográfica. Por ser o projeto de uma vida, não aceitava ver a sua dedicação questionada, sendo motivado, por isso, a investimentos constantes, que lhe garantiram chegar ao fim de sua trajetória reconhecido como autoridade científica. Usa o reconhecimento para criar sucessores. Terezinha de Castro, professora do Colégio Pedro II e sua colaboradora no IBGE, foi assim citada no prefácio da coleção homônima a sua:

É esta a obra que em boa hora foi confiada pela Livraria Freitas Bastos à Professora do Colégio Pedro II, D. Terezinha de Castro. A sua escolha de ilustrações e de documentos foi das mais felizes, iluminam o seu texto, dão-lhe a vida que necessita.

Por isto, muito me honra ter ela recorrido ao seu velho mestre para uma apreciação de seu trabalho. Aí temos uma História Antiga e Medieval e linguagem simples, com a eliminação de detalhes que vêm, quase sempre, perturbar a formação cultural, porque a memória do estudante se lembra do menos importante para esquecer o que vale mais ser retido (DELGADO DE CARVALHO, 1968, s/p).

A história de muitas instituições que se tornaram importantes centros de pesquisa se confundem com a trajetória de Delgado de Carvalho. Ainda assim, o IBGE, o INEP, o CBPE e as nossas universidades pouco espaço de memória lhe reservaram. O campo em constantes mudanças determinou o envelhecimento da carreira, à medida que lhe faltam investimentos. A morte gera a falta de *estratégias de conservação* e, sem elas, as novas gerações são responsáveis por olhar para o passado e reverenciá-lo. É mais um aspecto da memória que foge ao controle de quem começou a construí-la, mas não pode terminar. A memória vive. As lembranças de quem nos conheceu, vestígios que nos escaparam, documentos que outros guardaram por nós. Tudo faz a sua construção infinita e incontrolável. O esforço de Delgado de Carvalho para ser lembrado como grande educador, hoje acrescido de novos olhares, trazem à tona o grande cientista de seu tempo. A história continua.

Referências Bibliográficas

1) Fontes Primárias

1.1. Arquivos

1.1.1. Arquivo pessoal de Carlos Delgado de Carvalho

- Correspondência pessoal
- Contratos de trabalho

1.1.2. Arquivo Capanema (CPDOC)

Rolo 39 fot.637,638,639,640,641,642,738,739,740,750,753,755,763,764,779,780

1.2. OBRAS DE DELGADO DE CARVALHO

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *Le Brésil meridional: étude économique sur les états du sud: São Paulo, Paraná, Santa Catarina et Rio-Grande-do-Sul*. Rio de Janeiro: {s.n.}; Paris: E.Desfossés, 1910.

_____. *Geographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Emp. Photo-Machanica do Brasil, 1913.

_____. *Esboço histórico da origem e formação da língua inglesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1920.

_____. *Methodologia do ensino geográfico (introdução aos estudos da Geographia moderna)*. Petrópolis, editora Vozes, 1925.

_____. *Introdução à Geographia política*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

_____. *Sociologia educacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. *Sociologia experimental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. *Sociologia e educação*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1934.

_____. *Sociologia aplicada*. 2ª. Edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. *Geographia humana política e econômica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. *História Moderna e contemporânea*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1946.

_____. *Introdução metodológica aos Estudos Sociais*. São Paulo, Editora AGIR, 1957.

_____. *História diplomática do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.

_____. *História geral: Antiguidade*. Rio de Janeiro, Editora INEP, 1956.

_____. *História geral: Idade Média*. Rio de Janeiro, Editora INEP, 1959.

_____. *OSP*. Rio de Janeiro, Editora INEP, 1963

_____. *OSP*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1967.

_____. *História Geral: civilização contemporânea*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1970.

_____. *História das relações internacionais*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1971.

_____. *História da cidade do Rio de Janeiro*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, Secretaria municipal de cultura, 1994.

2. ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

- AUMONT, Gerard. LÚNESCO et l'enseignement de la geographie. *Revue Canadienne de Geographie*, Montreal, 1951.
- BACKHEUSER, Everardo. Um livro de mestre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28/01/1928.
- CBPE. *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.1 n. 1 março 1956.
- CBPE. *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.1 n. 3 dez. 1956.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. A Revista Americana. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, outubro de 1909.
- _____. A política internacional dos Estados Unidos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 09/01/1909.
- _____. O Atlântico sul. In: *Geographia do Brasil*; comemorativa do 1º. Centenário da independência. Rio de Janeiro, Pimenta e Mello, 1922.
- _____. A dissertação na sala de aula. *Arquivos do Instituto de educação*. Distrito Federal, 1 (1): 105-108, jun. 1934.
- _____. The new democracy in Brazil. *The Rice Institute Pamphlet*. Texas, vol.XXVII: 289-311, out.1940.
- HOLANDA, Guy de. A pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios de história destinados ao curso secundário brasileiro. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 2, mar.1957.
- SOARES, José Carlos Macedo. Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n 1, vol.1. maio, 1940.
- SUCUPIRA, Newton. A nova disciplina “Organização Social e Política Brasileira”. *Educação e Ciências Sócios*. Rio de Janeiro, vol 10, n.19, abr. 1962.
- XAVIER, Lindolpho. Estudos do Brasil. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1913-1914.

3. FONTES SECUNDÁRIAS

- ACACIO, Liette de Oliveira. *Docentes e catedráticos: os concursos para professor da Escola Normal do Distrito Federal (1928 – 1930)*. Tese de Doutorado. USP, 2001.
- ALENCAR, José Almino de. O Brasil é fatalmente uma democracia: Sílvio Romero. In: *Revista Tempo Brasileiro*, 145;5/37, abr-jun, 2001.
- ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.
- ALMEIDA, Roberto Schmitd. Geografia e geógrafos do IBGE no período de 1838 e 1998. Rio de Janeiro. 2000.Mimeo.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998. pp. 9-34.
- AZEVEDO, Aroldo. Delgado de Carvalho, o pioneiro. Rio de Janeiro, 1974. mimeo.
- AZEVEDO, Fernando. *Novos caminhos e novos fins*. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. , 1934.
- _____. *A educação entre dois mundos – problemas, perspectivas, orientações*. Obras completas de Fernando de Azevedo, vol. XVI. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.
- BACKHEUSER, Everardo. Fronteiras da geologia e da geografia e a unidade desta ciência. In: JO IBGE e a Educação – Elucidário apresentado a 1ª. Conferência Nacional de educação. Serviço gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1941
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Saber histórico na sala de aula*. 8ª. ed. São Paulo, Contexto, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

- BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: Intelectuais e política. In: *Constelação Capnema; intelectuais e política*. Helena Bomeny (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.) *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- _____. A leitura uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 7ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- BRAGANÇA, Aníbal. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria do livro. In *Anais do I Seminário sobre Livro e História editorial*, Rio de Janeiro, 2004.
- BRANDÃO, Zaia. *A Intelligentsia educacional. Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Tese de Doutorado, PUC, Rio de Janeiro, 1992.
- CAMPOS, Francisco. *Educação e cultura*. 2ª. edição. Rio de Janeiro, José Olympio editora, 1941.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, São Paulo, EDUSF, 1998.
- CARVALHO, Ronaldo; MACHADO, Mônica Sampaio. Delgado de Carvalho e o contexto pré-institucional da geografia brasileira; uma leitura do Brasil Meridional. Rio de Janeiro, 1995. (Mimeo).
- CASTRO, Therezinha. Carlos Delgado de Carvalho. Rio de Janeiro, 1993. (Mimeo).
- _____. *História contemporânea. Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1977.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: Le Goff, Jacques; Nora Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994. pp. 5-27
- _____. *A beira da falésia: a história entre certezas e as inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e educação*. Porto Alegre, v.2 p. 177-229, 1990.
- CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais/ Campinas, São Paulo. Editora UNICAMP, 1987.
- CUNHA, Marcus Vinícius da e TOTTI, Marcelo Augusto. Do manifesto dos pioneiros à sociologia educacional: ciência social e democracia na educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (org). *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- EGAS, Eugenio. *1º. Congresso de Instrução Secundária*. São Paulo, Cardozo Filho e C. 1911.
- ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como progresso. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Vinao; ESCOLANO, Augustin. *Currículo, espaço e subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- FALCON, Francisco José C. A identidade do historiador. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 9, n 17, 1996, pp 7-30.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.
- HALEWELL, Laurence. *O livro no Brasil e sua história*. São Paulo Ed. Universidade São Paulo, 1985.
- HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto. O imaginário moderno do Brasil. In: HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto. *A invenção do Brasil*

- moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: *Capanema: o ministro e seu ministério*. Org. Gomes, Ângela de Castro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- _____. Escrita de si, escrita da História: a título de um prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2004.
- _____. A política brasileira em busca da modernidade; na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, F. *História da vida privada no Brasil*. Vol.4 São Paulo, Cia das Letras, 1998
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; CPDOC/FGV, 1988. pp.5-27.
- HENRIQUUES, Vera. A reconstrução de uma parceria: educadores e cientistas sociais. In: MENDONÇA, Ana Waleska e BRANDÃO, Zaia (orgs.). *Por que não lemos Anísio Teixeira? Uma tradição esquecida*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.
- IGLESIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, UFMG, IPEA, 2000.
- JULIA, Domimique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casemiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Disciplinas escolares e integração curricular: histórias e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LINHARES. M. Y. Entrevista com Maria Yedda Linhares. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.216-236, 1992.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de Ordem. In: CASTRO, I.; P.C. Gomes; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia, conceitos e temas*. 1^a ed.. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995, p.309- 353.
- MACHADO, Mônica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. In: *Scripta nova*, 2000.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 – 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.4, v.2, jun 1987.
- MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: Miceli, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. *Anísio Teixeira e a universidade da educação*. Rio de Janeiro, ED. Eduerj, 2002.
- _____. O CBPE: um projeto de Anísio Teixeira. In: MENDONÇA, Ana Waleska e BRANDÃO, Zaia (orgs.). *Por que não lemos Anísio Teixeira? Uma tradição esquecida*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.
- MEUCCI, Simone. *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Artesãos da palavra. Cartas a um prisioneiro político tecem redes de idéias e afetos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Teresa Santos, MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo:UPF, 2002.
- MONBEIG, Pierre. *Ensaio de geografia humana brasileira*. São Paulo, Livraria Martins,1940.
- MUNAKATA, Kazumi. Dois manuais de história para professores: histórias de sua produção. In: *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, set/dez. 2004. pp.513-529.
- _____. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5^a ed..São Paulo: Contexto, 2003.
- MICELLI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n.25/26, set.92/ago.93.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira república*. São Paulo, EPU, Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976.

PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*, São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. 2ª. edição. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1994.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e Coleções Brasileira nas décadas de 30, 40 e 50. In: Miceli, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Destinos e histórias dos portugueses na historiografia. Rio de Janeiro. 1989. mimeo.

SEVCHENKO, Nelson. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. *História da vida privada no Brasil*. Vol.3 São Paulo, Cia das Letras, 1998.

SILVA, Arlette Pinto de Oliveira, organizadora. *Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928*. Brasília; INEP, 2004.

SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SOUZA CARNEIRO, A. J. A nova orientação das monografias descritivas regionais. In: *Annaes do 5º. Congresso Brasileiro de Geographia*. Salvador, Imprensa Official do Estado, 1918.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Ciompanhia Editora Nacional, 1979.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

VENANCIO, Giselle Martins. Sopros inspiradores. Trocas de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondência no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Teresa Santos, MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo:UPF, 2002.

VIANA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1959.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ZARUR, Jorge. A geografia no curso secundário. In: *O IBGE e a Educação – Elucidário apresentado a 1ª. Conferência Nacional de educação*. Serviço gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1941.

